UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

COTIDIANO E TERRITORILIDADES DE UMA COMUNIDADE CAIÇARA: PURUBA, UBATUBA, SP.

GRAZIELE ALVES DE SOUZA MORELLI
UBERLÂNDIA / MG
2010

GRAZIELE ALVES DE SOUZA MORELLI

COTIDIANO E TERRITORILIDADES DE UMA COMUNIDADE CAIÇARA: PURUBA, UBATUBA, SP.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como registro parcial à obtenção de título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

Uberlândia / MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M842c Morelli, Graziele Alves de Souza, 1977-
Cotidiano e territorilidades de uma comunidade caiçara : Puruba, Ubatuba, SP. / Graziele Alves de Souza Morelli. - 2009.
150 f. : il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Geografia humana - Teses. 2. Cidades e vilas - Ubatuba (SP) - Aspectos ambientais - Teses. 3. Comunidade Caiçara do Puruba - Ubatuba (SP) - Vida e costumes sociais - Teses. 4. Urbanização - Comunidade Caiçara do Puruba - Ubatuba (SP) - Teses. 5. Urbanização - Aspectos sociais - Teses. I. Santos, Rosselvelt José, 1963. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

CDU: 911.3

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Graziele Alves de Souza Morelli

COTIDIANO E TERRITORILIDADES DE UMA COMUNIDADE CAIÇARA: PURUBA, UBATUBA, SP.

Banca Examinadora

_____
Prof. Dr. Rosselvelt José Santos (Orientador)

_____
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz Esalq / USP

_____
Profª. Dra. Mônica Chaves Abdala – UFU

Data: ____/_____/_____

Resultado: _____

À Zilda, Rossana e Ricardo

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento deve ser a Deus. Mesmo longe de qualquer religião, foi a minha religiosidade que me proporcionou forças para encarar os desafios que essa fase da minha vida impôs.

Depois, devo agradecer à estrutura familiar que tenho. Primeiro sob os ensinamentos da minha avó Zilda, ao apoio e exemplo de minha mãe Rossana e nos últimos dez anos a família que constituí com o Ricardo, meu grande parceiro para todas as horas.

À orientação do Professor Rosselvelt, que realizou com muita paciência e dedicação a sua função, proporcionando a uma aspirante a mestre, a oportunidade de realizar seu sonho com muita segurança, mas não com pouco estudo e dedicação.

Pessoas especiais também devem ser lembradas, e as primeiras que veem a minha memória são os moradores do Puruba, sem eles não haveria trabalho. Abriram suas vidas para que eu pudesse estudar o seu cotidiano e a sua territorialidade. Me receberam com carinho e me ensinaram muito sobre a vida, sobre o que realmente vale a pena na vida. Posso ser injusta neste momento, mas preciso agradecer alguns nomes em especial: Dona Ana, foi meu ponto de apoio; Marcão, literalmente abriu todas as portas da comunidade e junto com o Dimas me levaram até aqueles que são os verdadeiros donos da terra; Dona Baía, Seu Dito, Seu Antonio, Dona Rosa, Dona Zaíra que me falaram sobre a vida de ontem e de hoje.

Entre as minhas idas e vindas, conheci muitas pessoas que me ajudaram e que me apoiaram. Começo pelo pessoal do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo muito obrigada a todos, um agradecimento especial àqueles que mais conviveram comigo, Arley, Leomar, Jean, Braconaro. Aos amigos que fiz durante as disciplinas especialmente a Fernanda Mendonça. Minha estada em Uberlândia não seria possível se as gêmeas Ana Paula e Ana Lúcia não tivessem me recebido em sua casa, como se fosse a minha própria, as queridas Anas um obrigada especial.

Ao programa de Pós- Graduação em Geografia, as secretárias Dilza e Cinara, obrigada pela paciência e pela dedicação, e aos professores pelos ensinamentos. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio. À banca, Prof. Dr. Mônica Abdala que desde a qualificação contribuiu muito como suas colocações, e a Prof.

Dr. Odaléia Queiroz, que mais do que aceitar o convite para a banca me deu a primeira chance no mundo acadêmico, sem esse incentivo esse momento não existiria.

Alguns outros amigos devem ser lembrados, o apoio dessas pessoas fez com que meus dias de estudo fossem mais leves. Obrigada Ana Paula, Maria Camilla, Regina Danielli e Erika que representam todos os meus amigos e familiares.

Eu sou um homem sem escolas, mas porém, coberto de glórias, mostrando as minhas poesias, é um hino de vitória.

Antonio Alexandre Oliveira, poeta, morador do Puruba

RESUMO

Este trabalho é o resultado de um estudo que aborda as questões do cotidiano e da territorialidade da Comunidade Caiçara do Puruba, localizada no município de Ubatuba, no litoral norte do Estado de São Paulo. A comunidade vive em meio à Mata Atlântica e, nos últimos 40 anos, essa região tem sido submetida, pelo Estado, a processos de urbanização do espaço. Cada uma das comunidades do entorno teve destinos diferentes e essa característica despertou o interesse por este estudo, que contempla descobertas que aconteceram após uma incursão histórica e analisa os dias atuais, até o momento de ruptura, na década de 1970, quando o modo de vida tradicional caiçara começa a ser comprometido. As primeiras indagações surgiram após a observação, na vila do Puruba, de características do modo de vida caiçara. Porém, diante de tantas influências do mundo urbano, seria necessário, primeiro, que esse grupo social fosse caracterizado. O segundo passo foi a identificação das relações sociais e das instituições que formavam e davam vida à comunidade. Nessa etapa, foi importante entender que a cultura e o modo de vida não são estáticos, que as mudanças são sociais e que levam a características bem peculiares. Dessas informações resultaram alguns questionamentos e o problema da dissertação: como esse grupo social pode viver a condição de caiçara, mesmo tendo que se adequar às novas condições impostas pela urbanização do espaço e de leis ambientais severas? A reprodução do seu modo de vida baseia-se em fatores que dependem, entre outras coisas, de isolamento geográfico e de exploração de subsistência da natureza. Essas condições lhes foram retiradas; resta saber o que sobrou para que consigam (re)existir como caiçaras. Para isso, fez-se um estudo sobre o cotidiano e como acontece a dinâmica social e cultural do grupo, abordando-se aspectos da gastronomia, da festa, da religiosidade, das relações comunitárias e do trabalho, incluindo a atividade turística. A análise foi feita por meio de conceitos da Geografia, como território, espaço, paisagem e lugar; descobriu-se que, mesmo com os processos de perda do território a que foram submetidos, os caiçaras conseguiram encontrar outras territorialidades. Esse processo foi possível porque são caiçaras em seus saberes, conhecimentos e práticas sociais. Portanto, sua essência é que faz com que suportem vários desencontros, contradições e dificuldades na defesa de seu território.

Palavras-chaves: caiçaras, cotidiano, territorialidades, modo de vida, turismo

ABSTRACT

This study deals with the issues of territoriality and everyday life of the Caiçara Community of Puruba Beach, located in the city of Ubatuba, in the North coast of São Paulo State. The community lives in the middle of the Atlantic Forest and in the last 40 years this region has undergone an urbanization process by the State. As a result, each one of the communities of the area had different outcomes. This fact constitutes the topic of this study. This work looks at the consequences of a historical foray and analyzes the target community from an updated perspective up to the breaking point that happened in the 70s, when the caiçara traditional lifestyle started to be compromised. The first questions came from the observation of the characteristics of the caiçara lifestyle at the Puruba Beach village. However, in face of so many influences from the urban world, it would be necessary to characterize this social group in the first place. The second step was the identification of the social relations and the institutions that formed and gave life to the community. In this step it was important to understand that culture and lifestyle are not static, that changes are social and lead to very peculiar characteristics. Such information yielded some questions and the problem of this study: how can this social group adept itself to the new conditions imposed by the urbanization of the space and by the severe environmental laws? The reproduction of the caiçara lifestyle depends on geographical isolation and subsistence exploitation of the nature, among other factors. These conditions were taken from the caiçara people; what is left for them so that they can (re)exist as caiçaras is still unknown. In order to shed some light to this problem this study will describe the everyday life of the caiçaras and how the social and cultural dynamic of the group happens by showing aspects of their gastronomy, festivals, religiosity, community relations, and work. Geographical concepts such as territory, space, landscape and place helped in the analysis of the topic of this study. It was found that despite the processes of territory loss to which they were submitted, the caiçaras could find other territorialities. This process was only possible because these people are caiçara in their knowledge and social practices. Therefore, their caiçara essence is what makes them go through several disagreements, contradictions and difficulties while defending their territory.

Key words: caiçaras, everyday life, territoriality, traditional lifestyle, tourism

Lista de Fotos

Foto 1 Quintal – imagem do quintal compartilhado por diversas residências.....61
Foto 2 Casas e Quintais – imagens das casas e quintais do Puruba; a estrutura simples, telhado de duas águas, quintal de chão batido, vegetação no entorno e a rede de pesca caracterizam essas casas como sendo de moradores caiçaras 62
Foto 3 Horta na canoa – utilização de uma antiga canoa para plantação de verduras e condimentos.....69
Foto 4 Criação de Galinhas – a utilização do quintal para criar animais não deixou de existir, é uma prática atual que garante uma reserva alimentar.....69
Foto 5 Refeição restaurante – PF (prato feito) oferecido no restaurante da comunidade: salada, arroz, feijão, farofa de mandioca com banana e peixe (Paraty) pescado pela proprietária do restaurante.....73
Foto 6 Pesca na beira do rio – moradores e neo-residentes pescando na área de encontro com do rio com o mar.....75
Foto 7 Canoas no Rancho – canoas utilizadas para pesca e locomoção pelo Rio Puruba. Os troncos de madeira cilíndricos servem para facilitar a locomoção das canoas em áreas secas.....76
Foto 8 Embarcações de Pesca Profissional na Praia do Leo – praia do Leo e as embarcações chegando, após a pesca.....77
Foto 9 Igreja Católica – cruzeiro e Igreja católica centralidades da vila.....88
Foto 10 Igreja Evangélica – novas referências religiosas.....89
Foto 11 Limpando pato na beira do rio – um dos moradores mais antigos da comunidade limpando um pato comprado de um dos vizinhos (com grau de parentesco), para servir no domingo de Páscoa. A foto foi tirada em um sábado à tarde. 91
Foto 12 Lixeira – A lixeira é dividida em dois compartimentos, lixo reciclável e lixo comum. O lixo da comunidade é colocado nesse depósito e recolhido pela prefeitura. 111
Foto 13 Caminhão de sucata – o caminhão particular recolhe sucata semanalmente e paga aos moradores por peso.....112
Foto 14 Horta da escola – horta mantida pelos alunos da escola, sendo que cada sala tem seu canteiro. 116
Foto 15 Travessia de balsa – essa balsa funciona apenas na alta temporada e complementa a renda do barqueiro, que cobra R$1,00 pela travessia. 122
Foto 16 Barco da Prefeitura – travessia feita pelo barqueiro da prefeitura. 122

Foto 17 Placa de proibição de acampamento na praia – A placa foi instalada pela associação do bairro, SAPRAPU, uma das iniciativas de tentar coibir o camping na praia. 128
Foto 18 Área de camping em quintal de uma casa do Puruba – na imagem (a), a área destinada ao camping no quintal de uma casa na vila do Puruba; na imagem (b), a placa que anuncia o aluguel de quintal para barracas. 130
Foto 19 Antiga área de camping – na imagem (a), de 2004 quando ainda existia a possibilidade de acampar nessa área, na imagem (b) a mesma área; vista de um outro ângulo com a vegetação já tomando seu espaço em 2008. 131
Foto 20 Placas Informativas – na imagem (a) placas na entrada da praia alertando aos visitantes a normas locais, e o recipiente de coleta de lixo seletiva. Na imagem (b), a placa lembrando a velocidade permitida: 20km/h. 136
Foto 21 Placa de informação aos visitantes – No quadro a), os dizeres da placa; na imagem (b) a placa de entrada da vila. 137

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 – Quadro modo de vida 15
Ilustração 2 - Croqui da Vila do Puruba 36

Lista de Mapas

Mapa 1– Mapa da Rodovia BR-101 – localização da BR-101 29
Mapa 2 – Localização do município de Ubatuba - SP 31
Mapa 3 – Localização da área de Estudos: Praia do Puruba 33
Mapa 4 – Localização da área de Urbana de Ubatuba - 52
Mapa 5– Mapa da Megalópole 120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 OS CAIÇARAS DO PURUBA: UM TERRITÓRIO CLIVADO PELO MODERNO 26

1.1 Caminhos que conectam um país e desconectam uma comunidade. 26
1.1.2 A Rodovia. 29

1.2 Localização e caracterização do local a ser estudado. 35

1.3 A Comunidade desconectada dos seus territórios. 39
1.3.2 Demarcação de áreas ambientais. 43

1.4 A tradição da pesca: revelando as estratégias de (re)existências sociais. 46

1.5 O patrimônio imaterial caiçara: a religiosidade como enlace do vivido. 49

1.6 A busca do Paraíso: o homem urbano e a segunda residência no litoral ocupado pelo caiçara. 50

1.7 A especulação imobiliária e os estranhamentos. 53

2 IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DAS TERRITORILIADADES CAIÇARAS 57

2.1 A Comunidade caiçara e o lugar como espaço das representações. 59

2.2 O bairro rural: Território e territorialidades de pertencimentos. 63

2.3 Modo de vida e os problemas na produção alimentar: da roça à mesa. 67
2.3.1 A impossibilidade do uso da terra e as suas implicações no modo de vida. 71
2.3.2 O peixe no cardápio. 73

2.4 A gastronomia: práticas que nutrem a sociabilidade caiçara. 79

2.5 Festa: retratos da religiosidade, do poder, da religião e da política dos caiçaras do Puruba. 83

2.6 Religiosidade, um patrimônio cultural dos caiçaras do Puruba. 87

3 COTIDIANO: RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO NO TERRITÓRIO DO PURUBA 93

3.1 O trabalho tradicional caiçara e as territorialidades estabelecidas pelo uso do território 96
3.1.1 Extrativismo. 100

3.2 As especificidades do viver no Puruba. 103

3.3 Associação de bairro. 107
3.3.1 SAPRAPU. 108
3.3.2 A água. 109
3.3.3Ações Ambientais. 111

3.4 A escola. 113
3.4.1 A escola local. 115

3.5 Fonte de renda. 117

4 TURISMO, TRABALHO E RENDA NO PURUBA: A POSSIBILIDADE DE CONTINUAR CAIÇARA EM UM TERRITÓRIO DE DISPUTAS 118

4.1 O Turismo na região norte do município de Ubatuba, e sua influência na comunidade do Puruba. 119

4.2 O turista sob a ótica do morador local. 124

4.3 Fazendo valer a lei na defesa de suas territorialidades. 127

4.3.1 Acampando no Puruba: uma forma de vivenciar as territorialidades do lugar. 129

4.3.2 Arranjos possibilidades de turismo no Puruba. 131

4.4 Novas possibilidades turísticas: o comércio na praia e as imposições da lei. 134

4.4.1 A comunicação não verbal, uma tentativa de disciplinar o turista. 136

CONSIDERAÇÕES FINAIS 139

REFERÊNCIAS 144

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como área de estudos uma comunidade caiçara no município de Ubatuba, localizado no litoral norte do Estado de São Paulo. A comunidade denominada Puruba, mesmo nome da praia em que está localizada, é uma entre poucas que apresentam traços de uma cultura caiçara tradicional.

Caiçara é um termo utilizado para designar a população mestiça que habita a região litorânea paulista (LUCHIARI, 1992, p. 29). No entanto, neste trabalho, adotou-se uma definição mais ampla, apresentada por Diegues. A definição do autor traz, além das características étnicas da miscigenação, muito sobre o modo de vida caiçara:

> Os caiçaras são fruto da miscigenação entre o índio, português e negro (em menor quantidade) que durante longo período ficaram relativamente isolados na Mata Atlântica e no litoral de São Paulo. Ainda que sejam etnicamente distintos, sua cultura apresenta influência muito grande da cultura indígena de trabalho (coivara, canoas, fabricação da farinha), vocabulário diferenciado dos demais habitantes do estado etc. O isolamento geográfico relativo ao modo de vida tradicional, caracterizado pela fraca acumulação de capital, dependência limitada da economia de mercado, importância das relações de parentesco, tecnologias manuais de pouco impacto sobre a natureza, fizeram com que seu território da Mata Atlântica se mantivesse relativamente bem conservado [...] (DIEGUES, 1998, p.140)

Como apresenta Diegues, os fatores que caracterizam um grupo social na condição de caiçara estão além da sua etnia e do local de moradia (quadro 1). O modo de vida é fundamental para caracterizar o caiçara. Trata-se de um grupo que vive em uma área limítrofe entre o mar e a montanha, com um certo isolamento das cidades, desenvolveu técnicas específicas para realizar seu trabalho, que está relacionado com a lavoura e a pesca em uma economia de subsistência.

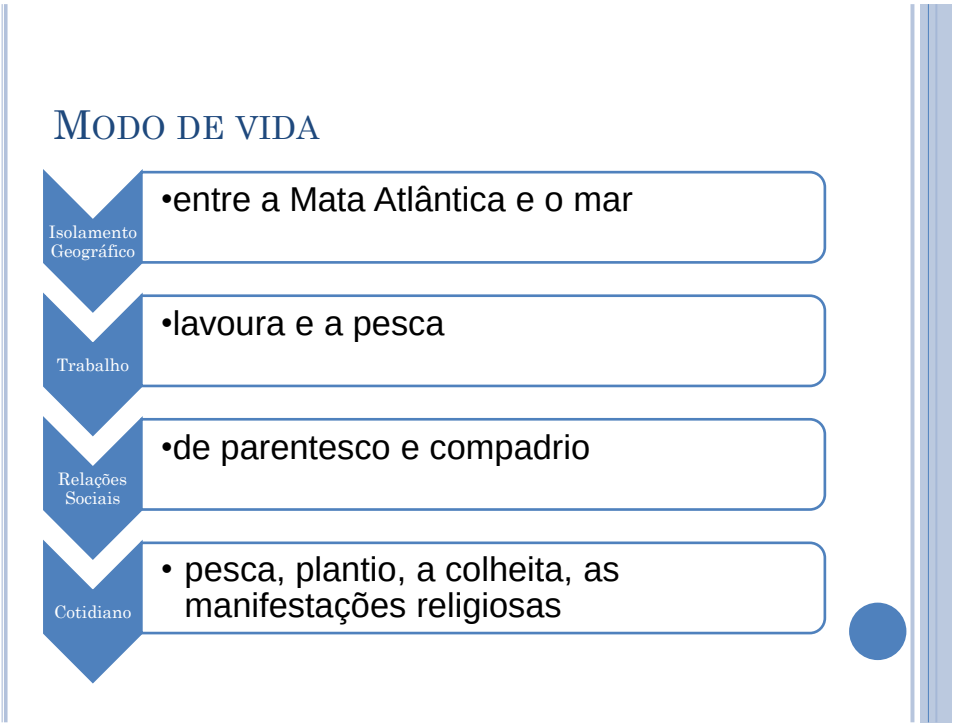


Ilustração 1 – Quadro modo de vida

O modo de vida diz respeito às práticas sociais e representações executadas por um grupo. Para Guerra (1993) são três aspectos que devem ser considerados para conceituar modo de vida: os atores, a história e o cotidiano, e complementa dizendo que o ator deve ser considerado dentro de um contexto coletivo. No caso deste trabalho temos como atores os moradores do Puruba, a história é dos últimos 40 anos, quando tiveram as suas práticas sociais alteradas em decorrência de novas leis e novos elementos inseridos no cotidiano da comunidade. Santos (2007) destaca os valores da construção histórica, incorporados às práticas sociais, e ainda o sentimento de pertencimento, como sendo conteúdos do modo de vida.

As relações sociais tem um grande peso na estruturação dos grupos caiçaras. As relações de parentesco e de compadrio tem tamanha importância que determinam diversas atividades, entre elas a pesca, o plantio, a colheita e as manifestações religiosas. Essas e outras atividades só podem ser realizadas porque existem relações sociais específicas estabelecidas pelos membros das comunidades caiçaras, que funcionam como acordos e contratos mesmo sem ter suas funções descritas em papéis ou chancelados por cartórios.

A conservação da Mata Atlântica e a relação com os elementos naturais compõem as características que revelam o homem caiçara e somado ao trabalho de campo possibilitaram observar que o grupo social estudado faz parte desse universo caiçara.

Porém, para se chegar a uma nomenclatura para a comunidade estudada, e assim referenciar o objeto de estudos, passou-se por uma reflexão sobre o modo de vida do grupo que mora na vila denominada Puruba. Considerou-se o local em que moram, que se reproduzem e que realizam suas manifestações culturais, portanto seu território e também o seu modo de vida baseado em uma ordem moral, de valores éticos, os quais fazem com que essa comunidade se mantenha coesa. Para referenciar teoricamente o objeto de estudos a auto-denominação também foi considerada e todos esses aspectos levaram à nomenclatura da Comunidade Caiçara do Puruba. Legalmente, trata-se de um bairro rural denominado Vila do Puruba, os moradores se auto-denominam Purubenhos e se conhecem como caiçaras.

Todo o cuidado considerado ao referenciar a comunidade estudada, foi tomado diante das grandes mudanças que ocorrem na região. A grande influência das mudanças poderiam camuflar uma comunidade que não mais poderia ser considerada caiçara, o que não é o caso conforme será relatado e analisado durante todo o trabalho.

Essa região tem passado por um processo de urbanização do espaço desde a década de 1970, quando a BR-101, também denominada Rio-Santos neste trecho, chegou ao local. Tratava-se de um momento político determinante para o Brasil. Em 1964, após o golpe militar e diante da crise econômica pela qual passava o país, o governo optou por um projeto ambicioso de ligar o país por meio de diversas vias. Entre elas, a Translitorânea, que determina todo processo de urbanização do entorno do objeto de estudos deste trabalho, e que trouxe mudanças significativas e determinantes para o modo de vida da comunidade.

Desde a chegada da rodovia, diversos foram os fatores que interferiram no modo de vida tradicional caiçara, levando a comunidade a criar novos meios de sobrevivência. Na esteira da construção dessa grande obra,chegou ao lugar a especulação imobiliária, o turismo, a migração, a demarcação de áreas de proteção ambientais e a pesca internacional.

Esses fatores impediram que os caiçaras dessa e de outras comunidades continuassem seu trabalho na lavoura e na pesca, e os forçaram a procurar emprego em outras funções como na construção civil, nos condomínios na condição de caseiros, faxineiras ou no comércio na área central. Abandonando, gradativamente assim, hábitos tradicionais que pertencem à cultura caiçara há pelo menos 200 anos, provenientes de outras culturas que originaram esse grupo étnico que surgiu no litoral paulista, fruto do relacionamento de índios, negros e europeus.

Na área sul do municipio, muitas comunidades caiçaras deram lugar a condomínios fechados de luxo. Ao norte, com a demarcação de parques, houve a conservação de muitas dessas áreas. Porém, na comunidade do Puruba, os rumos tomados são diferentes dessas duas situações. O território demarcado histórica e culturalmente pelas práticas sociais relaciona-se com as imposições de várias ordens, mas (re)existe[1], mesmo influenciado pelo entorno. Nesse processo de (re)existência, percebe-se a valorização da cultura e do modo de vida por meio de instituições como a família e a igreja.

Contudo, hoje (2009) as privações de várias ordens, sobretudo de acesso aos recursos naturais, tecnológicos e direitos constitucionais é uma realidade e acontece principalmente devido à falta de condições socioeconômicas que possibilitem a manutenção e reprodução do seu modo de vida, consequência das diversas fases de dominação pela qual passou e a ainda passa a comunidade deste estudo.

As intervenções estatais e privadas no espaço promoveram fluidez e acesso aos locais antes preservados; modificaram a região e impactaram a comunidade do Puruba em Ubatuba. Essa situação resultou em rebatimentos na comunidade, o que justifica o objeto de análise desta dissertação.

Com a grande obra da rodovia, essa região tornou-se uma grande receptora do turismo, e os atrativos naturais e culturais do litoral norte de São Paulo passaram do âmbito comunitário para o mercado. Ao contrário do que aconteceu em outros pólos turísticos, como o litoral sul daquele estado, algumas comunidades parecem preservar hábitos, habilidades, saberes e costumes socioculturais e ambientais. Essa conservação deve ser compreendida, considerando-se os inúmeros fatores externos pelos quais passou a região, desde o processo de colonização até os dias atuais.

Ao estudar uma Comunidade Caiçara[2], entende-se que as lógicas internas fazem parte da realidade local e das influências que tiveram ao longo dos anos, com mais intensidade nos últimos 40 anos. Não podem ser entendidas como uma questão homogênea dos grupos caiçaras; trata-se de um modo de vida específico dos habitantes do Puruba.

---

[1] O termo (re) existe é utilizado no sentido e dar um novo sentido a sua existência, de maneira a não perder sua identidade caiçara. Nesse caso não se trata apenas de resistir aos novos padrões, mas de encontrar uma nova maneira de existir.

[2] O entendimento de comunidade vem da análise de observações feitas por diversos autores no livro organizado por Florestan Fernandes, Comunidade e Sociedade. É unânime, para esses autores, que as ligações afetivas é que determinam o conceito de comunidade. Não basta compartilhar a residência em uma mesma área, para que um grupo seja considerado comunidade, eles devem compartilhar de sentimentos comuns, de relações de parentesco, de vizinhança e de amizade. Sentimentos que constrói um todo e permitem compartilhar o vivido.

Entende-se modo de vida como processo de práticas e representações dinâmicas, que podem ser transformadas em ritmos diferentes. O que determinará o ritmo são as relações com outras culturas, processos produtivos, relações sociais e questões ambientais, dentre outras interferências que possam acontecer.

Nesse processo de transformações, as nossas incursões históricas indicam que o modo de vida caiçara apresenta várias semelhanças com a cultura caipira. Candido apresenta, em sua obra "Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida", as características que determinam ou evidenciam o modo de vida caipira.

Candido não trata o caipira como um tipo étnico e sim o caracteriza pelo seu modo de vida. Para o autor, o caipira faz parte de uma "cultura ligada às formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros". (CANDIDO, 1977, p.79). O seu modo de vida é pautado "na organização dos territórios – para caça, questões religiosas, estéticas (representações plásticas, danças...)" (CANDIDO, 1977, p. 30).

No entanto, Diegues (1998) trata o caiçara como tipo étnico[3], apesar de sempre apresentar as características do modo de vida, evidenciando que a diferença entre os dois está na influência que o ambiente da Mata Atlântica e o mar exercem sobre as atividades socioeconômicas, como apresenta a seguir:

> [...] por basearem sua subsistência num complexo calendário de atividades sócio-econômicas ligadas à Mata Atlântica e ao Litoral [...] essa ligação entre a utilização do mar e da mata, seguindo os ciclos naturais dos quais os caiçaras tinham e ainda têm um grande conhecimento, constitui-se, portanto, num elemento central dessa cultura. (DIEGUES, 1998, p.79)

A relação com esses elementos centrais da cultura caiçara apresentada por Diegues define o caiçara do Puruba e indica como é esse sujeito social que se apresenta metamorfoseado na atualidade com a cultura urbana.

Autores como Mussolini (1980), DIEGUES (1983, 1998), Sanches (1997) apresentam a relação homem/natureza nessas comunidades, em um sentido místico, em que o sagrado impera como uma referência estruturante das práticas sociais. O respeito às fases da lua, tabus que restringem ou proíbem certas atividades de caça e pesca por determinados períodos, entre outros diversos simbolismos existentes nessa cultura, demonstram como o caiçara (re)constrói o seu modo de vida, baseado no ritmo e nos ciclos da natureza.

---

[3] Em Diegues (2005) o termo utilizado para o caiçara é tipo étnico/cultural, considerando sua origem e também dos hábitos culturais.

A relação entre homem e natureza apresenta-se por meio de práticas sociais que se constituem em conhecimento que as comunidades desenvolveram no cotidiano e no domínio do território, principalmente sobre as espécies de fauna e flora; um exemplo são as propriedades curativas atribuídas a algumas espécies. Sem dúvida, é uma relação importante para compreender a existência do caiçara, das comunidades tradicionais e do bioma Mata Atlântica.

A partir desta discussão atribuiu-se um significado às comunidades caiçaras e ao sujeito que nelas vive construíram-se alguns caminhos para a análise e compreensão do modo de vida dessa comunidade. O primeiro passo foi identificar as relações sociais, as instituições que formavam e davam vida à comunidade, chegando ao entendimento de que se tratava de uma comunidade caiçara. O entendimento veio por meio de estudos teóricos e conversas informais com os moradores, que se autodenominam caiçaras e entendem a importância de seu grupo social. Neste caminho foi necessário identificar no grupo os elementos desse auto-reconhecimento. Isso ocorre na vivência com o grupo, caso contrário, qualquer tipo de investigação não seria suficiente para indicar a qual grupo pertencem.

As observações, descrições e análises foram importantes e começaram em 2004, quando a pesquisadora já tinha a intenção de fazer um trabalho científico com a comunidade e iniciou visitas periódicas ao local. Mesmo não formalizando as entrevistas, esse período foi importante para que se estabelecesse uma relação com as pessoas do lugar. Possibilitou entender os processos de formação do lugar e, além das vivências, as conversas informais contribuíram para a construção do problema.

Apesar da definição e caracterização do grupo, percebeu-se que nem todos viviam exatamente dentro da dinâmica relacionada aos grupos caiçaras, e que muitas eram as influências que descaracterizavam a essência do modo de vida tradicional. Foi importante, nesse período, entender que a cultura e o modo de vida não são estáticos, as mudanças são sociais e levam a características bem peculiares.

Essas informações levaram a alguns questionamentos e resultaram no **problema da dissertação:** como esse grupo social pode viver a condição de caiçara, mesmo tendo que se adequar às novas condições impostas pela urbanização do espaço e de leis ambientais severas? A reprodução do seu modo de vida baseia-se em fatores que dependem entre outras coisas, de isolamento geográfico e de exploração de subsistência da natureza. Essas condições lhes foram retiradas, resta saber o que sobrou para que consigam (re)existir como caiçaras. O

caminho escolhido para revelar como esse grupo social vive sua condição de caiçara, foi um estudo do seu cotidiano e das suas territorialidades[4].

Iniciou-se uma incursão histórica para se perceber qual o momento que propiciou rupturas no modo de vida, culminando em várias transformações socioeconômicas e culturais na comunidade. A busca proporcionou várias descobertas, pois identificou uma importante ruptura entre o modo de vida tradicional caiçara e a inserção de novas atividades da cultura urbana, como, por exemplo, o turismo. Chegou-se ao entendimento de que a rodovia, trouxe modernização e que ela estabeleceu na região no fim da década de 1970, imposta pelo estado, não só a efetivação de um projeto material, representado pela estrada mas também atuou como principal motivador para se estabelecerem as transformações no modo de vida caiçara.

As mudanças no modo de vida do caiçara, a partir desse período foram profundas. O principal elemento dessa mudança foi aprender a viver sem as áreas de cultivos acarretando em diversas perdas de elementos culturais ligados à prática de plantar.

Contudo, restaram elementos dessa cultura, alguns se apresentando mais vivos do que outros. Nessa perspectiva, podem-se citar as relações sociais entre vizinhos (nesse caso com certo parentesco), a religiosidade (mesmo dentro das novas igrejas) e ainda, as festas e a gastronomia.

Desta forma, as festas e a gastronomia apresentam-se como um ponto de partida, porém não são os únicos que contribuíram para desvendar como funcionam as práticas sociais cotidianas na comunidade caiçara do Puruba. Tal aspecto é confirmado no entendimento de Candido (1977). Para o autor, um dos contextos do modo de vida é baseado na alimentação:

> [...] a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta e continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador [...] (CANDIDO, 1977, p.28).

Essa ideia significa que a alimentação pode ser pensada e interpretada como um vínculo estabelecido entre o homem e a natureza, expresso não apenas no processo de plantar e se alimentar, mas também pelos simbolismos envolvidos nas festas, na gastronomia, na religiosidade e na solidariedade. Esse fato demonstra que este não é apenas um estudo

---

[4] A territorialidade é a ação dos sujeitos sobre o território, marcada por relações e práticas sociais que estabelecem formas de defesa do espaço em que vivem. É a maneira como os grupos sociais ocupam, usam, controlam e se identificam no território. Para Rafestin (1993) “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade”. (p. 161)

sociológico e histórico, mas um trabalho que faz parte de uma área de estudos denominada Geografia Cultural.

Neste trabalho, os aspectos culturais são representados pela gastronomia[5]. Segundo Barbosa, "comer é um hábito cultural, com significações e expressões diferentes para cada grupo" (BARBOSA, 2008, p.210). O autor lembra que "são os seres humanos e suas disponibilidades técnicas e econômicas que determinam o que é ou não comestível" (BARBOSA, 2008, p.210). A relação entre gastronomia e cultura não é um estudo novo, nem exclusividade de áreas da Sociologia e Antropologia; a Geografia também adotou esta temática e entende da seguinte forma, segundo Barbosa:

> A nova "geografia cultural" – Séc. XX, (anos 80) -, discute a cultura alimentícia como algo inerente ao homem. Ele é produtor de cultura. E comer é acima de tudo, um legado cultural que abrange diferentes nacionalidades, pratos diversificados, solos apropriados, gostos exigentes e disponibilidades econômicas para se consumir. Somando-se a isso, o fato de que, antes, a partir da Revolução Industrial, com a expansão de maquinaria, tanto do campo como também nas cidades, o segmento produtivo de gêneros alimentícios industrializados (enlatados, condimentados, embalados – para citar alguns dos vários exemplos) a gastronomia irá se caracterizar como um importante campo de estudo, por estar vinculado aos elementos materiais e culturais da sociedade. (BARBOSA, 2008, p.207)

Analisando os aspectos simbólicos na perspectiva cultural, entre eles a gastronomia, pensou-se na possibilidade de investigar, a partir das práticas sociais, relações com alguns conceitos da Geografia, tais como território, espaço, paisagem e lugar. Tais conceitos aparecerão no decorrer do texto, contribuindo para que o embasamento teórico possibilite uma análise em profundidade das práticas sociais desse grupo. Porém, o maior destaque será para as transformações no modo de vida e perda do território.

No próprio processo de transformação das relações sociais e no cotidiano, as contradições foram aparecendo na relação com o novo, o que pode ser exemplificado pela religiosidade, que deixa de ser exclusivamente de base católica. Outras denominações religiosas começam a aparecer e, consequentemente, outras manifestações ligadas ao sagrado que afetam a renda comunitária do grupo.

O novo também aparece na forma de se alimentar; se antes o caiçara tinha como fonte de sustento de sua família o resultado do seu trabalho na lavoura e no mar, agora tem que

[5] O termo gastronomia pode ser associado a métodos culinários mais sofisticados e modernos, porém muitos autores utilizam o termo para referenciar a cozinha tradicional. Aqui optamos por utilizar o termo gastronomia sem a pretensão de relacioná-lo a um termo sofisticado ou tradicional, apenas com o intuito de nomear a prática de cozinhar nesta comunidade.

buscar outro meio de ganhar a vida, sobretudo de ganhar dinheiro, para que possa comprar a alimentação no mercado no centro do município, o que gera diversas transformações.

Apesar das mudanças, a cultura caiçara vem (re)existindo[6] nos diversos tipos de influências pelas quais passou, e hoje vive uma outra condição, tendo que enfrentar dificuldades tão ou mais impositivas do que na época da colonização, vividas por seus ancestrais que deram origem à cultura caiçara, índios e negros com as imposições portuguesas.

O **objetivo** geral deste trabalho é compreender como o modo de vida tradicional caiçara inscreve-se na paisagem modificada após a perda de território imposta por grandes obras e a legislação ambiental, identificando as estratégias e arranjos sociais na comunidade caiçara do Puruba. Consideram-se também, as festas e a gastronomia, a família, o trabalho, os saberes e o que resistiu ou se transformou da cultura tradicional, além da inserção da atividade turística, elementos que revelam as práticas cotidianas deste grupo social.

Os objetivos específicos são: Fazer uma análise de como o morador da comunidade caiçara do Puruba consegue (re) existir na condição de caiçara, mesmo diante das imposições do modo de vida capitalista. Descrever e analisar os conflitos e as contradições que surgiram no fim da década de 1970 e início de 1980. Trata-se de acontecimentos que deram origem às transformações do modo de vida caiçara tradicional. Os novos elementos são consequência de um plano estatal que trouxe a princípio a rodovia, e outros problemas resultantes da urbanização do espaço como migrantes, o turismo e a especulação imobiliária. Paralelamente a isso, outros elementos contribuíram com as transformações. Entre eles, pode-se citar a chegada de novas religiosidades, a pesca internacional e a demarcação de áreas ambientais. Investigar e analisar a dinâmica social desse grupo e estudar as práticas cotidianas, destacando, entre elas, a festa, a gastronomia, o trabalho e as relações políticas. Compreender os contrastes e conflitos existentes dentro da nova realidade e como a comunidade vê essa situação, enfatizando a relação turista/morador local.

A realização deste trabalho deu-se em três etapas, a saber:

Primeira etapa: levantamento histórico e geográfico da região; revisão bibliográfica, constituída de fontes primárias; como, por exemplo, banco e base de dados de órgãos

[6] A (re)existência de práticas humanas e representações da qual se fala são resíduos de uma cultura tradicional que sofre diversas influências exteriores. A cultura caiçara foi se modificando, adaptando-se, transformando-se, ao longo de um processo que tende à homogeneização do espaço.

públicos, privados e de instituições não-governamentais no município onde se realizaram os estudos e fontes secundárias tais como revistas científicas, livros e produções acadêmicas.

Segunda etapa: pesquisa participante com os moradores da localidade, a fim de identificar seu modo de vida, no que se refere às atividades cotidianas, com entrevistas direcionadas às festas, à gastronomia, ao trabalho e à relação que estabelecem com os fatores relacionados ao turismo, como os visitantes e a atividades que geram renda.

Terceira etapa: compilação dos dados obtidos na primeira e segunda etapas, em uma análise onde se pretendeu elucidar a reprodução do modo de vida nessa comunidade.

Elegeu-se um caminho metodológico a ser percorrido durante a dissertação. Iniciou-se com uma incursão histórica ao território ocupado pela comunidade caiçara do Puruba, até o início da década de 1980, quando da chegada da rodovia BR-101, período em que ocorrem rupturas que transformam o ritmo de vida da comunidade. Em seguida fez-se uma análise sobre o grupo social estudado e suas peculiaridades nos dias atuais, abrangendo aspectos do cotidiano e das suas territorialidades.

Ainda refletindo e analisando o cotidiano e as suas territorialidades, com uma ênfase maior sobre as perspectivas de trabalho, que envolvem também a educação, a relação política interna e externa, procurou-se compreender como esse grupo social coloca-se diante das imposições vindas dos processos de urbanização que acontecem desde a década de 1970 e se intensificam a cada ano.

Na sequência, identificaram-se e analisaram-se os conflitos e as contradições existentes no lugar, com ênfase para a incorporação da atividade turística.

Para as considerações finais, o intuito foi compreender como a comunidade caiçara do Puruba manteve aspectos da cultura tradicional diante da urbanização do seu entorno, que abrange o município turístico de Ubatuba – SP e a megalópole brasileira, constituída das metrópoles de São Paulo - SP, Santos - SP, Campinas – SP, o aglomerado urbano do Vale do Paraíba Paulista e ainda a metrópole do Rio de Janeiro – RJ.

Os sujeitos participantes desta pesquisa são moradores da comunidade caiçara do Puruba, sejam eles habitantes locais de descendência caiçara ou neo-residentes. Para critérios de inclusão, convidamos as pessoas residentes da comunidade a participarem desta pesquisa e optamos pelos voluntários. Contatou-se um representante de cada residência, com faixa etária variada, sempre considerando a maioridade civil do entrevistado, conforme as leis deste país. O critério de exclusão foi automático, quando assim solicitado pelo sujeito da pesquisa, em

qualquer etapa, sem nenhum ônus. Foram entrevistados 20 moradores, de ambos os sexos, de idades variadas de um universo de aproximadamente 110 moradores, que na condição de voluntários, forneceram entrevista para a pesquisadora. Todo o trabalho de campo foi registrado e será utilizado apenas neste trabalho, conforme os termos e exigências do Comitê de Ética desta instituição.

Em suma, o trabalho se constituiu de incursões históricas que revelaram quais aspectos da cultura tradicional caiçara sobreviveram no grupo social estudado. Observou-se as condições sobre as quais eles vivem hoje, como se deram as transformações e quais os principais conflitos e contradições. Foram estudados aspectos do cotidiano da comunidade, permeados pelas festas e pela gastronomia, pelo trabalho e pelas relações políticas que são, neste caso, uma forma de se reunirem, em diferentes proporções, aspectos do passado e do presente. Desse modo, o trabalho foi constituído dos capítulos descritos a seguir.

Capítulo 1 - Os caiçaras do Puruba: um território clivado pelo moderno. Tem como objetivo descrever e analisar os conflitos e as contradições que surgiram no fim da década de 1970 e início de 1980 e os acontecimentos que deram origem a um processo de transformação do modo de vida. Dentre eles, pode-se citar: a chegada da rodovia, a pesca internacional, a demarcação de áreas ambientais, novas religiosidades, o turismo, migrantes e a especulação imobiliária. No capítulo 1 o procedimento metodológico foi realizado por meio de análises teórico-empíricas sobre as mudanças ocorridas, nesse grupo social, no período proposto. A relação com o próximo capítulo dá-se na inserção de novos elementos nesse grupo social que geraram mudanças profundas no modo de vida. A cultura tradicional caiçara foi transformada por esses elementos e mudou suas dinâmicas sociais.

Capítulo 2 - Identidades e pertencimentos na defesa do território e das territorialidades caiçaras. Teve-se como objetivo a investigação sobre a dinâmica social e cultural desse grupo. O método baseou-se na pesquisa participante com a comunidade local, por meio de entrevista e observação que procurou identificar qual é a dinâmica social dessa comunidade nos dias atuais. Tal procedimento foi realizado por meio das observações das manifestações ligadas à gastronomia e a festa. No próximo capítulo, prosseguiu a análise do cotidiano, mas com destaque ao trabalho e às relações políticas internas e externas à comunidade.

Capítulo 3 - Cotidiano: relações sociais e de Trabalho no território do Puruba. O objetivo foi a análise do cotidiano, porém com ênfase maior nas relações sociais de trabalho. Enfatizou-se a educação e o trabalho e como a comunidade é representada politicamente pela

associação de bairro, seja ela uma força externa ou interna que se relaciona com o Poder Público no município de Ubatuba - SP. O método, neste capítulo, repete-se já que trata-se de uma continuação da análise do cotidiano da comunidade. A conexão com o próximo capítulo estabelece-se no turismo e como essa atividade pode criar perspectivas de geração de renda e trabalho para a comunidade.

Capítulo 4 - Turismo, trabalho e renda no Puruba: a possibilidade de continuar caiçara em um território de disputas. O objetivo foi compreender os contrastes e conflitos existentes dentro da nova realidade e como a comunidade entende a relação turista/morador local, na condição de criação de trabalho e renda. O método de pesquisa com a comunidade local baseou-se na observação da pesquisadora, assim como entrevistas com os moradores locais. Nesta fase, identificou-se como a comunidade age diante da nova realidade, principalmente no que tange à relação com os visitantes e a renda gerada por essas visitas. Nas considerações, retornou-se os resultados de pesquisa e desenvolveu-se uma reflexão sobre o modo de vida caiçara e suas relações com o turismo e as novas territorialidades.

1 OS CAIÇARAS DO PURUBA: UM TERRITÓRIO CLIVADO PELO MODERNO

A década de 1970 marcou a chegada da rodovia e de fatores provenientes da urbanização do espaço, como a especulação imobiliária e o turismo. Luchiari (1999) acredita que esse processo foi mais intenso do que no período anterior (1950-1970), trazendo mudanças rápidas e gerando grandes conflitos.

A chegada da rodovia BR-101, em meados da década de 1970, dentro de um projeto nacional que pretendia ligar o país de norte a sul, ligou toda a região norte do município de Ubatuba aos grandes centros urbanos do país (mapa 1), nessa época ainda em desenvolvimento.

Esse período é marcado também por problemas, como a pesca internacional, demarcação de parques e áreas de proteção ambiental, a especulação imobiliária e a vinda de migrantes e turistas. Uma soma de fatores envolveu a comunidade em processos de transformação acelerados, frente aos quais os caiçaras não tiveram tempo para se adaptar às imposições advindas da modernização do país.

1.1 Caminhos que conectam um país e desconectam uma comunidade.

A definição do caminho metodológico foi o primeiro passo para o início deste trabalho. A pesquisa histórica sobre as rupturas de relações comunitárias no território caiçara do Puruba colocou como ponto de partida histórico o fim da década de 1970, por se tratar de um momento histórico relevante. Anos antes (1964), o país sofreu um golpe militar, e a política brasileira passava por diversas mudanças, deixando de ser um país “democrático” e passando a ser uma ditadura.

O setor econômico brasileiro vivia uma situação desfavorável, com inflação e desemprego em níveis altíssimos, salários baixos e falências de pequenas empresas. Para combater tal situação, os militares lançaram um plano econômico durante o governo de Castello Branco (1964-1967), marcado por grandes investimentos estatais e estruturais. Os

objetivos eram modernizar o país, impedir o avanço do comunismo e da corrupção e recuperar a credibilidade internacional do Brasil.

Apesar do grande desenvolvimento do mercado de consumo, os benefícios contemplaram de maneira mais eficiente as classes médias, que tinham, naquele momento, dinheiro em mãos. Segundo Bordo (2005), a centralização do dinheiro estava disponível para poucos e impediu que as camadas populares pudessem ser favorecidas.

Em busca do desenvolvimento do mercado e dos investimentos do governo, um grande número de pessoas migrava pelo país, aumentando consideravelmente a população urbana, que, em 1970, superou pela primeira vez a população rural. (SANTOS, 2002). As medidas impostas pelo governo incentivaram a expulsão do homem do campo que buscava sobrevida na cidade.

Dentro de toda a estratégia criada pelo governo daquele período, a maior ambição governamental foi construir rodovias que interligassem o país; assim o setor de transportes recebeu muitos investimentos, o que resultou na construção de diversas estradas, muitas delas sem finalização, como é o caso da falta de pavimentação completa da Transamazônica (rodovia que liga as Regiões Norte e Nordeste). As outras rodovias do projeto são a Transbrasiliana, que liga o Pará ao Rio Grande Sul, cortando todo o interior do país; a Translitorânea que liga o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul pelo litoral; a Rodovia dos Imigrantes, que liga São Paulo a Santos; a Belém-Brasília que liga Brasília às demais regiões do país, e também as Pontes Rio - Niterói e a sobre o rio São Francisco, que liga os estados de Alagoas e Sergipe.

Os investimentos na área de transportes também atingiram a indústria automobilística. A modernização dos meios de transporte, carros e ônibus, para a circulação nas novas rodovias e pontes, além de promover a integração nacional, também levaram com mais conforto e segurança os viajantes até esses novos destinos turísticos.

Neste cenário, é possível visualizar como a política de crescimento instaurada no Brasil naquele momento impôs caminhos para interligar o país. Muitas comunidades, antes isoladas, tiveram acesso aos principais centros urbanos. O acesso não foi de mão única: os moradores de centros urbanos também tiveram acesso às comunidades isoladas, abrindo espaço para várias transformações socioeconômicas e culturais, que determinaram o destino dos grupos envolvidos.

Dessa forma, a conexão almejada pelo governo para a expansão econômica aconteceu, principalmente na região Sudeste, onde todo esse processo concretizou-se antes do que em outras localidades, e teve como fator primordial o primeiro trecho entregue da BR-101, que liga a município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, à município do Rio de Janeiro, no estado de mesmo nome.

Todo o desenvolvimento realizado pelo governo nesse período considerou apenas os aspectos econômicos das regiões afetadas por esses projetos. As diretrizes foram baseadas em números e não consideraram, em momento algum, aspectos do vivido, o que reduz os indivíduos atingidos por essas mudanças ao *status* de signo e sinal, conforme colocam Nasser e Fumagalli, em uma crítica a visão estatal sobre o cidadão:

> Desse modo o poder identitário do Estado, produz indivíduos reduzidos ao status de signo e sinal: registros de nascimento, carteiras de trabalho, contratos de casamento, etc. Efetivamente, o Estado pode gerir e dominar vidas inteiras, reduzindo-as a simulacros do cotidiano. (NASSER E FUMAGALI, 1996, p. 34)

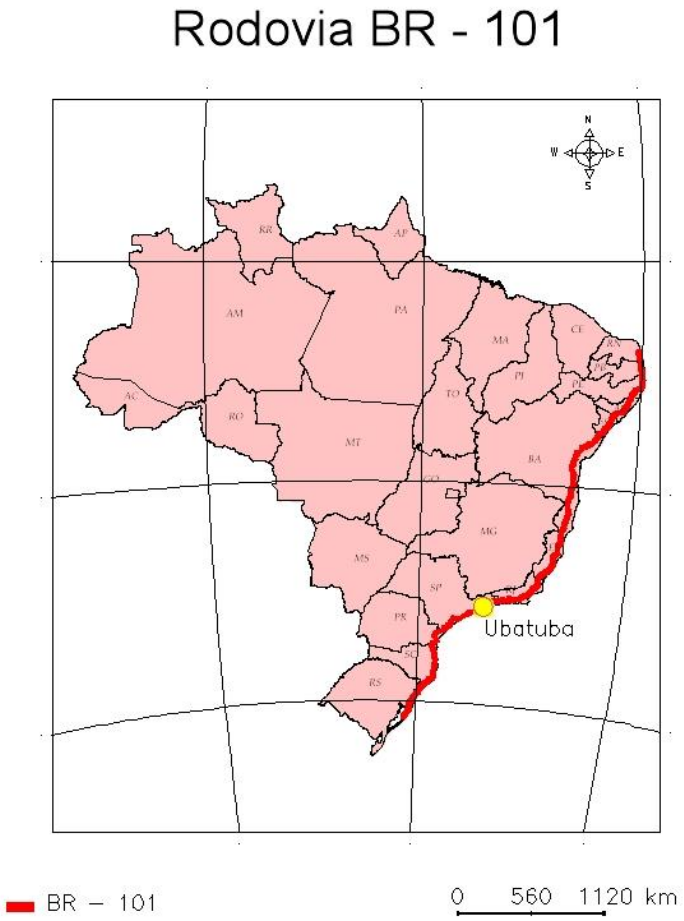
Nasser e Fumagali relatam como o Estado conduz o cotidiano de comunidades, reduzindo suas perspectivas a simples estatísticas, papéis ou necessidades atribuídas pelo próprio Estado, sem considerar o vivido. Bonini também relata essa situação e enfatiza que o período de investimento do governo militar deu-se somente no setor econômico, sem considerar a questão social:

> [...] a ânsia pelo “progresso” se deu em aspectos meramente econômicos, sem haver uma preocupação efetiva com o planejamento social. Em tese esperava-se que ativando a economia estar-se-ia multiplicando o montante da riqueza disponível, conseqüentemente, melhorando o nível de vida das classes subalternas. Na verdade, nunca se alcançou o equilíbrio alardeado entre os aspectos quantitativos e qualitativos do desenvolvimento. A discussão sobre desenvolvimento, desenvolvimento econômico, economia, crescimento de renda, ocorreu no interior do mundo capitalista, no intuito de amenizar os conflitos desencadeados pela concentração do capital. (BONINI, 2008, p. 6)

Conforme afirma Bonini, o enfoque nos aspectos meramente econômicos gerou problemas sociais gravíssimos que não foram resolvidos até os dias atuais e que geraram diversos transtornos para a população brasileira de maneira geral, em especial a área estudada.

1.1.2 A Rodovia.

O projeto governamental de ligar o país de Norte a Sul originou uma rodovia longitudinal a beira-mar, a BR 101, denominada Translitorânea (como pode ser visto no mapa 1). Em alguns trechos, tem o nome oficial de Governador Mário Covas. A rodovia tem seu início no município de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte, seguindo até São José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul. O trecho situado na área de estudos é chamado de Rio-Santos, que liga dois grandes centros, como propõe o nome, e foi o primeiro trecho a ser entregue. A Rodovia SP-55, já existente, contribuiu para que as obras fossem adiantadas, já que parte dessa rodovia foi aproveitada para a construção da BR-101. A pavimentação ocorreu no período de 1978-1985 (LUCHIARI, 1999).



Mapa 1– Mapa da Rodovia BR-101 – localização da BR-101
Fonte: Base de dados IBGE, aplicativo Spring
Autores: VENDRUSCOLO, Gabriel & MORELLI, Graziele A.S. / Julho de 2008

As áreas por onde passa o trecho da rodovia sofreram modificações. Algumas áreas já tinham acesso aos grandes centros bem como um grande fluxo de pessoas, como é o caso do município de Santos. A urbanização já fazia parte da realidade local naquele período. Já os acessos aos municípios no litoral Norte do Estado de São Paulo eram restritos; assim a chegada da rodovia foi um marco para o desenvolvimento da região. Além disso, todo o dinheiro que agora circulava junto à classe média incentivou a atividade turística.

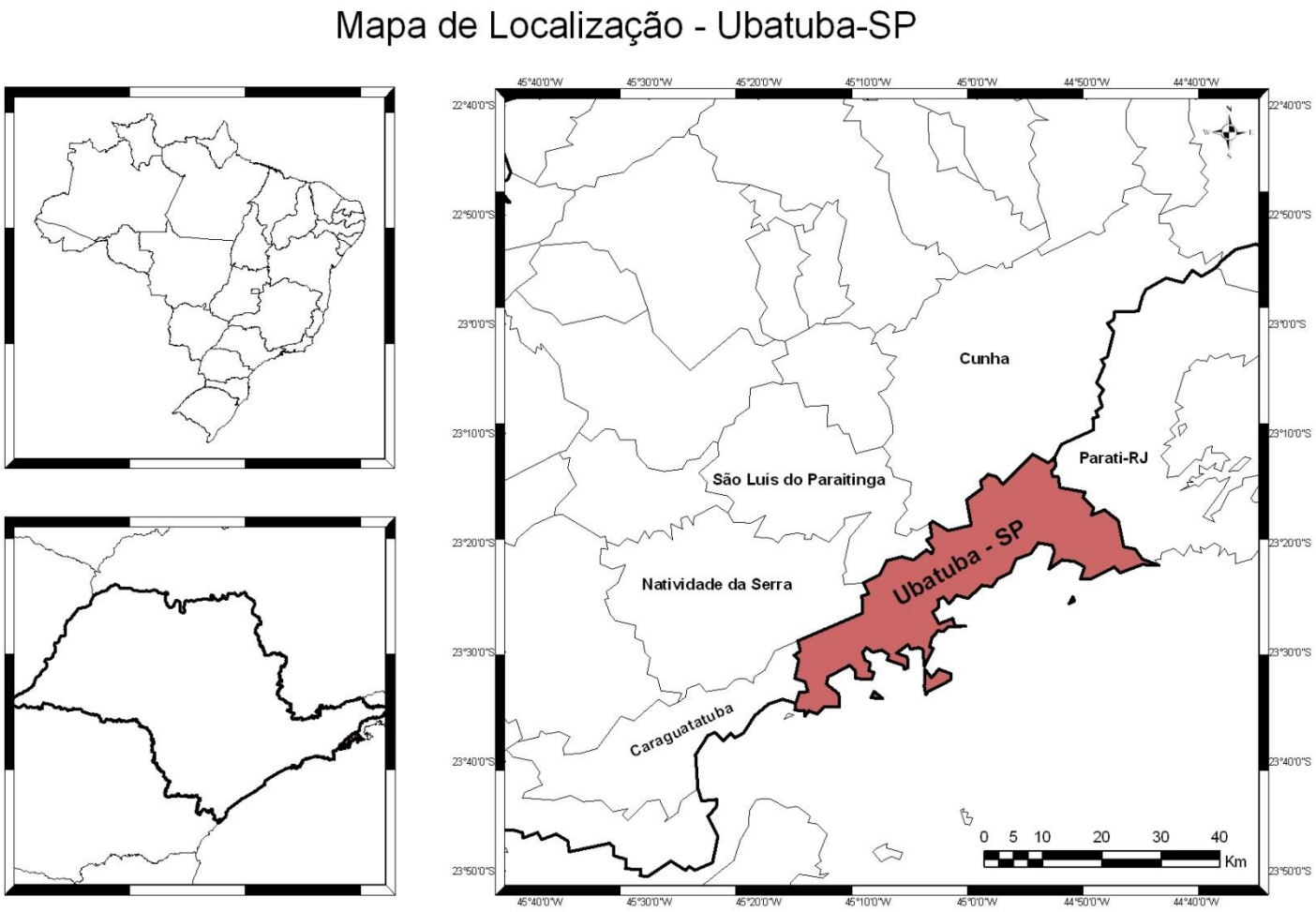
Ubatuba (ver mapa 2), município onde se localiza o objeto de estudos deste trabalho, foi reconhecida como balneário em 1948, quando ocorreram algumas iniciativas em relação à infra-estrutura turística. Os visitantes, porém, chegaram em maior número após a facilidade de acesso, que se deu com a construção das rodovias e a modernização dos veículos.

Antes desse período, a extensão territorial de Ubatuba, a falta de vias de acesso e a falta de construções de moradias de segunda residência e outros meios de hospedagem envolvidos na atividade turística dificultavam a transição de turistas.

Naquele período, Ubatuba não dispunha de qualquer tipo de infra-estrutura, como saneamento básico, escolas ou saúde. Diversas comunidades situadas no norte da cidade ficavam isoladas, criavam certa independência diante daquilo a que não tinham acesso e "[...] acabam por se tornar quase uma autarquia, auto-suficientes e independentes. [...]" (MARCÍLIO, 2005, p. 200).

As comunidades, em geral núcleos familiares que se espalhavam por toda a costa do município de Ubatuba, além do limite da área central, eram divididas em duas áreas: sertões, onde plantavam, e a vila da praia, onde moravam e mantinham territorialidades e sociabilidades, através de festas, religiosidade, comércio e usos dos recursos naturais que incluem a mata e o mar.

A comunicação com o "mundo externo", com a área central do município de Ubatuba, era realizada por meio de picadas (caminhos abertos na mata) ou por canoas de voga por onde viajavam quando o mar estava tranquilo. A extensão territorial do município tem 84 quilômetros de costa, com recorte geográfico bem sinuoso, que compõem as 73 praias, sem contar as ilhas. Essa localização contribuía para que as comunidades continuassem isoladas.



Mapa 2 – Localização do município de Ubatuba - SP
Fonte: Base de dados IBGE, aplicativo Spring
Autores: BRACONARO, Fernando; MORELLI, Ricardo L.; MORELLI, Graziele A.S. / Julho de 2009

Os contatos eram basicamente comerciais. A necessidade de produtos que não eram obtidos em suas roças, como o sal, o pó de café e ocasionalmente o açúcar, era o principal motivo do deslocamento. Aos finais de semana, passeios em visita a parentes ou festas também incentivavam as viagens de canoa ou a pé pelas trilhas.

O isolamento das comunidades no norte de Ubatuba incomodava os governantes, conforme Marcilio (2005). A autora relata que os governantes vindos da metrópole atribuíam o atraso econômico da região a esse isolamento e criticavam o método de agricultura familiar adotado pelos moradores locais. Há de se considerar no comentário da autora o momento histórico, no qual o intuito era modernizar o país. Para os governantes, o isolamento e a agricultura familiar minavam diretamente a modernidade e precisavam ser revertidos. A preocupação com a modernização não ocorreu somente nessa região; outras regiões foram atendidas com os planos governamentais da época.

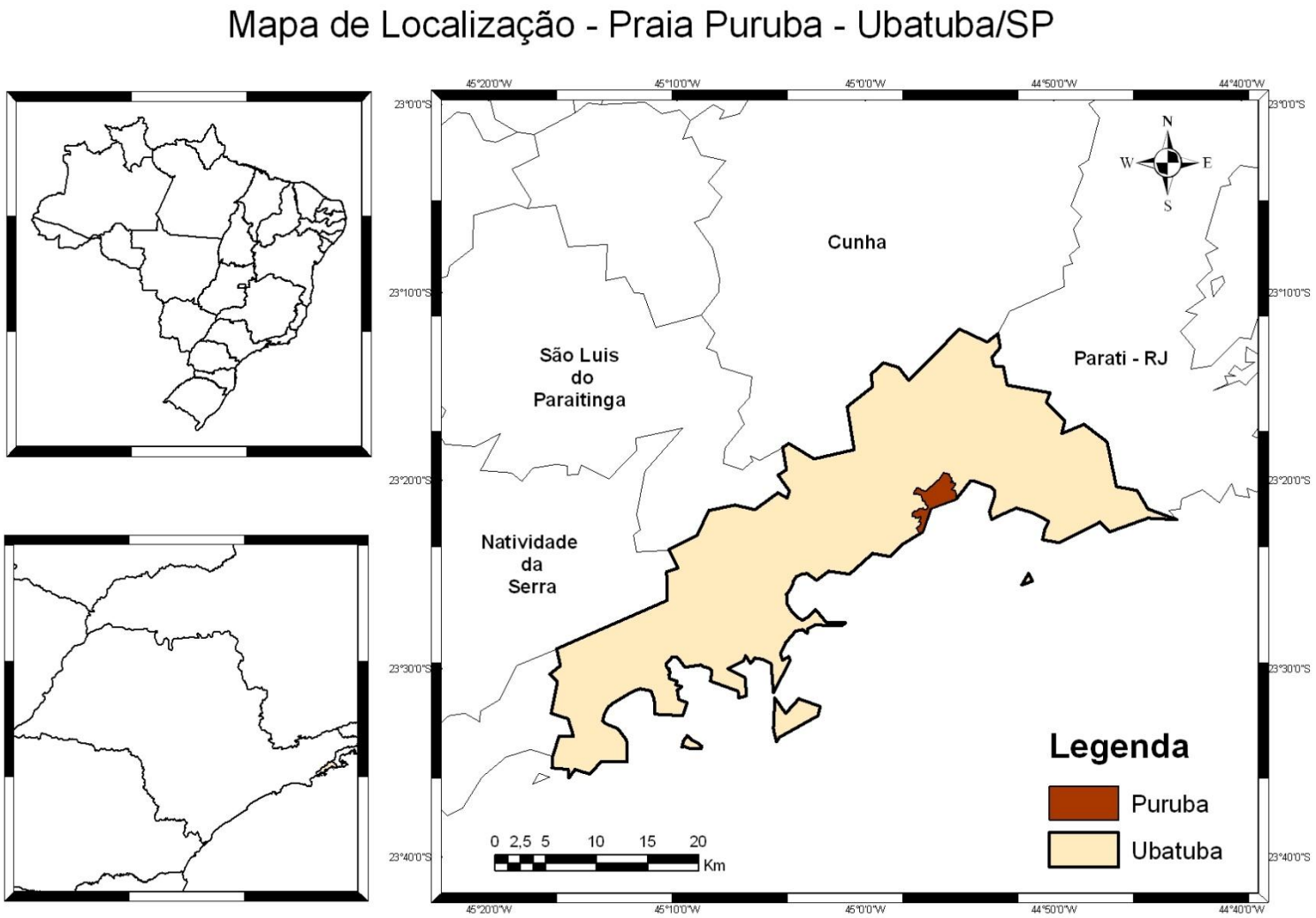
Assim como todas as ações do plano de desenvolvimento daquele governo, o trajeto da rodovia foi definido politicamente, determinando, dessa forma, as áreas atendidas com a passagem da rodovia. Estar próximo da rodovia significava a um município e e/ou comunidade estar próximo do progresso, tão almejado pelos políticos. Também ocorreu a valorização das áreas próximas às rodovias - que já sentiam o aquecimento da especulação imobiliária. E, mais tarde, foi determinante para o destino de cada comunidade. Grande parte da rodovia está à beira-mar, e essas áreas foram muito valorizadas; já em outras, onde a rodovia passa a alguns quilômetros de distância, a valorização foi menor.

Para Luchiari (1999), as transformações socioespaciais desse período afetaram diretamente a “organização social local, remodelaram a paisagem urbana e impuseram novos valores ambientais e socioculturais”.

Os resultados práticos dessa nova situação foram a urbanização das praias, a especulação imobiliária, a migração e o turismo. Muitas praias e vilas foram desmembradas e os habitantes locais venderam suas propriedades.

Na comunidade estudada, a venda de terras também aconteceu, porém de forma distinta de outras praias da região e com muitas particularidades. Esse é exatamente o ponto de investigação e o que despertou interesse na pesquisa.

A comunidade do Puruba mantém-se no mesmo local (ver mapa 3). A julgar pelos depoimentos, relações de trabalho, tipos de edificação, o modo de vida parecem ser muito semelhantes aos de 30 e 40 anos atrás. Sem dúvida, ocorreram transformações, com perdas



Mapa 3 – Localização da área de Estudos: Praia do Puruba
Fonte: Prefeitura Municipal de Ubatuba
Autores: BRACONARO, Fernando; MORELLI, Ricardo L.; MORELLI, Graziele A.S. / Julho de 2009

significativas de aspectos que fundamentaram o antigo modo de vida e suas territorialidades. O processo de transformação demanda adaptações. Apesar de existir no mesmo espaço físico, aparentemente pouco alterado diante das mudanças ocorridas nas praias vizinhas, deve-se considerar as novas imposições sociais vindas da intervenção de outras lógicas sociais e de produção, sobretudo do modo de produção capitalista e da urbanização do espaço.

Tal processo implica o entendimento de que as imposições sociais que ocorreram nessa região contribuíram para uma redefinição do modo de vida dos habitantes locais. Para Baldissera, a relação com o entorno contribui com o (re)modelar da cultura, redefinindo a identidade do grupo:

> Simbólico, provisório e processual, o contorno da identidade é permanentemente (re) desenhado nas complexas negociações atualizadas na fronteira da cultura, ou seja, nos lugares em que a identidade cultural relaciona-se dialogicamente com os *outros*, sejam as identidades que estão fora dela e/ou as muitas vozes identitárias internas. [...] Então, dialógica e recursivamente, a identidade é transformada e transforma, é construída e constrói, é deslocada e desloca. Ampliando e/ou retraindo seu conteúdo simbólico. (BALDISSERA, 2006 p. 95)

O autor chama a atenção para o fato de que a identidade do grupo está em construção constante, e que as transformações dependem das relações estabelecidas com outras culturas. É importante destacar também, que dentro deste conceito o conteúdo simbólico pode ser ampliado ou retraído, e nesse sentido é possível perceber a resistência ao seu modo de vida e força que cada símbolo identitário tem para a comunidade, seja para o grupo, seja individualmente. Isso não quer dizer que alguns símbolos são mais ou menos importantes, e sim que são mais ou menos necessários para manter seu modo de vida e sua identidade de caiçara.

A ligação com esses fatores nem sempre é escolhida ou determinada pela comunidade e gera os desencontros culturais que fazem contrastar o modo de vida tradicional caiçara com o modo de produção capitalista. Esse contraste cria a necessidade de uma (re)criação constante para que as comunidades envolvidas possam sobreviver ou (re)existir. É o processo identitário citado por Baldissera, a busca de sua identidade por meio de aspectos do modo de vida.

A localização e caracterização do local estudado permitiram ao pesquisador um maior entendimento de como se dá esse processo de (re)existência e enfrentamento de fatores externos e internos da comunidade.

1.2 Localização e caracterização do local a ser estudado.

Em meio à Mata Atlântica, a cerca de 24km ao norte do centro de Ubatuba, município do litoral norte do estado de São Paulo, está a comunidade caiçara do Puruba (ver mapa 3). Separada na década de 1970 pela BR-101, a comunidade dividiu-se em sertão e vila da praia.

A vila é cercada pelos rios Puruba[7], que corre paralelo à praia, e o rio Quiririm; ambos se juntam para desaguar no mar (ver ilustração 1). O acesso dá-se a partir do km 34 da BR-101, por uma estrada de terra (de 1,5 km) até o primeiro núcleo de casas (que tem em seu centro uma igreja católica fundada em 1913). A mais alguns metros localiza-se o segundo núcleo de casas (que tem como centralidade uma igreja pentecostal). O percurso que se inicia na rodovia e liga os dois núcleos é margeado por uma vegetação densa; a conservação é proveniente de leis ambientais, impostas pela sua proximidade com o Parque Estadual da Serra do Mar - núcleo Picinguaba e também por se tratar de uma área de restinga.

A configuração do espaço apresenta-se de maneira diferente de outras praias do município de Ubatuba. A vegetação densa evidencia a preocupação com as questões ambientais e, diferentemente de outras áreas do entorno, não existem condomínios[8], sejam eles horizontais ou verticais. As casas têm estruturas pouco elaboradas, algumas ainda sem muros e portões, estão em ruas ou caminhos de terra e se apresentam, para os padrões urbanos, de forma desordenada. A energia elétrica chegou alguns anos após a concretização da rodovia e o telefone via satélite é uma realidade desde novembro de 2007.

Os moradores são, em sua maioria, provenientes de uma mesma família. Há cerca de 50 (cinquenta) residências, com aproximadamente 110 moradores, segundo o presidente da associação de bairro local. Algumas casas fechadas, pertencem a herdeiros que visitam esporadicamente o local ou alugam para turistas, segundo informações do presidente da Sociedade Amigos da Praia do Puruba (SAPRAPU). Alguns poucos estabeleceram-se ali depois de visitarem o local, na condição de turistas. A pesca é pouco utilizada como fonte de renda, mas tem um papel importante como fonte de alimento para o próprio sustento. Para Lopes (2004), é também uma forma de lazer utilizada por moradores locais e visitantes.

---

[7] O rio Puruba destaca-se por ser o responsável pela maior bacia hidrográfica do município, com área de 16.606,00 ha, região mais preservada da costa norte de Ubatuba. (LUCHIARI, 1999)

[8] Os condomínios estão muito presentes nas áreas à beira-mar da cidade. A valorização imobiliária dessas áreas permitiu ao caiçara vender seus lotes à beira-mar e migrar para outras áreas menos valorizadas, em geral, nos chamados sertões. Em alguns casos, a migração foi forçada, e a falta de documentação da propriedade contribuiu com a expulsão da comunidade local.

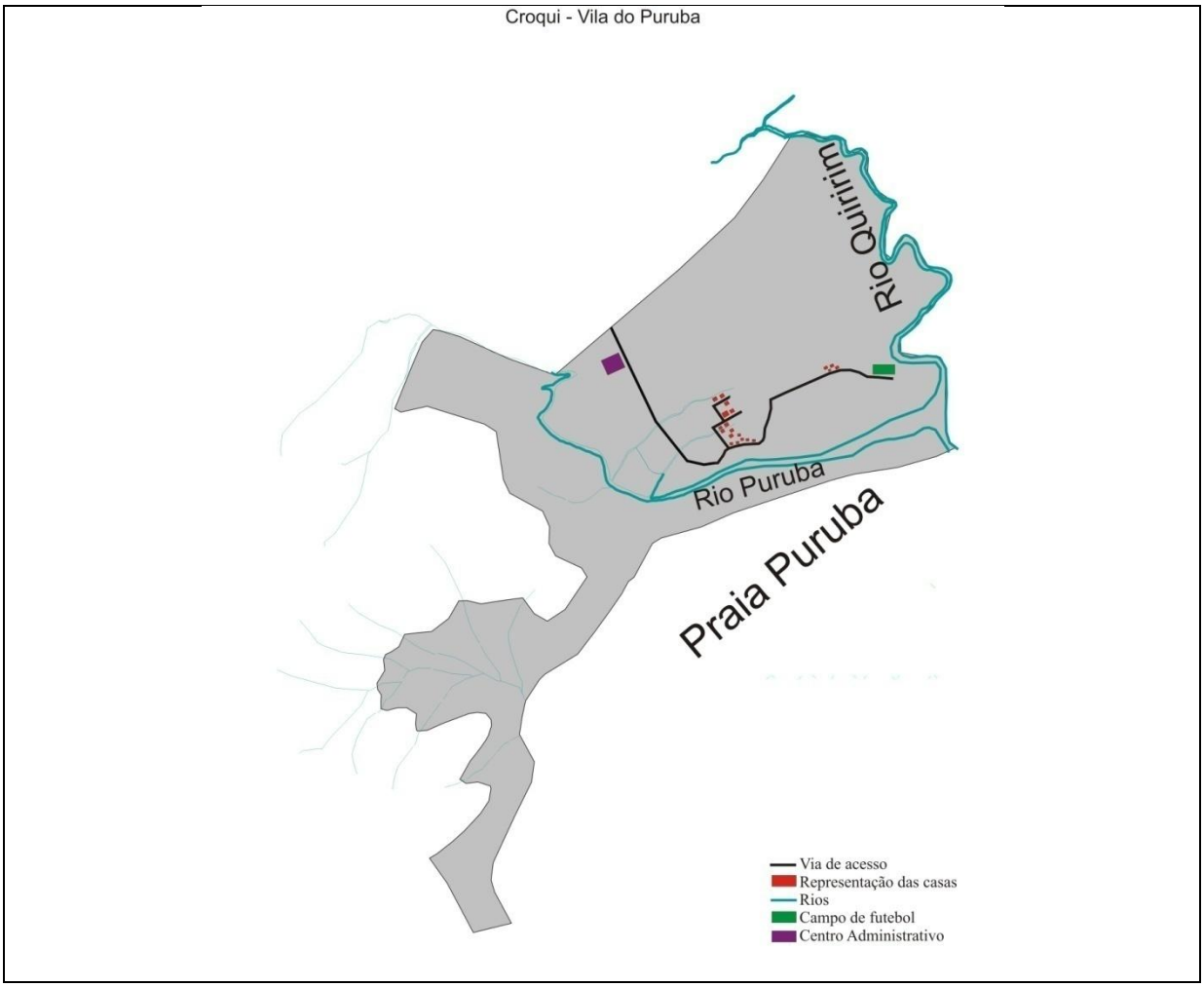


Ilustração 2 - Croqui da Vila do Puruba
Fonte: Prefeitura Municipal de Ubatuba, aplicativo Corel Draw
Autores: Morelli, Ricardo & MORELLI, Graziele A.S. / Julho de 2009

No caminho que liga a BR-101 à vila da praia está a Escola Municipal José Belarmino Sobrinho, que atende crianças do ensino fundamental. Dados da Prefeitura Municipal de Ubatuba e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estimam que 400 alunos sejam atendidos nessa escola. Há também um posto de saúde e recentemente foi instalada uma sede regional que tem função de sub-prefeitura. Todas as edificações e serviços que representam a prefeitura atendem a região norte do município, representada por 25 praias e seus respectivos bairros, chamados de sertão, e ainda 5 ilhas, com um total de 6.000 habitantes

Os moradores manifestam preocupação e indignação diante do atendimento de saúde, que consideram insuficiente para atender às diversas comunidades do entorno, provando a falta de infra-estrutura que o município oferece aos moradores locais.

Essas e outras manifestações demonstram como a comunidade percebe e compreende a transformação do seu modo de vida. O indivíduo deixa de ser apenas caiçara e passa a ter elementos e necessidades do modo de vida urbano.

A questão da terra caiçara como propriedade também sofreu mudanças, passando por um período em que era a única fonte de sobrevivência familiar como o plantio, a moradia e espaço de religiosidade, até o momento em que provocou a ilusão com a venda das terras para a especulação imobiliária. E, nos últimos anos, tem tomado um novo rumo, dentro de um contexto em que a conservação do patrimônio familiar e a conservação ambiental parecem ser a prioridade. Encontra-se nesse ponto a relação que o grupo social do Puruba tem com a família, com trabalho e com a natureza, portanto, com as suas territorialidades, que implicam nas relações de pertencimento, identidade e defesa do seu modo de vida no lugar vivido estabelecidas historicamente e representadas a partir de símbolos materiais e imateriais da cultura caiçara. Nesta perspectiva é importante destacar a importância do mar, do rio, das festas comunitárias e da gastronomia para o modo de vida caiçara. Para o caiçara do Puruba rio e mar são espaços da pesca, da comida, da fartura e da sobrevivência. A festa e a gastronomia representam o momento da sociabilidade do encontro, da confraternização, da vida e de manifestar as suas relações com o grupo, com a história, com as suas habilidades e saberes.

A beleza cênica do local já foi cenário de filmes que retratam o descobrimento do Brasil e atrai visitantes de todos os tipos, sendo em sua maioria os que buscam um maior contato com a natureza. Apesar da exuberante beleza proporcionada pelo encontro do rio com o mar, e da aparente conservação da Mata Atlântica, alguns fatores, como a praia de tombo com areia grossa, o mar violento, os mosquitos e a falta de infra-estrutura turística[9] inibem a visita dos que preferem os padrões de conforto dos grandes centros urbanos.

Contudo, o setor norte do município de Ubatuba, divisa com o Estado do Rio de Janeiro, ficou por décadas em um isolamento quase que total do mundo moderno (1950-1970). Apenas após o projeto nacional no fim da década de 1970, com o objetivo de ligar o país de norte a sul, como já exposto, é que houve a mudança de cenário e de perspectiva para a região.

De certa forma, toda a região norte do município de Ubatuba, continua isolada, no que se refere às questões urbanas. Por exemplo, existem apenas 10 (dez) telefones públicos via

[9]As leis ambientais não permitem a construção e adequações para recepção de turistas na praia, como barracas de vendas de alimentos ou mesmo banheiros públicos, já reinvindicados pelos moradores.

satélite para atender um total de 25 praias, com seus respectivos bairros à beira-mar ou em meio da Mata Atlântica. O acesso ao transporte público é inadequado, se comparado aos padrões urbanos, que estabelecem uma distância de 500 metros do ponto de ônibus até a casa de um cidadão. A saúde pública e a educação passam pelo mesmo processo; são poucas as unidades de atendimento para a população que percorre longas distâncias para obter atendimento.

O transporte público é necessário para contemplar as novas necessidades, que incluem, além da saúde, o trabalho e os estudos. Os moradores dessa região, incluindo os moradores do Puruba, precisam se locomover para trabalhar em outras localidades. O mesmo acontece para aqueles que querem continuar os estudos em nível médio e superior. As escolas, que oferecem cursos, nesses níveis, localizam-se apenas na região central. Os pais com melhores condições financeiras, permitem momentaneamente que seus filhos morem temporariamente em áreas mais centrais, em casa de parentes, por exemplo.

Atualmente as necessidades são ampliadas, ultrapassam as fronteiras determinadas pelo bairro e começam a avançar para os bairros vizinhos, mas, principalmente, para a região central, onde estão as oportunidades de emprego, estudo e saúde.

A falta de comunicação via telefone dificulta e até impede contatos de trabalho, estudo, socorro médico, e também a denuncia de crimes ambientais que acontecem com frequência na região, o que incomoda os moradores locais.

A precariedade de serviços especializados de saúde leva os moradores a procurar esse tipo de serviço no centro da cidade. Seus métodos tradicionais e caseiros já não são suficientes para garantir a cura para determinadas doenças. O modo de vida foi alterado e, com isso, surgiram novas doenças, que são reflexo, também, da nova alimentação que iniciou-se na impossibilidade de plantar, da redução da atividade física diária, já que não podem mais trabalhar com a lavoura, e da implementação de alimentos industrializados, com propriedades nutricionais diferentes. As novas doenças também chegaram depois do intercâmbio com moradores de outras localidades; talvez já existissem, mas eram tratadas de forma diferente, com remédios caseiros. Hoje o caiçara vale-se dos diagnósticos de médicos e remédios de farmácia, conforme retrata o relato a seguir:

> Agora a gente procura sempre o médico e o remédio da farmácia, antigamente a gente não tinha noção também você tinha uma gripe não sabia que tipo de gripe era, dava chá de laranja, chá de sabugueiro, hortelã.
> Tinha o senhor que benzia e a pessoa sarava, até picada de cobra, mas minha avó demorou para chegar e morreu com 40 anos de picada de cobra.
> Hoje em dia neto de caiçara não quer ver o filho com o pé no chão, o menino não pode beber da nossa água, é alérgico a borrachudo.
> A gente não tinha informação sobre doença nenhuma, a gente comia carne de porco, carne do mato, qualquer tipo caça toucinho, torresmo, banha. Morria? Morria! Às vezes era do coração. Ninguém tinha medo de comer nada, hoje vai comer alguma coisa fala olha o colesterol, olha o coração.
> A doença que afetava brabo era Sarampo , catapora era curado com resguardo e remédio caseiro e tinha as mulher mais antiga que todo mundo respeitava, ouvia, obedecia.
> (Trabalho de campo 2008/2009)

O relato revela confiança nos remédios caseiros. Muitas doenças eram curadas apenas com chás e resguardo, sob orientação de benzedores e das mulheres mais velhas da comunidade, que até hoje são muito respeitadas e possuem uma valorização cultural importante.

A preocupação com doenças, como os índices altos de colesterol, é relacionada aos novos conhecimentos adquiridos depois do intercâmbio com mundo moderno. A quantidade de gordura saturada na alimentação diária é uma preocupação do caiçara do Puruba, mas o consumo de carne vermelha gordurosa não desaparece, apenas diminui, também por consequência das leis ambientais que proíbem o caiçara de caçar na Mata Atlântica.

1.3 A Comunidade desconectada dos seus territórios[10].

A vida dos caiçaras sempre foi pautada por territórios, áreas que mantinham sob seus domínios para desenvolver o seu modo de vida, que lhes permitiam sobreviver, mesmo em condições adversas. Contudo, as comunidades foram submetidas à inserção de elementos do mundo moderno, levando-as a se desconectar abruptamente de seus territórios, mas continuaram no lugar mantendo relações com o mar, com o rio e com os seus saberes. Para Milton Santos:

---

[10] O conceito de território passa por diversos autores (Ratzel, Rafestin, Sack), que utilizam o termo considerando que o território é a apropriação do espaço pelas relações de poder. É no território que se configuram as estratégias que afetam, influenciam e controlam pessoas, fenômenos e relações. (SALVADOR, 2009). Porém, é Milton Santos quem dá um novo significado ao conceito, relacionando o território aos usos. Para o autor é a partir dos usos do território que é possível, ao geógrafo, desvendar os diferentes interesses dos diversos agentes sociais que, relacionando-se entre si, atuam na formação dos territórios. (SALVADOR, 2009 e SANTOS, 2000).

> O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual (SANTOS, 2000 p. 26)

Milton Santos considera a existência de um diálogo permanente entre o território usado e o movimento atual, mas isso não significa que a inserção de elementos urbanos do mundo moderno nessa área, tenha sido absorvida de maneira tranquila pelos moradores da comunidade. Trata-se de uma questão polêmica e também se apresenta de maneira contraditória. Quanto mais elementos do mundo urbano, menos isolados tornam-se os moradores. Porém, a partir do momento em que os moradores são inseridos no modo de vida moderno, tendo que se sujeitarem às imposições capitalistas e não podendo mais viver segundo suas tradições, devido a diversos elementos discutidos no decorrer desta dissertação, torna-se ainda mais complexo viver nessas condições. Para Luchiari:

> Também o território, uma outra dimensão do espaço social, nos auxilia na compreensão de como as fronteiras, os nós, as redes podem aproximar, distanciar ou isolar grupos sociais. Desta forma, a transformação do lugar caiçara, no litoral norte paulista, em lugar atrativo para o turismo de segunda residência, estabeleceu territorialidades novas, novos conteúdos sociais e novas formas de valor de uso e de representações da paisagem natural e construída. (LUCHIARI, 1999, p. 63)

A inserção do espaço urbano trouxe para essa e outras comunidades grandes movimentações em torno do território, dos conteúdos sociais, dos valores e das representações da paisagem. Os elementos são diversos, mas pairam em torno de um elemento central: a rodovia, que leva à especulação imobiliária, à busca por áreas que poderiam ser valorizadas, em geral áreas próximas ao mar, onde os caiçaras moravam.

Contudo, o território caiçara nunca se limitou apenas à área de sua moradia, mas sempre esteve relacionado com o mar e a Mata Atlântica. Portanto, a mata e o mar são exemplos de outras territorialidades caiçaras. No mar, a principal atividade era a pesca, que mantinha a alimentação da família e, por vezes, rendia algum dinheiro, que poderia ser trocado por artigos não produzidos na comunidade. Porém, a possibilidade de pesca diminuiu com o passar do tempo, devido às grandes embarcações que pescavam livremente em alto-mar e não permitiam que os peixes chegassem às áreas de pesca caiçara.

A Mata Atlântica servia como fonte de manutenção alimentar com a caça, a colheita de frutos e de plantas que serviam para manutenção da saúde. Além disso, a mata do entorno permitia-lhes criar um ciclo de conhecimento passado através de gerações para aquisição de material de trabalho, como é o caso das árvores específicas para construção de canoas. Mas todo o território estabelecido nessas áreas ligadas à natureza foi desconectado do cotidiano

caiçara quando se estabeleceram leis ambientais[11] que não permitiam que houvesse nenhum tipo de atividade nas áreas de conservação de Mata Atlântica, seja de desmatamento, de colheita ou de caça, alterando os usos desse território caiçara.

Todo esse movimento desconecta a comunidade de seus territórios e das relações com o meio; com isso, perdem-se os lugares: o da moradia, o da sobrevivência, o da religiosidade, o de trabalho, o de lazer. A seguir, será apresentado como ocorreram esses processos que levaram à desconexão/fragmentação do território.

1.3.1 A fragmentação do Território.

A fragmentação do território na comunidade caiçara do Puruba aconteceu com a venda de parte das terras. Todo o relato a seguir foi construído por meio de informações concedidas pelos moradores da comunidade e do entorno desde 2004, quando ainda não se tratava de entrevistas e, sim, de conversas informais da pesquisadora, que frequentava a área, na condição de turista, com os moradores, em momentos diversos.

Em meados da década de 1970, as famílias venderam parte das terras para dois grupos de investidores. Um deles era um grande grupo do ramo de medicamentos. Os moradores locais ficaram com um faixa suficiente para que reproduzissem seus meios de vida naquele momento, considerando as condições com as quais já estavam acostumados, sem prever as novas leis que viriam logo depois, em relação ao meio ambiente.

O objetivo da compra das terras pelos grupos de investidores não era diferente daqueles que já haviam adquirido outras praias do entorno: os condomínios fechados de casas de veraneio. Porém, as novas leis ambientais não permitiram o surgimento dos condomínios e o fato de um dos novos proprietários da área ser um grupo do ramo de medicamentos mudou o destino das terras.

Durante o processo de pedido de loteamento, foi necessário catalogar as espécies da flora e da fauna do lugar. No início desse processo, já se obtiveram alguns indícios de que as

---

[11] As leis ambientais que atingiram essa área começaram a surgir após o golpe militar de 1964. O primeiro decreto que atinge diretamente o uso da Mata Atlântica pelo caiçara é o Decreto Nº 10.251, de 30 de agosto de 1977, que cria o Parque Estadual da Serra do Mar, restringindo o uso, assegurando proteção integral à flora, à fauna, às belezas naturais e colocando à disposição propriedades particulares para desapropriação caso seja necessário. Outras leis vieram depois, mas esse decreto é o que marca as mudanças.

plantas daquela área poderiam render patentes de medicamentos, o que foi um dos motivos que levaram os donos da área a mudar seus planos para as terras. Outra situação que consolidou o fato é que, um pouco mais tarde houve a necessidade de a indústria farmacêutica manter uma área de conservação e estreitar a relação com o meio ambiente, segundo determinações, como a do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Ao mesmo tempo em que as leis ambientais mudavam, houve a instalação do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar nas proximidades, o que alertou às necessidades de conservação do meio ambiente, dificultando ainda mais o loteamento dessa área. Nesse sentido, a especulação imobiliária não teve muito espaço na Praia do Puruba.

Ainda assim, a beleza cênica do local atraiu diversos visitantes e, dentro da área reservada aos caiçaras, alguns herdeiros (que mudaram-se para Santos) venderam suas terras para neo-residentes ou para turistas de segunda residência. São poucos terrenos e casas que encontram-se nessa realidade; porém constituem uma influência direta em relação ao modo de vida.

Em resumo, dois são os fatores que fragmentaram o território do Puruba. O primeiro diz respeito à venda de terras para o grupo do ramo de medicamentos. Naquele momento, preservou-se dois núcleos de casas que já existiam, 110 metros de frente ao mar até a rodovia para o núcleo, onde está a Igreja Católica e 800 m^2 para o segundo núcleo, onde hoje existe a Igreja Pentecostal. Todo o entorno pertence ao grupo do ramo de medicamentos inclusive a área onde está a Igreja de Santa Cruz. O segundo fator de fragmentação do território diz respeito à venda e ou aluguel de cerca de 10 casas para neo-residentes ou para locação de veraneio.

Na primeira situação, o território fragmentado limita a possibilidade de adentrar a mata para qualquer tipo de atividade; e, depois das leis ambientais, foi proibido o ingresso à mata não apenas por se tratar de área privada, mas também por ser área de conservação ambiental.

No segundo caso, os moradores estabelecem contato com outras pessoas que passam a morar também na comunidade, mas não compartilham do mesmo modo de vida, já que são provenientes dos centros urbanos.

O espaço foi diminuído. A comunidade perdendo parte do seu território teve a necessidade de demarcar novos territórios, criar novas estratégias para reprodução da vida. O processo foi acontecendo intensamente e novos fatores simultâneos dificultaram ainda mais a

adaptação às imposições. A comunidade teve de se reterritorializar[12] em diversos aspectos do seu cotidiano. A nova situação será discutida a seguir e começa com a questão da demarcação de parques ambientais.

1.3.2 Demarcação de áreas ambientais.

O período da década de 1970 apresenta outro ponto importante, que determina a relação do homem caiçara com o meio. A demarcação de parques ambientais começa nesse período e tem como objetivo "preservar espaços com atributos ecológicos importantes". (DIEGUES, 1998, p. 13).

Diegues é um dos maiores críticos desse modelo de demarcação de áreas ambientais. Segundo o autor, trata-se de um modelo americano transposto para países de terceiro mundo, inclusive para o Brasil, sem considerar as diferenças ecológicas, sociais e culturais.

> Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma cultura, de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais. Ora, a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural. (DIEGUES, 1998, p. 14)

Na área estudada, o processo de demarcação de parques ocorreu de forma muito semelhante à descrita por Diegues. O Parque Estadual da Serra do Mar foi demarcado em 1977 e o Núcleo Picinguaba, implantado em 1979. O objetivo da implantação do parque era proteger a Mata Atlântica, que se estendia por toda a costa brasileira. Hoje, restam apenas 5% do total original cobrindo o Estado de São Paulo, que era de 80% de toda a área.[13]

A implantação do Parque e o processo de transformação e adequação da legislação ambiental trazem para a comunidade do Puruba uma situação no mínimo contraditória, pois, ao mesmo tempo em que não permite a reprodução do modo de vida caiçara, trinta anos

---

[12] A reterritorialização é um conjunto de artifícios criados por sujeitos de um grupo social, que foram desterritorializados, para reencontrar no espaço outros territórios, portanto outras estratégias de sobrevivência, já que as anteriores lhes foram retiradas.

[13] (Fonte: Núcleo Picinguaba, disponível em http://www.ubatuba.com.br/pesm/index.htm, acessado em set/2008). O Núcleo Picinguaba foi criado e incorporado ao Parque Estadual da Serra do Mar em 1979, dois anos depois da criação do parque, que mantém oito núcleos administrativos. O objetivo deste núcleo é proteger o que restou de Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Com isso todos os estudos deste parque são voltados para a este bioma.

depois garante sua sobrevivência. Desde a implantação, os objetivos e características desse núcleo são um pouco diferentes dos de outras áreas de Parques Estaduais. As diferenças mais determinantes são três. Primeiro, pela localização física, que abrange a orla marítima e garante uma proteção maior em relação à especulação imobiliária; segundo, pela valorização da cultura caiçara, e o terceiro ponto é uma complementação do segundo: os caiçaras que habitavam a área não precisaram sair de suas terras, apesar da restrição de utilização das terras para plantação, caça e extrativismo.

O contraditório dessa situação está no fato de que as restrições ambientais que não permitem a utilização dos recursos oferecidos pela Mata Atlântica para sua sobrevivência também proibiram que as terras compradas pelo grupo do ramo de medicamentos transformassem a praia do Puruba em condomínio do Puruba, o que geraria um impacto muito maior ou mesmo impediria a sobrevivência dessa comunidade, como ocorreu em outras áreas do mesmo município.

Os modelos de implementação de Parques Nacionais pelo mundo são diversos e em geral, não consideram as populações existentes na área de implantação, transferindo-as, conforme relata Diegues:

> [...] O estabelecimento de parques nacionais significou para essas populações aumento de restrições no uso de recursos naturais que inviabilizaram sua sobrevivência. Os grupos de caçadores, pescadores, extrativistas que tinham desenvolvido uma simbiose com as áreas de florestas, rios e regiões litorâneas e que foram transferidos para outras áreas – como o caso dos Tharus, do Nepal, de tradição agropastoril -, têm grande dificuldade de sobreviver com a proibição de suas atividades tradicionais pela criação de parques. (DIEGUES, 1998, p. 19)

Esse não foi um padrão seguido em Picinguaba, o que significa um avanço na questão das leis ambientais relacionadas às populações tradicionais. Não houve a transferência para aqueles que já tinham uma história com o lugar e vinham de uma cultura caiçara. Apenas aqueles que ocuparam a área na condição de migrantes, possivelmente por conta da construção da rodovia BR-101, tiveram de ser transferidos.

Esse é um caso particular dessa área, mas a simples permanência dos caiçaras não garantiu a sua sobrevivência; a falta de possibilidade de relação com a mata, principalmente no que diz respeito à alimentação, também trouxe a necessidade de uma (re)existência. A implementação desse Parque destaca a cultura como uma de suas prioridades. Resta saber qual conceito de cultura foi adotado, já que a falta de possibilidade de plantar e colher na área de parque compromete todo o conjunto cultural. É como se fosse possível fragmentar a cultura e preservá-la apenas em alguns aspectos.

A partir do momento em que o caiçara fica proibido de plantar, por exemplo, ocorre uma cadeia de fatores que compromete a cultura. Ele deixa de preparar o alimento conforme sua tradição, já que os ingredientes não estão mais disponíveis. Deixa de ofertar ao Santo parte de sua colheita, que já não existe. Deixa de cantar durante o processo de plantio, e assim, sucessivamente, desabando uma sobre as outras suas manifestações culturais.

Para citar mais um exemplo dessa fragmentação territorial que incide fortemente sobre a vida e a cultura das pessoas, como é possível manter a cultura de pesca quando não mais é possível derrubar uma árvore para a construção de uma canoa? Quando não é possível a construção da canoa, deixa-se de identificar na mata a árvore adequada, segundo seu conhecimento e, com isso, deixa de ser confeccionados os instrumentos de trabalho. Ou seja, perdem-se as técnicas de identificação da madeira e de fabricação da canoa, existindo a possibilidade de se exaurir o elemento central da cultura, a própria pesca

> Meu pai conseguiu achar uma árvore boa pra canoa, foi pedir liberação para o IBAMA não conseguiu, como ele tava precisando da canoa pagou para fazer, três mil, mas ele sabia fazer achou a árvore e tudo mas não deixaram.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Todo o processo de técnicas para confecção dos instrumentos de trabalho é passado de geração a geração; neste caso, houve a identificação do material para a construção da canoa, mas não houve autorização do órgão ambiental responsável. Diante da impossibilidade de retirar da mata a árvore, houve a necessidade de comprar a canoa de outro artesão. Dessa forma, houve uma ruptura no processo de aprendizagem das novas gerações, que não puderam participar desse processo.

Não é o caso de fazer aqui uma apologia à cultura que se estabeleceu na relação do caiçara com o mar e a Mata Atlântica e, sim, de questionar se os objetivos do Parque têm sido atingidos. É possível concluir que a boa intenção em manter o caiçara e sua cultura não tem sido suficiente; seria necessária uma reestruturação nesse planejamento, considerando-se o modo de vida como fundante da cultura, e todas as facetas envolvidas nesse processo. É algo complexo, que deve ser melhor estudado a cada implantação de novos parques com a criação de estratégias mais eficientes.

Em outras áreas onde os Parques Estaduais foram implantados, a situação se apresentou de forma como relata Diegues:

> Na maioria dos casos, as chamadas populações tradicionais encontram-se isoladas, vivendo em ecossistemas tidos até agora como marginais (mangues, restinga, florestas tropicais), são analfabetas e têm pouco poder político, além de não terem títulos de propriedade da terra. Esse fato, muito comum em países subdesenvolvidos, as tornam passiveis de desapropriação fácil, sem terem compensação real pela terra que habitam há gerações. Os proprietários de grandes áreas, que freqüentemente usurparam os direitos dos moradores tradicionais por apresentarem títulos de propriedade, são compensados satisfatoriamente e, muitas vezes, lucram com a desapropriação. (DIEGUES, 1998, p. 20)

Fica claro que, apesar de se tratar de terras caiçaras, em área de Parque Estadual, cada lugar teve um destino e os fatores externos e os interesses internos foram determinantes nos resultados obtidos em cada local. Na costa litorânea, o município de Ubatuba até o de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, é possível encontrar comunidades com problemas relativos à posse de terras. Algumas se transformaram em condomínios, outras foram devolvidas aos caiçaras, outras destinadas a áreas de conservação, enfim: destinos diferentes na posse e utilização da terra que caracterizaram cada comunidade de maneira única.

Na comunidade do Puruba, as pesquisas em campo e as relações estabelecidas com a população local foram essenciais para descobrir tais diferenças. Dessa forma, os estudos não são uma reprodução de outros resultados, pois levaram em consideração as particularidades do lugar e da comunidade. Na verdade, o objetivo foi esclarecer as estratégias, os arranjos socioespaciais a partir das práticas culturais de (re)existência, que são apresentados no decorrer da presente dissertação.

A essência das práticas sociais está relacionada aos conteúdos culturais, também se manifesta na alimentação. Todo o processo de reorganização territorial iniciou com a impossibilidade de plantar e depois pescar. Foi necessário que a comunidade criasse alternativas para a sobrevivência. É nessa busca pelo alimento que residem as estratégias envolvidas em práticas sociais, que também estão relacionadas à religiosidade caiçara.

1.4 A tradição da pesca: revelando as estratégias de (re)existências sociais.

A pesca sempre foi a principal atividade do caiçara morador da vila da praia. Sua relação com o mar e com os rios do entorno permitiu-lhes encontrar um meio de sobrevivência. A atividade pesqueira sempre contribuiu para que o cardápio fosse rico em nutrientes e que sua fonte de alimento fosse diversificada. Foi também a principal fonte de

renda dentre todas as suas atividades produtivas. A grande quantidade extraída, a pouca possibilidade de armazenamento e a procura pelo produto incentivavam a venda.

A diminuição dos peixes é assunto amplamente discutido em encontros de povos caiçaras, que acontecem por todo o litoral que habitam. O fenômeno da diminuição do peixe é atribuído ao desenvolvimento da indústria pesqueira, que iniciou-se na década de 1970. Segundo Diegues (1983), existe uma relação direta entre o desenvolvimento tecnológico da indústria pesqueira e a impossibilidade de pesca das comunidades caiçaras. Muitos homens caiçaras deixaram de trabalhar com suas pequenas embarcações e passaram a trabalhar em grandes navios de pesca, em larga escala. Muitos deixaram suas terras no litoral norte e mudaram-se definitivamente para o município de Santos.

Trocar a pequena embarcação com que o pescador administrava o seu tempo por grandes embarcações onde se tornou funcionário não foi exatamente uma opção. A pesca em alto-mar impede que os cardumes cheguem à área de pesca das pequenas embarcações, áreas rasas onde houve o esgotamento. Desse modo, atividades que eram praticamente tradicionais aos caiçaras vêm desaparecendo, embora algumas vilas ainda mantenham áreas de pesca que, segundo Diegues (1983), podem ser consideradas pertencentes à pequena produção mercantil, com os pescadores trabalhando em um regime que varia entre a pequena produção familiar e a pequena produção artesanal. Para Martins, a explicação está na relação entre o homem e a natureza, quando o homem se apropria dela e a modifica diante daquilo que considera ideal para contemplar as suas necessidades:

> [...]o homem que, na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza. (MARTINS, 1996, p. 15)

No contexto da área de estudo, o homem citado por Martins pode ser entendido como alguém determinado pela demanda que mercantiliza as relações sociais de produção, que muda as estratégias de pesca, modificando o modo de vida caiçara e a relação com a natureza, trazendo consigo outras imposições sociais que impedem esse homem de criar estratégias tão competitivas para reproduzir seu modo de vida.

Os moradores do Puruba atribuem a falta de peixes em áreas rasas aonde chegam as suas embarcações também às normas estabelecidas pelo mercado. Os caiçaras respeitam um calendário muito mais rígido do que aquele que está em vigor pelas leis ambientais. Acreditam que a falta de respeito ao ciclo de reprodução de peixes como a tainha, a sardinha e o robalo pelas embarcações de grande porte é o que impede que a pesca caiçara possa

continuar e reafirmam que o desaparecimento dessas espécies, devido à falta de respeito aos períodos de reprodução reais e não somente ao calendário estabelecido pelas ações comerciais, também prejudica os pequenos pescadores.

O respeito à época de reprodução demonstra não apenas uma consciência ecológica do caiçara, mas o seu respeito ao mar, ao peixe, à natureza como entidade representada no religioso. Comunidades tradicionais estabelecem uma relação diferenciada com os elementos naturais, não veem no mar apenas a fonte de seu trabalho, mas o respeitam como uma entidade superior, que tem poderes de condicionar ou não os resultados dessa pesca, que demonstra o seu contentamento ou não com as atitudes humanas e que, portanto, tem poderes próprios:

> Quando veio essa parada da pesca do camarão, que o IBAMA mandou parar a pesca do camarão, quando faltava 40 dias para parar a pesca do camarão o camarão parou sozinho não precisou ninguém pará ele, e daí pra cá nunca mais aumentou a produção do camarão, é esse pouquinho que tá aí.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Evidente, que no entendimento do entrevistado sobre as necessidades ambientais, o estabelecimento de regras é determinado pelas relações com o meio ambiente e não depende das ações estipuladas pelo mercado ou por instituições governamentais. É algo superior à vontade humana, determinada por ciclos estabelecidos pelo natural. Está relacionado à religiosidade, e que não pode ser entendida dentro dos parâmetros fixados pela religião formal, mas sim, com crenças e as manifestações de fé, transmitidas de geração a geração.

Quando se fala de religiosidade, estabelece-se uma relação direta com as religiões. Porém, ao estudar grupos tradicionais, deve haver uma preocupação com as práticas sociais que revelam muito mais, principalmente no que diz respeito ao patrimônio material e imaterial, do que a própria religião. Nesses grupos, o religioso não se limita às relações com a Igreja, mas é ampliado por meio de manifestações cotidianas e, apesar de ser uma sociabilidade simples, o religioso é o principal enlace social que os potencializa, que os faz existirem como caiçaras.

1.5 O patrimônio imaterial caiçara: a religiosidade como enlace do vivido.

A religiosidade caiçara sempre foi muito intensa e está ligada diretamente ao catolicismo rústico[14] e suas manifestações; porém, não se limita a ritos dentro de templos. Os territórios sagrados estão ligados ao vivido. Com isso, podem ser percebidas desde pequenas manifestações, muitas vezes sutis, até grandes manifestações, que envolvem rituais mais elaborados, sempre em atividades ligadas ao cotidiano.

Segundo Andrade (2008) essa é uma característica também de comunidades rurais que, devido ao isolamento social e espacial, não puderam manter os deslocamentos até os templos ou contar com os sacerdotes da Igreja Católica. Isso trouxe certa autonomia na prática religiosa e que se manteve mesmo depois de abertos novos caminhos. Podemos facilmente entender que, com os caiçaras, a relação com a Igreja Católica chamada de oficial aconteceu da mesma maneira.

Apesar da ligação com o Catolicismo Europeu considerado oficial, as comunidades caiçaras desenvolveram sua religiosidade com grande influência e sentimentos indígena e do negro, o que determina os caminhos para que a religião se torne religiosidade. Os ritos não seguem apenas os padrões impostos pela Igreja, mas revelam outros tipos de manifestações que podem ser encontradas apenas em determinados locais, com características bem específicas.

Dessa forma, será possível ver manifestações de religiosidade não apenas nos templos, mas também nas atividades ligadas ao trabalho, plantação, colheita, pesca; seja no agradecimento ao resultado desse trabalho, seja na permissão para que se realize o trabalho. É comum ver um pescador caiçara pedir licença ao mar para que se possa pescar. Dividir o pescado com o Santo é outro exemplo:

> Na época da tainha quando pegava muita tainha, tinha vão supor 10 pessoas, fazia 11 quinhão[15], o décimo primeiro quinhão era do Santo, aquela pessoa que tirasse aquele quinhão tinha que arrematar aquele quinhão, tinha que comprar.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

---

[14] O catolicismo rústico está ligado a comunidades isoladas que desenvolveram, no decorrer dos anos, seus próprios ritos e signos, muitas vezes independentes da Igreja Católica oficial. Segundo Azevedo (1966): "Essa religiosidade relaciona-se mais com a estrutura da comunidade local do que com a sociedade nacional e é relativamente independente da Igreja formal. Também é certo que, muitas vezes, o culto do santo da devoção do indivíduo é mais importante do que o do padroeiro da comunidade" (AZEVEDO, 1966: 184)

[15] Nas comunidades caiçaras o "Quinhão" é uma quantidade variável de peixes, resultante da divisão do montante conseguido ao "passar" a rede. Em algumas comunidades, o dono da rede fica com um terço do montante e os outros dois terços são divididos entre aqueles que ajudaram a "passar" a rede.

Nesse ponto, estabelecia-se a relação com a religião, já que o dinheiro destinado à compra daquela quantidade de peixe era destinado à Igreja. Superstições são comuns e também o respeito a dias santos, quando o caiçara não realiza qualquer tipo de trabalho, seja na lavoura, na mata ou no mar.

A música e a dança também estabelecem o vínculo entre o trabalho e o sagrado, o material e o imaterial. Para Setti (2006), trata-se de "recursos que o pescador caiçara encontra para resistir, ou ao menos, reduzir os efeitos do processo desagregador" (SETTI, 2006, p. 35).

Assim, as manifestações culturais ganham força e passam a ser a representação de uma cultura fragmentada por processos urbanos e que se apresenta ainda mais ameaçada quando aparecem as Igrejas Pentecostais na região. Setti (2006) acredita que o fenômeno do "pentecostalismo tem acarretado sérios problemas de opção religiosa, tem desorganizado famílias [...] criando dissensões familiares e dificultando a atividade musical[16]." (SETTI, 2006, p. 36).

São muitos fatores simultâneos que desmembraram as comunidades e seu modo de vida, impondo ao caiçara novas condições para se reproduzir como tal. Entre esses fatores encontra-se o turismo.

1.6 A busca do Paraíso: o homem urbano e a segunda residência no litoral ocupado pelo caiçara.

As particularidades da região manifestam-se também na atividade turística. No entorno do Puruba surgiu, recentemente, o turismo de segunda residência. Poucos e recentes são os hotéis do município de Ubatuba. Assim explica Diegues a vida no campo, leia-se fora dos grandes centros assim como o litoral, passou a ser idealizada pelas classes sociais dos grandes centros:

[16] A atividade musical é uma das características da cultura caiçara tradicional, que vai desde a construção de instrumentos, como a rabeca (uma espécie de violino rústico) até músicas exaltando a vida do caiçara, seja no âmbito da religiosidade, seja no profano. Para maiores detalhes consultar Setti (1985).

> [...]A vida no campo passou a ser idealizada sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. Thomas sugere também que o crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria originado um certo sentimento anti-social ou antiagregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual. (DIEGUES, 1998 p. 24)

A segunda residência estabelece-se na busca das sociedades urbanas por um retorno à vida no campo[17]. Parece ser uma necessidade humana o contato com a natureza. Ao mesmo tempo, a necessidade humana por segurança e conforto reflete na construção dos condomínios fechados, casas de grande porte, dentro de áreas com guaritas, cercas e seguranças particulares que, por muitas vezes, impedem outros turistas e caiçaras de acessarem a praia.

Como exposição anterior, o interesse político determinou quais áreas seriam ou não valorizadas pela especulação imobiliária. As praias mais próximas do centro do município de Ubatuba e ao sul, em direção ao município de Caraguatuba, foram as escolhidas para os empreendimentos de segunda residência, como pode ser visto no mapa 5.

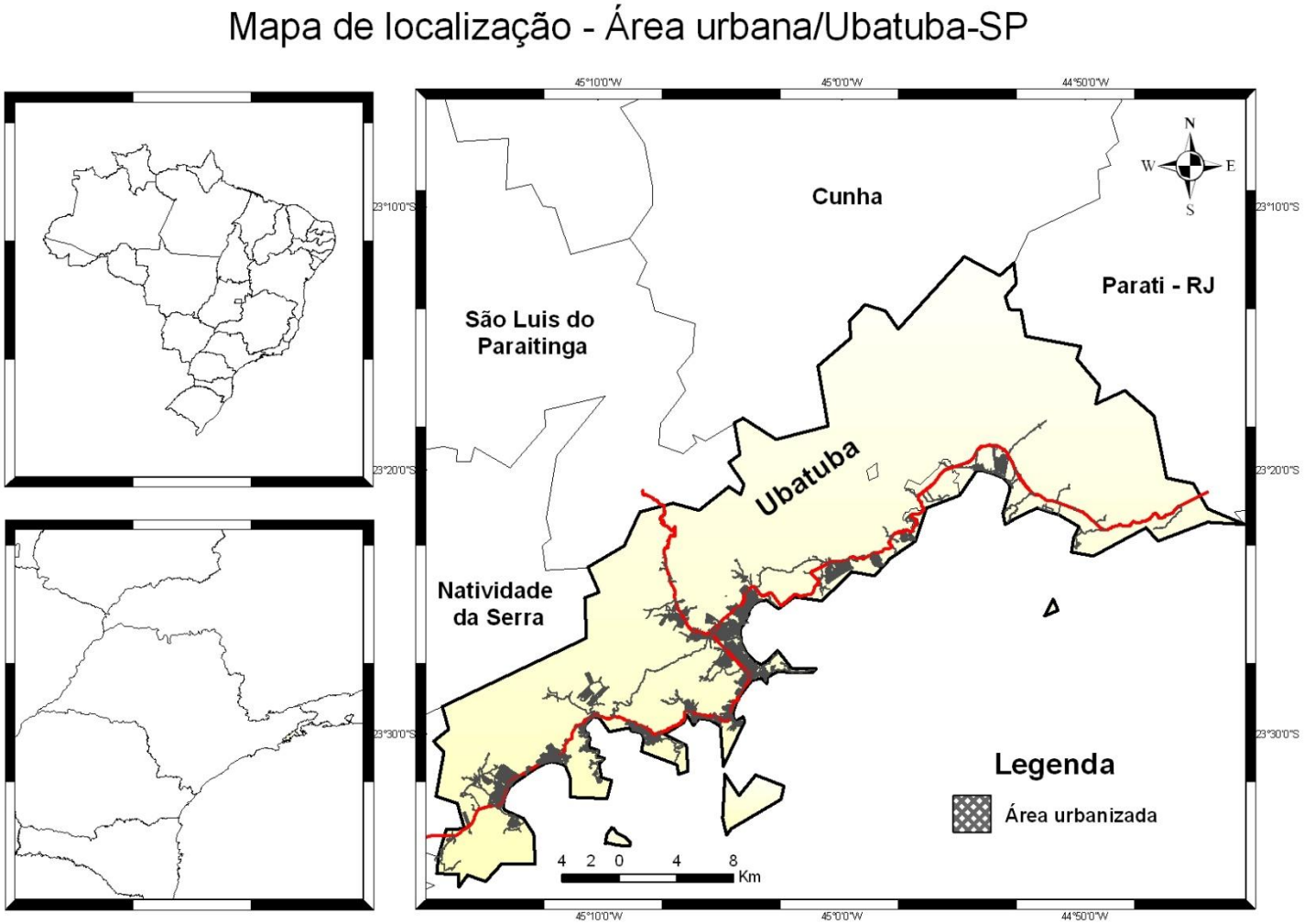
A faixa litorânea foi destinada principalmente para os empreendimentos turísticos, condomínios de segunda residência em sua maioria. A população que antes habitava às áreas à beira-mar transferiu-se para os chamados sertões, áreas próximas a serra e menos valorizadas comercialmente. Essa área também foi habitada pelo montante de migrantes que vieram para a região, atraídos pela construção civil (rodovia e empreendimentos imobiliários).

No mapa 4 é possível visualizar a parte menos urbanizada do município de Ubatuba, ao norte. É nessa área que está a comunidade do Puruba e também o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. A área contrasta com duas outras: ao sul, o aglomerado urbano que representa o centro e o sul do município de Ubatuba e, ao norte, o município de Paraty – RJ.

O mapa 4 ainda mostra que o aglomerado urbano adentra a área de serra; um aglomerado de construções que indica a mudança de território dos moradores da cidade. A ocupação não é apenas da área à beira-mar, mas também dos sertões. O tipo de casa nesses locais e a sua função são diferentes conforme se discute no próximo item.

---

[17] Na realidade não existem muitos estudos acerca da questão direcionando ao ambiente litorâneo, mas o estudo deixa claro que o homem citadino busca um maior contato com a natureza. Com isso entendemos que pode ser no campo ou no litoral.



Mapa 4 – Localização da área de Urbana de Ubatuba - Os pontos cinza são áreas urbanizadas do município. É possível perceber que na região central e sul, existe um montante maior de áreas urbanas, do que aquelas que ficam ao norte da município.
Fonte: Prefeitura Municipal de Ubatuba
Autores: BRACONARO, Fernando; MORELLI, Ricardo L.; MORELLI, Graziele A.S. / Julho de 2009

1.7 A especulação imobiliária e os estranhamentos.

A venda de terras à beira-mar transferiu os caiçaras para os sertões, onde a maioria das comunidades caiçaras plantavam. Simultaneamente, as aberturas do mercado imobiliário e da construção da rodovia trouxeram migrantes de outras áreas para trabalharem na construção civil. Esses trabalhadores foram morar também nas áreas de sertão, dividindo o espaço com os moradores locais.

A falta de infra-estrutura de moradia passou então a ser um problema que atingia não apenas o morador local caiçara: houve um acréscimo de pessoas vindas de outras partes do país, o que resultou em favelização dessas áreas.

O movimento de migração foi muito intenso nesse período. Todo o incentivo do governo para o desenvolvimento de diversas áreas consideradas isoladas, como o caso do Litoral Norte ou ainda como as áreas de Cerrado, levou diversas pessoas a migrar por todo o país.

A migração é um assunto discutido por Santos (2008) e Martins (1996,) que citam em seus textos autores como Lefebvre. Os autores tratam da questão dentro da possibilidade de reprodução do modo de vida. Os migrantes na área estudada deixaram sua vida no campo para trabalhar na construção civil. Deixaram suas terras, seus hábitos, seu modo de vida, para viver outro modo de vida, afetados pelo processo de reprodução do capitalismo e pela necessidade de crescimento urbano. Engrossam um contingente de pessoas que não possui casa ou moradia com infra-estrutura. Saem em busca de alguma possibilidade de sobrevivência, mesmo que dentro desses novos termos, novos ritmos.

> Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito. A formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções de idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo que carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza. Ele se modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência, as condições propriamente econômicas.” (MARTINS, 1996, p. 19)

Em busca de atender à necessidade humana, como descreve Martins, citando Lefebvre, observaram diferenças no modo de viver, não apenas com a chegada de migrantes. A

diferença cultural já estava presente nas comunidades caiçaras, divididas em sertão e praia. Diante da possibilidade de criar a sua existência, cada uma delas formou-se de uma determinada maneira, caracterizando, assim, a divisão do território caiçara, mesmo entre os próprios caiçaras.

Todo o território caiçara é dividido em duas áreas: o sertão e a vila da praia. O sertão, em geral, é o lugar de plantio: já a praia sempre foi o lugar de moradia, de manifestações religiosas e de sociabilidade.

Na comunidade estudada, o território denominado Puruba, cada qual com características marcantes em comunidades caiçaras. Porém, diferentemente das outras áreas caiçaras, tanto o sertão como a vila da praia são lugares de moradia, de sociabilidade e de religiosidade. A divisão é física, já que a rodovia divide essas duas áreas em bairros diferentes, mas, segundo os moradores, ela é também cultural. Apesar da proximidade, cada um dos bairros tomou caminhos diferentes em relação A alguns costumes, contemplando na realidade as suas necessidades específicas.

A ocupação da área do Puruba deu-se inicialmente por três famílias. Uma delas a família Fernandes, reside no sertão; as outras duas famílias Oliveira e Belarmino vivem na vila da praia. Existe uma conexão cultural entre o sertão e a vila da praia; porém hábitos como a pesca pertencem mais aos habitantes da vila e hábitos como a caça pertencem mais aos habitantes do sertão.

Os hábitos alimentares destacam as diferenças. A principal fonte de proteína, para os moradores do sertão, é o porco do mato, caça que preparam acompanhada da banana verde, fruta que existe em abundância em todos os quintais caiçaras. Já o morador da vila também se vale da abundância da banana verde, mas, em seu caso, prepara-a com o peixe. Esse prato é típico, e é chamado de “azul marinho”.

A solidariedade é muito presente nas duas áreas, mas aqueles que moram no sertão acreditam que, em seu ambiente, a solidariedade é muito maior:

> Se alguém ali do sertão vai caçar, automaticamente ele divide a caça com todas as pessoas que ali estão.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Alguns moradores do sertão do Puruba atribuem esse envolvimento de solidariedade ao vínculo com o passado, ou com suas raízes. Segundo eles, os moradores da praia são menos solidários porque recebem mais influências dos moradores de fora.

> A gente percebe que os hábitos tão se mudando, uma boa parte das pessoas que vivem na praia vieram de fora, com outros costumes.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Na realidade, a maioria dos moradores da praia é descendente da família que mora na área há pelo menos 200 anos. Mas o peso que a influência de outros moradores exerce parece ser maior e muito considerado, como mostra o comentário acima.

Todavia, mesmo considerando as influências externas e os valores culturais, é preciso considerar a origem de cada uma das famílias:

> Os caiçaras nascidos ali são descendentes de indígenas.[**sobre os nascidos no sertão**]. O pessoal da praia, a grande maioria é descendente de portugueses, são descendentes de espanhóis. Você pode perceber pela cor da pele, pela cor do olhos... os que são descentes de indígenas, a maioria deles não tem pelo, não tem cabelo no corpo nenhum. Os caiçaras mais perto de praia são bastante peludos.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

O relato dos moradores deixa claro que tais diferenças só aumentaram depois da divisão física proporcionada pela rodovia; os interesses também mudaram com o passar dos anos. A primeira associação de bairro cuidava dos interesses do sertão e da vila da praia; mas diversas discordâncias levaram à divisão dessa associação. Hoje (2009), existem duas associações de bairro, uma que cuida dos interesses do Sertão do Puruba, denominada Sociedade Amigos do Puruba, e a outra, que cuida dos interesses da vila da praia, a Sociedade Amigos da Praia do Puruba (Saprapu).

As especificidades de cada local tornaram necessária a divisão em duas associações. Os recursos financeiros não eram suficientes para atender aos interesses, que tornavam-se, a cada dia, mais distantes uns dos outros:

> Existe as diferenças de pensamentos, sertão do Puruba pensa da seguinte forma, não aniquilar as questões culturais. Existe lá a congada de bastões, existe lá questão de subsistência através de caça eles cultivam isso de alguma forma, então assim a preocupação com o meio ambiente em si não é tão salientada como é na questão da praia. A praia tem objetivos claros na preservação do meio ambiente, inclusive e com algumas partes extremistas, nem tanto dos caiçaras
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Os objetivos são diferentes, apesar de complementares e de existirem nos dois ambientes, mas, ainda assim, mostram diferenças no modo de vida, que são determinadas pelas relações com os sujeitos do grupo, pelo trabalho, entre outros aspectos, conforme será discutido no próximo capítulo.

Essas características evidenciam as trajetórias individuais na organização de cada bairro como coloca Certeau: “O bairro se define como uma organização coletiva de trajetórias

individuais” (CERTEAU, 1996). É no bairro que acontecem todas as relações coletivas, é o espaço de domínio público, já que a residência configura-se como espaço privado. O bairro, então, é o ambiente que propicia a criação e a manutenção da identidade dos seus membros, tornando-se o melhor lugar para se conhecer as relações sociais cotidianas.

Entender o bairro e as relações sociais inseridas nesse contexto significa entender a sociologia urbana do bairro, as casas, os espaços públicos, os acessos, espaços de religiosidade, as festas, a gastronomia, enfim, tudo o que diz respeito ao espaço vivido de um determinado grupo.

No próximo capítulo, indagou-se como o grupo social se reconhece e se representa nas suas práticas cotidianas. Apesar dos entraves socioculturais, sociais, ambientais e produtivos, ele se considera caiçara e preza pelas relações comunitárias e são elas que parecem dar sentido a sua existência.

2 IDENTIDADES E PERTENCIMENTOS NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DAS TERRITORILIADADES CAIÇARAS

O processo de definição de um grupo social passa por diversas etapas; começa pela questão teórica de caracterização do modo de vida e vai até a investigação do sujeito. É ele, o sujeito, quem revela a qual grupo e a que lugar estão vinculados os seus pertencimentos e a sua identidade.

Em outros momentos históricos, os pesquisadores tinham maior facilidade em realizar a distinção étnica em comunidades chamadas tradicionais, devido à clareza das características socioculturais e ambientais em que viviam. Nos dias atuais, tornou-se mais difícil caracterizar esses grupos, principalmente pela diversidade das relações sociais que apresentam no lugar que residem.

Parece haver uma descaracterização da cultura tradicional; no entanto, alguns teóricos (Diegues, Candido) consideram a questão do movimento da cultura, que se dá a partir do modo de vida. Não é possível considerá-la como algo estático. Cada cultura recebe influências externas e internas, o que as leva a caminhos diversos e em alguns casos, deixar de lado a essência de sua existência.

O que é novo não são as mudanças culturais e, sim, o ritmo das mudanças. Desse processo, compreende-se que existem resíduos[18] de uma cultura tradicional que potencializam a vida no lugar. A cultura caiçara, por exemplo, foi se modificando, adaptando-se, transformando-se, ao longo de um processo histórico, dinâmico, de tempo e espaço, impondo que as populações (re)existissem nesse contexto. Diante de tantas influências, cada realidade torna-se diferente: “Em consequência, a maneira de se controlar os processos sociais não poderia nunca ser universal, já que cada sociedade possuía sua lógica, forma de razão que lhe era própria.” (QUEIROZ, 1983, p. 65)

No livro “Roger Bastide: Sociologia”, organizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz e coordenado por Florestan Fernandes, a autora faz um detalhado relato sobre a vida e a obra de Roger Bastide no Brasil, trazendo à tona o entendimento que o autor tinha sobre a pesquisa, envolvendo o modo de vida em comunidades brasileiras:

---

[18] O resíduo ao qual se refere, são práticas sociais que compunham o modo de vida tradicional, aquele de 40 anos atrás, não afetado pela inserção de novos elementos do mundo urbano, e que continuam tendo sua importância na reprodução do modo de vida atual, fazendo parte do cotidiano mesmo depois de tantas mudanças e resignificações. Martins (1996), em estudos sobre a obra de Lefebvre fala sobre as temporalidades, e como elementos de períodos cronológicos diferentes podem conviver em uma mesma realidade.

> Bastide reestabelecia a noção de individuo como agente indispensável, encarando-o juntamente com todas as circunstâncias que lhe eram especìficas, e verificando que, em seu modo de agir, convergiam tanto às potencialidades biológicas, quanto os determinismos sociais, e ainda todos os frutos da experiência individual, única, peculiar, intransferível; o que era mais, desta conjunção, que representava divergências, tensões, conflitos, se originavam as modificações sociais." (QUEIROZ, 1983, p. 61)

Os acontecimentos internos e externos levaram o grupo social estudado a um modo de vida muito específico, com características da cultura caiçara tradicional. No entanto, o trabalho de campo revelou características ainda mais marcantes do que aquelas que levaram ao início deste estudo; o campo permitiu que se conhecessem alguns elementos importantes, da essência do modo de vida desta comunidade.

Diante da percepção de uma comunidade cujas pessoas viviam em todas as suas dimensões, como caiçaras, iniciou-se o estudo sobre quem é o caiçara e se tais características dizem respeito ao grupo social estudado. Levantaram-se então, as principais definições sobre esse grupo, apresentadas nos trabalhos de Luchiari (1992; 1999) e de Diegues (1998). Usou-se o termo caiçara, tal qual exposto na introdução deste trabalho, que é o termo que designa a população mestiça que habita a região litorânea paulista. (LUCHIARI, 1992, p.29). Porém, essa definição não é suficiente e outros aspectos do modo de vida devem ser considerados para caracterizar esse grupo, podendo ser citados como exemplos, o trabalho; a alimentação; os utensílios utilizados em seu cotidiano, com tecnologias de pouco impacto sobre a natureza; o seu vocabulário; o isolamento geográfico; a fraca acumulação de capital e a importância das relações de parentesco. (DIEGUES, 1998).

E, para complementar o entendimento sobre o caiçara, Diegues esclarece:

> um determinado grupo social portador de cultura tradicional, como o caiçara do litoral de São Paulo, pode apresentar modos de vida em que as características acima mencionadas estejam presentes, como maior ou menor peso, por causa sobretudo com seu menor ou maior grau de articulação com o modo de produção capitalista dominante; ou seja, as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau. (DIEGUES, 1998, p.92)

A transformação da cultura caiçara é evidente, mas nem por isso ela deixa de ser caracterizada como tal. O autor aponta que as relações com o modo de produção capitalista são determinantes nessa transformação; quanto mais o modo de produção capitalista estiver envolvido nessa relação, mais transformações terão ocorrido.

A cultura caiçara e a cultura caipira estão diretamente ligadas. O modo de vida é muito semelhante; o que diferencia uma da outra é a relação que os caiçaras estabeleceram com o Bioma Mata Atlântica, com o mar e com as fases da lua. Dessa forma os aspectos

relacionados à lavoura, por exemplo, são muito semelhantes e extremamente presentes na vida dos caiçaras.

Nesse sentido é possível referenciar a obra de Candido para entender aspectos da relação do homem com a natureza, do homem com seu grupo social, diante das necessidades que tem: “De tal modo a podermos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades do grupo, e os recursos de que dispõem para satisfazê-la.” (CANDIDO, 1977, p.23). Candido refere-se às adaptações feitas pelo homem diante das mudanças e a condições do meio em que vive.

O caiçara é o caipira do litoral[19]; ele também planta, tem valores familiares e de compadrio; intensas são as suas relações, como a religiosidade, as danças e as músicas. O modo de vida é proveniente da mesma raiz e muda o seu conteúdo, que é adaptado às condições do caiçara, para cuja sobrevivência a influência do mar e da lua em suas vidas tem papel fundamental. Em suma, as diferenças estão relacionadas ao meio em que vivem. Lidar com a Mata Atlântica, com o mar e com as fases da lua está no seu cotidiano.

As adaptações são necessárias para que os grupos continuem existindo; é uma forma de defender seu território e sua identidade. São estratégias criadas para que continuem com os vínculos de pertencimento. Mudam, assim, aspectos do vivido, como organizam e realizam seu modo de vida, seu cotidiano, para que continuem existindo no lugar em que vivem.

2.1 A Comunidade caiçara e o lugar como espaço das representações.

Para Milton Santos (1982), “o espaço é acumulação desigual de tempos". A condição atual dos caiçaras é constituída dessa forma, em que resíduos de uma cultura caiçara tradicional convivem com adaptações decorrentes das influências do modo de vida moderno determinado pela reprodução ampliada dos capitais. Nesta perspectiva, os tempos são diferentes em um mesmo espaço e reúnem várias contradições, ou seja:

> (...) o espaço se reproduz de um lado a partir da contradição entre produção socializada e apropriação privada e de outro a partir da luta no interior da sociedade entre o que é necessário ao processo de reprodução do capital e o que a sociedade como um todo necessita (...) (CARLOS, 1992, p.84).

[19] Muitos autores usam esse termo, caipira do litoral. No dicionário Aurélio (FERREIRA, 1996), o termo aparece como caipira do litoral paulista.

A configuração do espaço da comunidade do Puruba apresenta-se de maneira diferente de outras praias do município de Ubatuba. A vegetação densa encobre a vila, que não é percebida por quem passa pela rodovia, e a comunidade demonstra uma evidente preocupação com as questões naturais. Não existem condomínios no entorno, sejam eles horizontais ou verticais. As casas têm estruturas pouco elaboradas, algumas ainda sem muros e portões, estão em ruas ou caminhos de terra e se apresentam aparentemente de forma desordenada. A energia elétrica chegou há menos de quatro décadas depois da implantação da rodovia, o que facilitou o acesso à televisão e aos refrigeradores, por exemplo, contribuindo para a mudança de alguns hábitos, como o armazenamento de peixes.

O telefone público está instalado desde novembro de 2007, e funciona via satélite. Algumas casas possuem computadores, mas não é possível acessar a internet. As opções seriam via satélite e/ou rádio, por meio de conexões rurais, com custos altos, ou ainda por meio de novas conexões com tecnologia 3G[20] (terceira geração) das empresas de telefonia celular que funcionam (parcialmente) na região. No segundo caso, o que dificulta não é o custo das tarifas, já que não se trata de um custo alto, mas a falta de antenas para conexão o que não permite um serviço eficiente.

Os elementos externos estão presentes nas relações cotidianas da comunidade, porém, não de maneira efetiva. Estes funcionam parcialmente (comunicação, saúde, educação, transporte), mas a simples presença desses elementos modifica as relações, permite que outro modo de vida seja inserido nesse contexto, cria expectativas em relação a algumas facilidades, ou melhor dizendo, alguns direitos do cidadão; mas ao mesmo tempo os retira da condição de cidadãos, já que não funcionam de maneira efetiva. Trata-se então de contradições do espaço, onde o cidadão deve reconhecer as mudanças e para o que servem como coloca Lefebvre (1976), “Reconhecer o espaço, reconhecer o que ‘está acontecendo’ ali e para que é usado, é retomar a dialética, a análise revelará as contradições do espaço” (LEFEBVRE apud LUCHIARI, 1999 p. 37).

Apesar das contradições, percebe-se que os espaços de representação caiçara não perderam o seu lugar e o seu valor. O quintal de uma residência caiçara, por exemplo, tem um papel sociocultural importante; nele, é possível identificar vários cultivos e questões sobre o

[20] A tecnologia 3G, que significa terceira geração, permite que empresas de telefonia disponibilizem o que há de mais novo nesse tipo de serviço, contando com uma rede mais plana. Porém, na região norte de Ubatuba-SP, onde se localiza a comunidade caiçara do Puruba, essa tecnologia funciona parcialmente e é atendida apenas por uma empresa. (Dados referentes ao primeiro semestre de 2009)

modo de vida, como a transmissão de conhecimento sobre as plantas, que é passada de geração em geração. É um espaço onde se permite que sejam fortalecidos os laços sociais e familiares, como os diversos encontros, festas e rezas que ali acontecem. Para Luchiari (1999), apesar do uso privado das residências, o uso coletivo dos quintais sempre foi uma realidade:

> as fruteiras, trilhas, criações de quintal e plantas nativas que rodeavam as casas faziam parte de um espaço coletivo utilizado através de regras que dispensavam a delimitação da propriedade com cercas e muros. (LUCHIARI, 1999, p. 89)

A proximidade das casas facilita (foto 1) ou mesmo determina o uso coletivo dos quintais; a ausência de muros e portões cria novos caminhos, que são utilizados principalmente pelos moradores da comunidade. Não são vistos visitantes passando por esses atalhos. Esses caminhos dificultaram e inibiram a pesquisa; a sensação é a de que se está adentrando a casa da pessoa sem permissão. Só foi possível andar por esses caminhos quando havia companhia de algum dos moradores. Entende-se que essa questão está relacionada a uma proteção interna, onde quem é de fora tem um espaço limitado dentro do seu cotidiano. É uma forma de defesa e de conservação. Não é algo explícito, que ficou claro em suas falas ou imposto verbalmente; trata-se de uma leitura comportamental feita pela pesquisadora ao longo das inúmeras vezes em que visitou a comunidade.[21]

Foto 1 Quintal – imagem do quintal compartilhado por diversas residências.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2007 - 2009

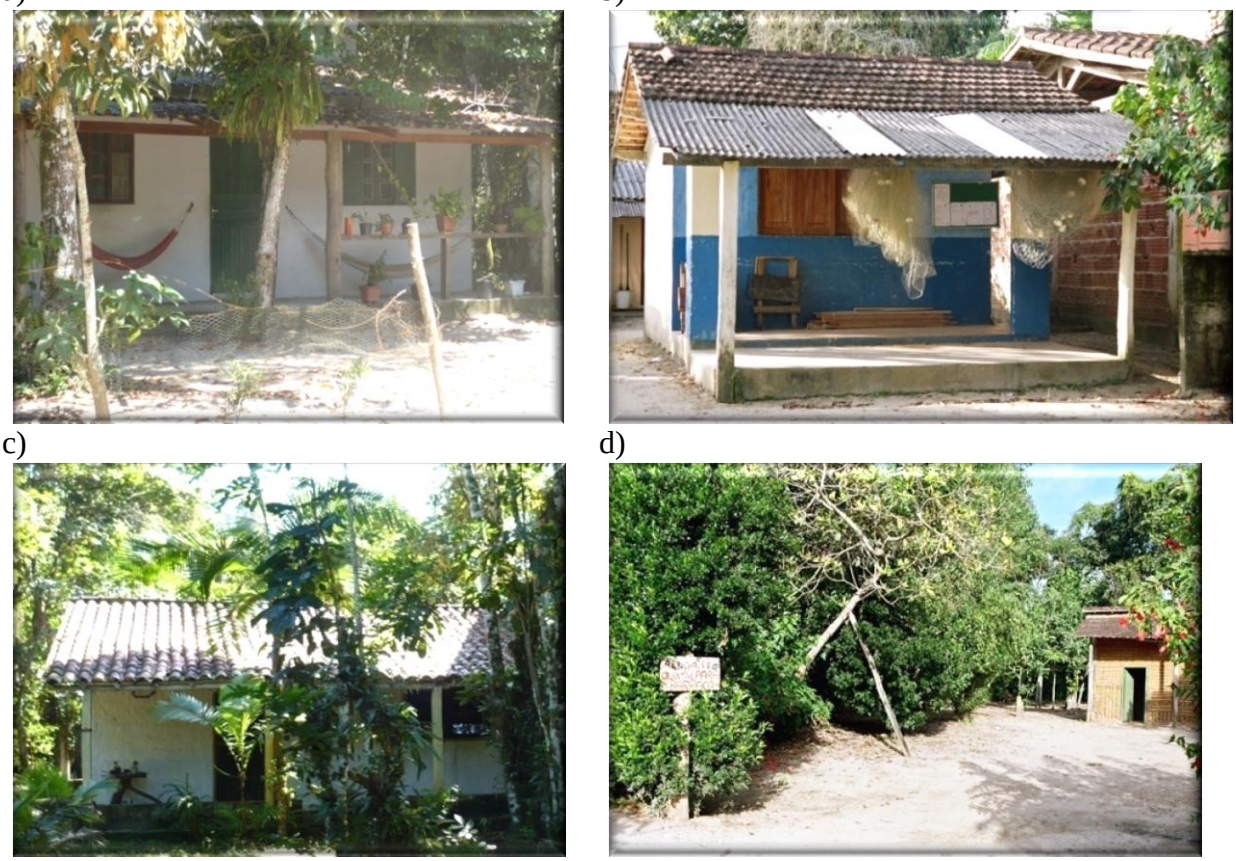
[21] As visitas foram realizadas entre setembro de 2008 setembro de 2009, toralizando aproximadamente 20 visitas. Antes deste período as visitas realizadas não tinham caráter formal de pesquisa.

Com a diminuição do espaço disponível após a venda das terras e com o crescimento das famílias, foram construídas as casas (foto 2) no espaço que tinham, dividindo com filhos e, agora, netos. Essa configuração é uma tradição; o que a diferencia do passado é o espaço disponível, reduzido, agora, devido à venda de terras. Explica Luchiari:

> Nas vilas caiçaras, os moradores viviam na praia, em casas isoladas umas das outras, numa disposição desordenada, escondida entre folhagens e interligada por trilhas e caminhos. As cercas e os muros não existiam originariamente. Eles fazem parte de uma mentalidade trazida por turistas e imigrantes em relação à propriedade privada.(LUCHIARI, 1999, p. 89)

Nas imagens a seguir é possível visualizar as características das casas caiçaras na comunidade do Puruba, sem muros, sem cercas, desordenadas, mas não isoladas umas das outras, devido ao pouco espaço que restou.

a) b)



c) d)

Foto 2 Casas e Quintais – imagens das casas e quintais do Puruba; a estrutura simples, telhado de duas águas, quintal de chão batido, vegetação no entorno e a rede de pesca caracterizam essas casas como sendo de moradores caiçaras
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2007 - 2009

O quintal torna-se, então, um espaço de convivência entre os moradores do bairro, onde as pessoas se encontram, ao final da tarde, para um bate-papo, onde as crianças brincam e são socializadas no mundo caiçara através das relações com as plantas, com os barcos, com as redes e com as conversas com os mais velhos.

Nas residências do Puruba, o quintal exerce outra função. Algumas residências abriram seu quintal para a prática de *camping*; a função, nesse caso, ultrapassa o convívio social e entra na questão econômica. A atividade turística complementa a renda mensal[22].

A fonte de renda atribuída ao quintal não é algo novo. Antes de chegarem as determinações sociais que impediram a continuidade da lavoura nos quintais, era ali que os moradores produziam sua alimentação. Trata-se, então, de uma adaptação; não é possível plantar, mas existe a possibilidade de explorar a atividade turística como o *camping*. Um mesmo lugar, agora com outra função.

O lugar é uma categoria geográfica importante, nesse contexto trata-se de um espaço de representações. Suertegaray (2001) sugere que conheçamos o lugar a partir das relações existentes, sejam entre pessoas, com os objetos, com as localidades, posicionamentos, mobilidades:

> Isto implica em compreender o lugar através de nossas necessidades existenciais quais sejam, localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou com as pessoas. Identifica-se esta perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência. (Suertegaray, 2001, p.7)

Com isso, todas as relações existentes dentro da comunidade ou as externas que, de algum modo, permitem interação, devem ser consideradas para compreender o lugar. Para Certeau (1996), o lugar é o espaço que representa as práticas sociais. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer o lugar pelas necessidades dos moradores da comunidade do Puruba e de suas práticas sociais. Vimos que o quintal é um lugar de representação e, a seguir, começamos essa discussão a partir do bairro rural, onde se configuram as necessidades existenciais citadas por Suertegaray.

2.2 O bairro rural: Território e territorialidades de pertencimentos.

O bairro rural é apontado por Candido e depois por outros autores, que estudam esse tema, como o principal espaço de pertencimento do mundo rural. Trata-se de um universo de representações, construído através do vivido, das atividades cotidianas dos moradores dessas comunidades.

---

[22] A questão do turismo no Puruba será melhor discutida no capítulo 4.

Em geral, é no bairro rural que acontecem e se materializam elementos culturais importantes para a reprodução do modo de vida dessas comunidades; é lá que acontecem tradições festivas relacionadas diretamente à religião católica, principalmente com manifestações de devoção. Também é no bairro que se estabelecem as relações de trabalho, de compadrio. Apesar de ser um espaço de realizações, também é um espaço de dificuldades, onde existe uma luta diária para sobrevivência. Mendes explica:

> Nessas propriedades vivem homens simples, cuja história é construída à margem da realidade e das idéias dominantes, lutando para sobreviverem e resistirem as dificuldades de todo dia. (MENDES, 2009 p. 43)

As dificuldades apresentam-se de diversas formas, como descreve Mendes. As ideias dominantes têm uma grande influência e contribuem para a manutenção desse modo de vida. O trabalho nunca elevou o caiçara a condições plenas de desenvolvimento. No cotidiano caiçara, a produção dos meios de vida nunca foi uma conquista fácil de ser obtida.

> Andava 3 hora 4 horas a pé daqui em Ubatuba e depois voltando, quando chegava em casa tava quebrado. Saia daqui 6 horas da manhã pra voltar meio dia era 48 quilômetros a pé.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

O trajeto entre a vila e o centro do município era muito utilizado e fazia parte do cotidiano dos caiçaras, que se locomoviam a partir das trilhas para visitar parentes em outras comunidades, para se abastecer de algum produto de que precisavam, como, por exemplo, roupas, ou para participarem de missas e cultos religiosos, assim como das festas.

O bairro do Puruba localiza-se na zona rural[23] do município de Ubatuba[24]; começa-se, então, a estabelecer quem é esse grupo social. Trata-se de um caipira da praia, aquele que tem hábitos alimentares um pouco distintos do caipira do interior do estado, que inclui o peixe em seu cardápio.

Para Candido (1977), a localização não é o único determinante para caracterizar um bairro, e outros elementos entram na questão:

> Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o sentimento de localidade existente em seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas, também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. (CANDIDO, 1977, p. 65)

A família, como coloca o autor, tem um papel primordial na relação de identidade do grupo social. Marcílio (2005) explica por que tamanha importância:

---

[23] Outro nome utilizado na região pode ser zona rural/costeira.

[24] Diegues (2004) lembra que no município de Ubatuba, assim como outras em outros municípios litorâneas dessa região, a linha de costa é considerada zona rural para efeitos de pagamento de impostos. O que não significa que todos os moradores dessa região possam ser considerados caiçaras, apenas sob este aspecto.

> A família ou grupo doméstico [...] Ele era a própria razão de sobrevivência da população: grupo de reprodução, grupo de trabalho e grupo de produção de consumo; tudo ao mesmo tempo. Porque estavam dispersos, quase sempre isolados uns dos outros, acabavam por se tornar quase uma autarquia, auto-suficientes e independentes. (MARCÍLIO, 2005, p.200)

A referência familiar é a única existente para esses grupos, mesmo depois da inserção de diversos elementos, como o rádio e a televisão, que costumam dispersar principalmente os mais jovens. O âmbito familiar continua a ter seu valor, e mostra se tratar da essência da cultura, algo que se modifica, mas não se perde.

> [...] é uma estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculados pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. (CANDIDO, 1977, p. 62)

No Puruba, a estrutura física demonstra claramente o entendimento de Candido sobre esse bairro rural familiar. A organização coletiva destaca-se nas atividades de trabalho, religiosidade ou de lazer, e reflete um jogo de interesses e de estratégia de sobrevivência, criados no decorrer dos anos e adaptados às novas situações, como já foi visto neste trabalho. Esse jogo de interesses e estratégias de sobrevivência está ligado às questões do território e das territorialidades. Isso significa que a criação de territórios demandou ações concretas representadas pela ação do grupo, principalmente em relação à defesa do seu lugar.

A permanência deste grupo no litoral impediu a destruição do lugar, proporcionando um processo que envolve relações sociais que se territorializam por meio de práticas sociais e que se afirmam com os resultados obtidos na manutenção do território. Desse modo, a presença dos caiçaras no litoral somente foi possível de ser entendida a partir das suas territorialidades, ou seja, das manifestações sociais dentro do bairro, em uma palavra do seu território.

A divisão dá-se em duas pequenas vilas, onde originalmente existiam dois núcleos familiares. Uma das famílias converteu-se a uma religião protestante e fundou uma igreja pentecostal em seu núcleo. No núcleo onde existe a Igreja Católica quase secular, datada de 1913, fica o núcleo da outra família e também as pousadas dos neo-residentes e as casas de segunda residência.

Cada núcleo tem suas manifestações religiosas definidas, mas há outro espaço que pertence aos dois grupos: o campo de futebol, que sedia o evento aos domingos. Esse é um espaço para a prática do esporte, trata-se do espaço coletivo que supera barreiras, territórios como aqueles impostos pela religiosidade.

O coletivo tem grande importância na vida dos indivíduos da comunidade. Diversas atividades são realizadas em grupo, algumas com intercâmbio entre os bairros vizinhos, como no caso do sertão, onde existe um grupo de congada desde a década de 1940, que teve influência do grupo de congada do município de Cunha - SP, quando trabalhadores daquele município estiveram por algum tempo na comunidade, trabalhando na extração de caixeta[25] (*tabebuia cassinoides*). Hoje (2009), o grupo é coordenado por Ney Fernandes e tem foco nas crianças. Por muito tempo, o grupo foi comandado pelo senhor Benedito Fernandes, morador do sertão do Puruba. Com dificuldades visuais, passou o comando para o filho, mas continua participando das apresentações. O grupo mantém uma relação com a vila nas manifestações culturais. Por inúmeras vezes, o grupo quase se desfez por falta de interesse dos moradores.

Encontros, relacionados ao coletivo, permitem que as relações sociais aconteçam, geralmente na vila da praia e nas trilhas, "exercem laços de sociabilidade e solidariedade inter-bairros" (Luchiari, 1999, p.89). Nesses lugares, acontecem os eventos sociais, sejam as festas ligadas à igreja ou então ao futebol nas tardes de sábado e manhãs de domingo, realizados no campo aberto, próximo à entrada para a praia e ao lado do bar. Encontros que podem representar ou levar à criação de outras territorialidades.

Segundo Heidrich, "A condição territorial pode ser percebida nas comunidades cuja territorialização expressa a criação de vínculos espaciais próprios." (HEIDRICH, 2006, p.4). Na cultura caiçara, essas territorialidades podem ser expressas, por exemplo, em sua relação com a propriedade privada, com a mata, com o mar e com a religiosidade.

> A natureza dos vínculos com o território pode significar tanto o afastamento como a aproximação com a integração socioespacial, situar-se em algum grau de inclusão ou processo de construção da vida econômica, social e cultural. (HEIDRICH, 2006, p.11).

A relação que o homem rural tem com a terra e a lavoura não superam outras questões relacionadas à territorialidade. A questão da produção de subsistência foi o primeiro processo de desterritorialização[26] e reterritorialização pelo qual tiveram que passar e que influenciou todo o seu modo de vida, transformando o cotidiano.

---

[25] A exploração da caixeta iniciou-se na década de 1930, com a produção de tamancos e lápis. De 1989 a 1992, um decreto federal proibiu a extração de caixeta. Mais tarde, a Resolução n. 11/92 da Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP) e o decreto federal n. 750/93 regulamentaram a exploração sustentada da caixeta. (CASTRO, 1995)

[26] O termo desterritorialização já é questionado por alguns geógrafos, e seu uso tem sido limitado. Porém dentro do contexto, na comunidade caiçara, que perde parte do seu território, e tem a necessidade de criar outros territórios, encontrou-se no termo desterritorialização uma maneira de explicar esse processo, onde o caiçara é obrigado a sair de seu território de trabalho e buscar outras possibilidades, para continuar existindo.

> Eu acho que pra mim, pro meu pai pra vila do Puruba aqui a gente perdeu sim alguma coisa em relação a nossa tradição, a nossa cultura. Porque hoje você não tem liberdade de poder plantar de poder pescar eu sei que a preservação do meio ambiente é fundamental, não tem nem que discutir. Mas a gente perdeu a liberdade.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Sempre que se questionaram as perdas de tradições, houve referência à questão do plantio e como a falta de liberdade para essa atividade levou a buscar outros caminhos de sobrevivência. Primeiro houve a desterritorialização, caracterizada principalmente pela falta de liberdade expressada na fala do caiçara, e depois a necessidade de se reterritorializar, para que o grupo continuasse a existir como caiçara em condições em que o uso da mata lhes foi tirado pela legislação ambiental. Por meio de diversas alternativas que foram sendo criadas para minimizar os impactos da impossibilidade de plantio e para garantir a alimentação, conseguiram se reterritorializar. Como apresentam Guatarri e Rolink, os processos de desterritorialização fazem parte da condição humana atual:

> A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios originais se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, como os sistemas maquínicos e a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais." (GUATTARI E ROLNIK, apud HAESBAERT E BRUCE, 2000 p. 15)

Só conseguem sobreviver, a esse processo descrito por Guattari e Rolink, os grupos que criam condições de reterritorialização. No caso da comunidade caiçara do Puruba, as suas particularidades expressas no seu modo de vida, nos seus valores e nas suas lógicas sociais e de produção, é que permitem que o grupo tenha conseguido se reterritorializar. A reterritorialização se revela no uso do território, seja na praia, no mar ou nas relações com os visitantes conforme será expotsto nos itens subsequentes.

2.3 Modo de vida e os problemas na produção alimentar: da roça à mesa.

A prática de roças está inserida nas culturas caipira e caiçara. Historicamente esses grupos sociais sempre plantavam para sua subsistência, vendiam o excedente e compravam o que não produziam. Segundo Marcílio, eram:

> Roças pequenas, abertas nas clareiras da mata, produtoras de alimentos básicos para a família, e com algum excedente para o mercado local, combinadas por umas poucas fazendas voltadas primordialmente para produtos de exportação, e secundariamente para o cultivo de alimentos destinados a seus grupos domésticos. (MARCÍLIO, 2005 p.199)

Aos poucos as roças foram deixando de existir em virtude da aplicação das leis ambientais que proíbem a utilização do solo para tal fim. Os moradores insistiram na prática, mas as leis tornaram-se mais rígidas. Alguns deles receberam multas, e a produção de alimentos na roça foi definitivamente trocada pela compra de mantimentos industrializados:

> O meu tio lá roçou, os filhos dele roçaram para fazer uma roça. A florestal veio e multou, mil e duzentos reais, se eu pagar uma multa de mil e duzentos reais não compensa nem você plantar, ué.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

O fato de não poderem plantar modifica parte do seu modo de vida, transformando a relação do trabalho, a locomoção, o preparo de alimentos, a saúde, a relação com o dinheiro, as trocas comerciais e a sociabilidade em todas as áreas da vida.

Alguns moradores criam estratégias para que possam continuar plantando seus alimentos. Um dos recursos criados por alguns moradores é plantar abaixo das linhas de energia elétrica. Enfileirados, entre os postes de transmissão de energia, podem-se ver alguns pés de mandioca. O relato abaixo esclarece como o caiçara criou estratégias de sobrevivência: os mais novos tiveram que sair de casa para trabalhar e os mais velhos criam estratégias para produzir parte da sua alimentação:

> Nós mesmo os mais novos tinha que correr para a cidade para trabalhar, quem consegue serviço aqui é muita sorte, o resto mesmo tem que trabalhar na cidade, porque plantar não pode mais, não pode caçar, nem pescar pode mais hoje, então só a minha vó ainda, que nem a minha avó planta do lado de casa porque ali o pessoal ainda não enche o saco, mas para fora ali não tem mais chance nenhum, meu tio plantava muito [...]
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

A busca por lugares possíveis para plantar não para por aí. Hortaliças são plantadas em vasos ou em outros recipientes, como na canoa da foto 3, que fica bem ao lado de uma trilha que leva a algumas casas. Todo o espaço é aproveitado. O quintal também é utilizado para a criação de galinhas (foto 4), que complementam a alimentação com a carne e com os ovos. Trata-se de reserva alimentar, que, junto com o peixe, complementa a dieta desse grupo.

Foto 3 Horta na canoa – utilização de uma antiga canoa para plantação de verduras e condimentos.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

Foto 4 Criação de Galinhas – a utilização do quintal para criar animais não deixou de existir, é uma prática atual que garante uma reserva alimentar.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

A mandioca sempre foi e continua sendo a fonte principal de carboidrato da alimentação dessa comunidade. Junto com a banana, está presente no cardápio desse grupo. Nos últimos anos, foram inseridos a batata, o arroz e o feijão. O vínculo que a alimentação cria entre os moradores de um bairro rural é descrito por Candido:

> Por outro lado a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, e continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica. (CANDIDO, 1977, p 28)

Para o autor, todo modo de vida é baseado na alimentação – seja no esforço em consegui-la ou na distribuição dos resultados. A alimentação comanda toda a vida cultural de uma sociedade, “abrangendo atos, normas, símbolos, representações, vai do esforço físico ao rito” (CANDIDO, 1977, p. 29).

Quando se perdem os atos, as normas, os simbolismos e as representações, como descreve Candido, perde-se parte da cultura, do modo de vida. Resta, então, ao caiçara envolvido nesse processo, criar novas maneiras de sobreviver. Ocorre nessa situação a desterritorialização da atividade de lavoura e a necessidade de se reterritorializar dentro de novos conceitos e espaços possíveis para a cultura caiçara.

O processo é muito mais amplo do que simplesmente passar a comprar no mercado aquilo que se produzia. Os entraves são muitos a iniciar-se pela distância entre as casas e os postos de abastecimento, o que encarece, dificulta e inviabiliza a compra de alimentos na região central.

Para se deslocarem em busca de alimentos, os moradores necessitam de dinheiro, obtido em troca do trabalho. O trabalho era plantar e, com a impossibilidade de fazê-lo, foi preciso procurar outros meios de trabalho. Nesse momento, começaram as mudanças. Conforme o relato anterior, os mais novos saem em busca de trabalho na cidade, e o que encontram são empregos relacionados ao turismo, à construção civil, trabalho diferente daqueles aos quais estavam acostumados. Tal fato evidencia a necessidade de uma adaptação à nova realidade.

Outro entrave está no preparo do alimento. Com o estabelecimento das leis ambientais, o caiçara não pode mais utilizar a madeira como combustível para o fogão de lenha; ele precisa, então, adquirir um novo modelo de fogão industrializado, que funciona à base de gás. Nota-se que as mudanças e as adaptações geram conflito, desconforto e também todo um movimento em torno da produção para obter o dinheiro necessário para adquirir o bem durável e também o combustível para mantê-lo.

Dentro deste contexto, percebe-se que muitos fatores culturais não foram considerados na implantação do Parque. Mais uma vez fica a crítica à maneira como foi implantado e ao conceito de cultura estabelecido. Não consideraram os esforços socioculturais empregados para a reprodução do modo de vida. Ficam, então, comprometidos os métodos para realizar a atividade, e impossibilitados de criar estratégias fundadas nas relações com a natureza, que representam a existência ou resistência desse grupo social.

2.3.1 A impossibilidade do uso da terra e as suas implicações no modo de vida.

Com a impossibilidade de plantio, resta à população comprar o alimento. Depois de resolvidas as questões do trabalho[27] e como conseguirão dinheiro para a compra do alimento, é necessário organizar como esse alimento será comprado. Cada família organiza de uma forma; algumas o fazem mensalmente, outras semanalmente.

A distância torna o processo ainda mais difícil. Uma família que faz compras mensais e manutenção dessas compras semanalmente, o faz da forma descrita a seguir.

Em certa família, o marido e a esposa saem cedo da comunidade, por volta das 7 horas da manhã, quando passa o primeiro ônibus. Escolheram a sexta-feira, e fazem o trajeto todas as semanas. Vão até a cidade, onde fazem as compras em um mercado de porte médio. As compras são embaladas em sacos grandes de papel reforçado, que parecem ser elaborados exatamente para essa função.

Para voltar, dirigem-se até o terminal central. Lá, encontram-se outras famílias, com sacos de papel do mesmo supermercado, mas com destino a outros bairros. O ônibus chega às 11 horas e 15 minutos; não demora a sair, só chega ao destino final, à comunidade, uma hora depois.

O trajeto longo e a atividade cansativa é um retrato da realidade local; trata-se de uma necessidade imposta pelas condições oferecidas pelo governo local à comunidade. Mesmo não sendo a condição adequada, este ritual atende as necessidades de sobrevivência. Assim, a comunidade adapta-se àquilo que é imposto e ao que está disponível. Segundo Candido as comunidades satisfazem a sua necessidade a partir do equipamento técnico que possuem. Não trata-se apenas de sobrevivência e, sim, de uma estratégia social necessária para satisfazer as necessidades de uma determinada realidade:

> Baseado aí pôde determinar uma posição fecunda para compreender a vida social e a partir da satisfação das necessidades, mostrando, de um lado, que a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa, e relativa ao equipamento técnico; de outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade. (CANDIDO, 1977, p.24)

---

[27] O tema ‘trabalho’ será discutido no capítulo 3, tendo como problemática as formas de organização no grupo, principalmente no que se refere às territorialidades caiçaras. Desse modo, o objetivo é analisar como o morador do Puruba, percebe os recursos existentes para produzir os seus meios de vida e como usa o seu território, proporcionando sobrevivência através do trabalho. Como envolve relações sociais, no capítulo, também serão identificadas e analisadas as formas com que as pessoas se relacionam para produzir as suas condições de existência.

Assim como coloca Candido, o caiçara cria estratégias sociais de sobrevivência baseado naquilo que tem em mãos. Trata-se de uma alternativa e não de uma opção; não havendo a possibilidade de produção dos alimentos, eles serão comprados no mercado. Para isso, precisam organizar a atividade e fazer da produção de renda parte do seu cotidiano.

Outra opção para o reabastecimento da despensa é o caminhão que passa pelas praias mais distantes, vendendo frutas, hortaliças e alguns produtos industrializados, como salgadinhos e refrigerantes, que abastecem os bares. O valor é bem mais alto do que aquele praticado pelos supermercados, mas, muitas vezes, a emergência na aquisição do produto ou mesmo a demora e o valor dispensados no deslocamento compensam a diferença paga. Uma das moradoras e dona do restaurante diz: “eu sempre pego alguma coisa para não deixar ele vir à toa” (Trabalho de campo, 2008 /2009).

Não existe uma frequência certa para a vinda desse caminhão, exceto no período de alta temporada, quando o caminhão passa diariamente. Isso impede que os moradores se organizem e criem autonomia sobre esse serviço, principalmente no que diz respeito a alimentos perecíveis, como é o caso das frutas e dos legumes. A proprietária do restaurante precisa de alguns alimentos diariamente, como a alface e o tomate, para compor a salada oferecida no PF (prato feito), que vende principalmente para turistas; os outros alimentos podem ser estocados. Para que tenha sempre o tomate e a alface, a proprietária faz um pequeno estoque e solicita o produto quando alguém vai para a cidade. São estratégias construídas ao longo do tempo, que agora se manifestam como opção para recepcionar o turista.

Os moradores do Puruba não se valem apenas da possibilidade de comprar os alimentos no mercado. Existem também, outras maneiras de obter o alimento, como é caso da pesca. Na foto abaixo, o prato é composto por arroz, feijão, farofa de mandioca com banana, alface e peixe (Paraty), pescado pela proprietária do restaurante, o PF (prato feito) mais pedido pelo turista.

Foto 5 Refeição restaurante – PF (prato feito) oferecido no restaurante da comunidade: salada, arroz, feijão, farofa de mandioca com banana e peixe (Paraty) pescado pela proprietária do restaurante.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

Como é apresentado na foto 5, a salada não veio acompanhada de tomate. Havia alguns dias que o caminhão não passava e ninguém havia ido à cidade. Naquele mesmo dia, o caminhão passou no meio da tarde, mas a proprietária já tinha pedido tomates para sua filha, que tinha ido até a cidade.

Nem sempre é possível comer o peixe fresco no restaurante. Na alta temporada, a proprietária compra o peixe de outros pescadores. Na baixa, ela mesma pesca. Nas duas situações, conserva o peixe no freezer, nunca por muito tempo. Não existe um grande estoque desse produto.

Outros moradores utilizam a pesca como complemento da alimentação. Saem para pescar, principalmente aos finais de semana, em grupo, mas não é raro ver um ou outro morador pescando no meio da semana.

2.3.2 O peixe no cardápio.

A pesca como fonte de renda é atividade de trabalho de apenas uma família. As outras continuam envolvidas na pesca, mas o resultado da pesca serve apenas como complemento alimentar. A quantidade de peixes disponível e também a frequência com que pescam não são suficientes para que existam a venda ou um comércio mais frequente dos peixes.

A atividade continua sendo feita em grupos, assim como faziam antigamente em um período em que a atividade de pesca era mais presente na vida dos moradores. Atualmente, a pesca é exercida, mas com resignificações[28]: deixa de ser trabalho e passa a ter a função de sobre trabalho e reserva alimentar. Para enfrentar momentos em que não se tem dinheiro para as compras semanais ou mensais. Também é vista como atividade de lazer pelos praticantes.

Mesmo com um novo significado, o discurso dos moradores do Puruba apresenta uma preocupação com a conservação dos recursos naturais, principalmente no que diz respeito à pesca. Conforme foi citado no capítulo 1, a diminuição dos peixes em áreas rasas não deixou de lado a preocupação desse grupo com os conhecimentos e saberes da sua cultura:

> [...] as normas consensuais que evitam o esgotamento da espécie: uso de técnicas não predatórias com equilíbrio entre a necessidade e a oferta dos recursos pesqueiros, respeito aos ciclos reprodutivos e aos processos migratórios das espécies marinhas, utilização de calendários construídos a partir da observação da experiência empírica [...] (LUCHIARI, 1999, p.23)

O conhecimento adquirido ao longo das gerações é passado aos mais jovens e é, consequentemente, preservado. É um conhecimento que beneficia a fauna e a flora do lugar e ainda dá continuidade ao modo de vida, fazendo com que esse grupo fortaleça os laços culturais tão importantes para que continuem (re)existindo na condição de caiçara.

O contexto da pesca é muito forte, e mais importante do que o conceito de preservação das espécies são as técnicas passadas oralmente e através das práticas, por gerações, que trazem a condição de existência do caiçara em seu meio até os dias atuais.

Diversas são as maneira de pescar. A pesca pode ser de canoa, de rede ou de covo[29] – essa última não mais praticada nessa comunidade. Em geral, os moradores do Puruba pescam em canoas ou na beira do rio e da praia (foto 5). Às vezes colocam rede, mas essa prática não é muito difundida, falam pouco sobre o assunto. Porém, segundo alguns moradores, a prática de pescar com rede existe, mas é coibida pelas leis ambientais.

---

[28] O uso do termo resignificar no trabalho objetiva analisar os usos e as apropriações que resignificaram suas práticas sociais e que foram elaboradas com a intenção de encontrar saídas para aos problemas específicos de cada situação ou condição social relacionada ao tempo e ao espaço em que vivem.

[29] A pesca de covo é feita a partir de armadilhas de bambu (que permitem a entrada do peixe, mas não a sua saída). É elaborado por várias pessoas que participam de todo o processo envolvido, desde sua colocação, até a retirada com os peixes.

a) b)

Foto 6 Pesca na beira do rio – moradores e neo-residentes pescando na área de encontro com do rio com o mar.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009 e 2004

À beira do rio encontramos homens e mulheres de diversas idades, membros ou não da comunidade. O rio Puruba e o rio Quiririm que juntos deságuam no mar, é um ponto de pesca muito apreciado por pescadores de vara que vêm das mais diversas regiões do país. Nas fotos 6, (a e b) podem-se ver moradores do Puruba caiçaras e neo-residentes, caiçaras de outras áreas e também turistas. Nesse ponto de pesca, não costumam existir conflitos entre os praticantes da atividade, parece ser uma zona livre. Em outras áreas, onde existe a preocupação com a conservação da vegetação das margens do rio, ocorrem muitos conflitos devido ao desmatamento predatório dos pescadores e ao lixo deixado por eles.

Outra técnica da atividade de pesca é a canoa. Essa é uma atividade que fica mais restrita aos conhecedores da área. Não é exclusiva, já que qualquer pessoa pode colocar seu barco ou canoa no rio e sair para pescar. Porém, as adversidades existentes na prática limitam o uso desse espaço aos moradores da comunidade, que detêm o conhecimento necessário para obter um resultado eficiente, tanto no que diz respeito aos peixes, como à segurança envolvida em todo o processo.

As canoas caiçaras dessa comunidade ficam em ranchos, fator determinante para conservação desse objeto de trabalho que chega a durar 30 anos se bem cuidado. Os ranchos estão em pontos diferentes à beira do rio, facilitando o acesso e o transporte. Conforme pode ser visto na foto 7, os troncos de madeira ajudam a levar a canoa até a beira do rio, um trabalho que demanda técnica e força física. São necessários pelo menos dois homens para esse trabalho, sendo que os mais velhos, apesar de possuírem uma condição física inferior à dos jovens, conseguem levar as canoas até o rio sozinhos, devido à prática que possuem. Esse tipo de atividade em grupo mantém os laços de solidariedade, presentes em grupos

tradicionais, e mais uma vez confirma que o homem da comunidade do Puruba continua (re)existindo na condição de caiçara.

a) b)

Foto 7 Canoas no Rancho – canoas utilizadas para pesca e locomoção pelo Rio Puruba. Os troncos de madeira cilíndricos servem para facilitar a locomoção das canoas em áreas secas.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

No entanto, o processo de fabricação da canoa caiçara e principalmente a continuidade cultural do processo estão comprometidos devido às leis ambientais. A possibilidade de construir uma canoa existe; para isso, é necessária uma autorização especial de órgãos ambientais. O processo inicia-se com a identificação de uma árvore adequada no meio da mata, para que se possa construir a canoa. Esse conhecimento ainda está presente na comunidade. Um dos mais velhos fez recentemente a identificação da árvore, porém não conseguiu autorização para derrubá-la.

A última canoa construída por esse mesmo morador tem cerca de 5 metros de comprimento e 60 cm de largura. A função da canoa é a pesca e a embarcação leva 2 pessoas. Foi batizada de Sacrifício; uma alusão às condições em que foi feita, desde o processo de identificação do tronco até todo o entalhe feito na mata que levou cerca de uma semana:

> A Sacrifício foi difícil. Difícil foi traze ela, a madeira achemo facinho. Levemo 8 dias lá no mato cortando ela, a madeira bruta sai tudo no mato. Arrumei 22 home, e puxemo ela no rio e agora no rio que foi o sofrimento, o rio tava fechado, o rio bagunço tudo por causa do represo da Rio- Santos, tinha pau grosso assim, que tinha que cortar, não tem mais canal onde passava o rio. Nós saimo daqui sete hora, seta hora do dia, chegemo aqui quase 5 hora, se não fosse isso meio dia tava aqui. Foi sacrifício para trazer até aqui. Agora o povo faz ai com moto-serra é num estante, o que eu levava 8 dias no mato trabalhando eles tira em 2 dias.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Esse tipo de canoa é construída a partir de um único tronco de árvore; segundo os entrevistados, é uma herança indígena[30]. No caso do Puruba, o tipo de canoa utilizada é

[30] Esse tipo de canoa é chamada canoa de voga; no dicionário Aurélio voga, significa remo. Trata-se, então, de uma canoa a remo. O termo canoa de voga é atribuído pelos moradores do Puruba às canoas escavadas de um

movida a remo, esculpido do tronco de madeiras nobres como o cedro, principalmente[31], e chamada apenas de canoa. Em outras situações, encontram-se embarcações também construídas de um único tronco, mas movidas a vela e, mais recentemente, a motor. Essas últimas são utilizadas para a pesca profissional no mar e necessitam de um local abrigado para aportar. O único pescador profissional do Puruba deixa sua embarcação fundeada na Praia do Leo, vizinha ao Puruba, que tem uma condição geográfica mais adequada para abrigar as embarcações das condições climáticas que afetam o mar, como vento, ondas e marés. (foto 8)

a) b)

Foto 8 Embarcações de Pesca Profissional na Praia do Leo – praia do Leo e as embarcações chegando, após a pesca.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

A inserção da pesca na vida do morador do Puruba não diz respeito apenas a aspectos que beneficiam seu cotidiano; a pesca também gera conflitos. Como já foi dito, os rios Puruba e Quiririm, que cercam a comunidade, constituem uma das principais bacias hidrográficas. Tal condição atrai diversos moradores do município para a pesca. O fluxo de pescadores e a maneira como lidam com o meio ambiente costumam gerar diversos conflitos entre moradores e pessoas de outras localidades do município de Ubatuba.

Esses pescadores de fora chegam à comunidade e cortam a mata nativa para colocar seu material à beira do rio. Quando vão embora, deixam o lixo, não têm nenhum critério de pesca e não respeitam espécies ou tamanhos:

> Do exemplo aqui no nosso rio do Puruba, o Quiririm, hoje você não tem mais liberdade de você até de tirar o lazer na beira do rio, porque houve uma invasão tão grande de pescadores, pra mim não são pescadores, são predadores da fauna e da flora que tirou a liberdade nossa, a gente toma providência em relação a isso, mas a gente não vê resultado nenhum. [...] Degradam um espaço enorme para poder fica ali pescando. [...] Pescam peixe pequeno, de qualquer tamanho, de qualquer época.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

único tronco que sejam muito grandes, com 5 ou 6 metros de comprimento. As utilizadas na comunidade ficam em torno de 3 metros e são chamadas apenas de canoas.

[31] Outras madeiras também são utilizadas entre elas timbuíba, louro, urucuiana, ingá.

O resultado citado no depoimento refere-se às denúncias feitas aos órgãos competentes, que não tomam nenhum tipo de providência em relação à prática frequente de desmatamento e poluição, causada por moradores de outras praias do município de Ubatuba.

Outros depoimentos demonstram a preocupação dos moradores do Puruba, indignados com as atividades de pescadores que vem das outras praias do município. Esses pescadores desmatam a beira do rio, pescam com o miolo de pão e usam a rede não somente para pegar peixes, mas também para pegar ostras. Tais práticas que geram controvérsias. Existem diversos relatos de discussões entre os moradores do local e esses pescadores de outras vilas e do centro da cidade. Por diversas vezes, os moradores sofreram ameaças de morte por essas pessoas que insistem em invadir o local e destruir o meio ambiente, conforme se depreende do depoimento abaixo.

> E a gente vai tomar providência a gente é ameaçado, a gente sofre uma repressão por parte deles, até de ameaça: vou te matar vou te pegar não sei aonde.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

A preocupação com a margem do rio está no discurso de todos os pescadores entrevistados, mas a maior preocupação diz respeito às denúncias feitas pelos moradores do Puruba em relação à degradação das margens e à impunidade permitida pelos órgãos ambientais.

Os moradores conhecem seus direitos e seus deveres, sabem também das diferenças de restrições legais de quem mora em área de parque ambiental, e, no caso do Puruba de quem está próximo à área ambiental. São politizados em relação às questões internas relacionadas à comunidade e também às questões externas que influenciam direta ou indiretamente seu modo de vida.

Ao relatarem seu modo de pescar, mostram que o fazem principalmente de canoa, uma maneira de preservar a beira do rio; porém, às vezes, também passam a rede, conforme esse relato:

> Agora quando a gente tá pescando, que vai passar uma rede para a comunidade, porque é dividido com a comunidade, uma vez aconteceu tava dois cara, tava lá na praia os caras foram na cidade e denunciaram. Primeiro veio a polícia militar que não deixou o pessoal sair da beira do rio, depois veio a ambiental. Porque para o povo caiçara eles veio e porque quando a gente faz uma denúncia eles não aparece.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Esse discurso aponta também outra questão: a solidariedade, a divisão do alimento. No caso da pesca, que acontece principalmente quando se passa a rede:

> Vai lá um caiçara passar a rede, pega lá 50 kg de peixe toda a vila comia, o meu pai e o Antonio ainda distribui, os mais novos não, já vende.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

É um relato que mistura o passado e o presente e atribui aos mais velhos a relação direta com a comunidade. Percebe-se que, quando se refere à vila, se refere a todos, inclusive aos neo-residentes, mas a distribuição de peixes entre os caiçaras da vila continua acontecendo.

O resultado da pesca com rede é dividida em quinhões[32]. Quando saem para pescar de canoa, cada um fica com o resultado da sua pesca, mas, como estão em condição de família, o peixe chega à casa dos parentes, principalmente à casa das mulheres que são viúvas.

A mulher tem um papel importante na família em relação à manutenção do lar; porém, no contexto da pesca:

> A mulher não participava de pesca não, existia mulher grávida não podia ir para a beira do rio ou da praia que o peixe fugia, e as vezes acontecia, sabe. A mulher nunca participava de nada, participava assim na lavoura, quando ia limpar os peixe aí participava, mas na pesca mesmo em si não participava.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

A mulher continua a ter uma relação estreita com a manutenção da família, mas ela nunca saiu ao mar ou ao rio para obter esse tipo de alimentação. Seu envolvimento era basicamente com a lavoura e com o preparo de alimentos.

Atualmente, algumas mulheres do Puruba saem para pescar, mas são poucas. Dentre elas, a dona do restaurante e algumas neo-residentes. Apesar disso, a relação da mulher com o peixe vem depois da pesca, a partir da limpeza do peixe, até o preparo do alimento. A gastronomia caiçara tem algumas características específicas e está diretamente ligada àquilo que se pesca, planta ou colhe.

2.4 A gastronomia: práticas que nutrem a sociabilidade caiçara.

A oferta de alimentos determina a gastronomia de um grupo social. São questões que ultrapassam o gosto pessoal e dizem respeito a disponibilidades técnicas, políticas e culturais (Barbosa, 2008). A conquista política pela modernização do país feita por meio dos

[32] Quinhões são cotas, frações para divisão do resultado do dia de trabalho entre aqueles que colaboram com a atividade, conforme definido na nota de rodapé no primeiro capítulo.

investimentos em rodovias e transporte e, somando-se a isso, novas leis ambientais mudaram todo o padrão alimentar desse e de diversos grupos sociais, bem como as relações de trabalho e geração de renda.

No caso da comunidade caiçara do Puruba, o isolamento geográfico anterior à chegada da rodovia (1970) produziu padrões alimentares muito específicos, baseados em sua produção da lavoura, colheita na Mata Atlântica e na pesca, que envolvem técnicas desenvolvidas especificamente para as condições em que viviam. Aquilo que não produziam chegava até a comunidade por canoas e barcos que percorriam todo o litoral, abastecendo as comunidades isoladas. As embarcações levavam principalmente sal, pó de café e, às vezes, o açúcar. Todas as outras necessidades eram obtidas e adaptadas na própria comunidade. O comércio era feito à base de troca. Trocava-se o excedente de sua produção, principalmente a farinha de mandioca, pelos produtos que necessitavam.

Quando estava em falta, o açúcar era substituído pelo caldo de cana. O café era adoçado dessa forma. É chamado de café de cana e tornou-se uma tradição caiçara:

> Café sempre teve, biju, fazia farinha para fazer o biju. Quando tinha problema de açúcar, a gente tinha problema de açúcar, tinha o café mas não tinha o açúcar a gente fazia o café de cana, a garapa substituía o açúcar, hoje também acabô.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Muitas tradições caiçaras acabaram; o café da manhã caiçara mudou muito e a inserção de produtos industrializados transformaram os hábitos:

> eu fico vendo hoje a molecada né, hoje é pão, bolacha essas coisa no café da manhã, antigamente era, eu vou falar hein, era ova de tainha nessa época, peixe assado, batata doce, cará, inhame, farofa de ovo, polenta com aqueles torresmo.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

O café da manhã de antigamente era completo, uma refeição que permitia ao caiçara lavrador/ pescador manter-se bem alimentado, com energia suficiente para o seu trabalho. As mudanças no café da manhã podem ser atribuídas principalmente ao novo modo de vida. O caiçara não precisa mais de uma refeição tão completa logo pela manhã, a lida diária na lavoura ou na pesca não existe mais nas proporções do passado, sendo que os novos alimentos foram introduzidos nessa refeição:

> Agora é pão, bolacha, agora mudou. Mais é bolacha que dura mais, mas quando vai na cidade compra o pão, que não dura muito fica molenga.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

O relato ressalta as mudanças nessa refeição, aderida também pelos mais velhos. São as condições impostas pelo novo modo de vida, são adaptações e adequações. Porém, as

outras refeições mantêm hábitos alimentares de outrora: “Mas o meu pai hoje não vive sem farinha tem que ter farinha.” (Trabalho de campo, 2008 /2009)

A farinha de mandioca não sai do cardápio, ainda tem seu espaço e está presente nos pratos diários, acompanhando as refeições, sozinha ou em farofas, principalmente farofa com banana. Todo o processo, desde a plantação da mandioca até a finalização da farinha, era feito na própria comunidade. “Toda casa tinha a casa da farinha. Tinha sempre a roda, a prensa e o forno” (Trabalho de campo, 2008 /2009). Atualmente, a casa da farinha, usada para o preparo, não existe mais na vila, perdeu sua função e, por isso, deixou de existir.

No sertão do Puruba, a farinha ainda é fabricada, em pequena escala e artesanalmente. Ensacada, é distribuída para a vizinhança, inclusive para a vila do Puruba. Chega lá ainda quente e esse fato encanta os moradores que compram a farinha, mas não sem antes saber se ela está “grossa” ou “fina”. O produto é distribuído pelo próprio fabricante de porta em porta e ele o faz com a ajuda de uma motocicleta.

A quantidade e a variedade de alimentos disponíveis determinam como eles serão inseridos no processo de alimentação de uma comunidade. Em todo o litoral, a banana aparece em abundância e faz parte de pratos salgados, que, em geral, não aparecem na gastronomia de outros municípios. É uma articulação entre o que está disponível e a necessidade de se alimentar; fazem parte do processo humano de reconhecer, selecionar e definir a alimentação conforme coloca Candido:

> [...]os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece, seleciona e define. (Candido, 1977 p. 28)

Isso explica as diferenças alimentares dos grupos sociais; mesmo entre caiçaras, os processos de escolha de alimento podem ser diferentes, conforme já explicamos sobre a diferença entre as áreas de sertão e praia.

A junção inusitada de determinados alimentos cria pratos típicos, exclusivos de determinadas regiões. A abundância de alguns alimentos proporcionou combinações interessantes, como a inclusão da banana em pratos salgados e a farofa de banana, feita com a fruta madura. Ainda verde a banana acompanha o peixe e compõe o prato típico chamado azul marinho:

> O Azul Marinho a gente faz, hoje o Azul Marinho em festas assim é diferente. O pessoal sempre faz o pirão pra depois separá o peixe. O Azul Marinho caiçara que meu padrinho fala é o peixe cozido com a banana mesmo, amassado no prato sem muito tempero só o básico mesmo, cebolinha, salsa, coentro, né e o peixe. Hoje o pessoal já incrementa muita coisa, mas fica bom.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

O nome Azul Marinho foi dado ao prato, porque, ao ser cozida a banana verde solta um caldo de tom azul arroxeado. A cozinheira "oficial" da festa explica como se faz esse prato que é a sua especialidade:

> O peixe certo de fazer é a tainha e o carapau, também dá para fazer com outros: o robalo. Você tempera o peixe com sal, pimenta, pode pôr "arisco" **[referência ao tempero pronto, comprado em supermercado]** e deixa lá. Enquanto isso você faz a banana, porque primeiro você tem que cozinhar a banana, só depois que coloca o peixe, senão você perde tudo e não dá para aproveitar. Depois se quiser pode separar o caldo para fazer o pirão com a farinha de mandioca.
> (Trabalho de campo, 2008/2009 – gripo nosso)

O modo correto e a importância das fases desse preparo revelam parte do patrimônio imaterial da comunidade, e apesar da inserção de um elemento novo, no caso o tempero comprado no supermercado, não deixam de revelar as técnicas passadas de geração a geração. Neste caso, o posto de cozinheira pertence a uma das senhoras mais antigas da comunidade e retrata a questão hierárquica que o grupo assume, mostrando que cada membro da comunidade tem um papel.

Para Candido (1977), o alimento tem importância para assumir, teoricamente, como elemento explicativo da vida social. Na obtenção e na distribuição dos alimentos, destacam-se os vínculos sociais correlatos, as representações e os sistemas simbólicos.

São traços de grupos sociais que se veem como unidade, na condição de um grupo coeso, em que as atitudes ligadas à solidariedade continuam tendo o seu valor, mesmo dentro de novas condições: "a luz não mudou a cabeça do caiçara, de você ser solidário, o caiçara é solidário até hoje, é a mentalidade deles." (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Nesse relato, o caiçara fala sobre seu grupo, indicando que, mesmo depois de mudanças na estrutura de conservação de alimentos, com a chegada da energia elétrica, e por isso não há mais a necessidade de repartir já que é possível armazenar por um longo período, a comunidade continua mantendo esse hábito: "se meu pai pesca lá 50 tainhas, ele divide com as irmãs dele. Aqui praticamente são tudo parente." (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Dentro de todas as manifestações culturais e apesar de todas as mudanças no modo de plantar, colher e pescar, o resultado final das refeições principais e das oferecidas nas festas é

muito semelhante, o que confirma a condição de caiçara, que (re)existe dentro desse processo. Portanto, a gastronomia é uma prática cultural que contribui para o estabelecimento da sociabilidade caiçara e constrói as relações sociais e culturais.

A gastronomia deve ser entendida como manifestação cultural e práticas sociais que se constituem na área de estudos como renda. É o principal resíduo cultural do caiçara do Puruba e está presente no cotidiano, na festa e até mesmo na relação com o turista. Em muitas comunidades rurais, a gastronomia contribui para que o turismo se estabeleça. Algumas propriedades e/ou famílias encontram na gastronomia um complemento de renda a partir de algo que já sabem fazer, sem grandes adaptações e/ou interferências, apenas adequando sua culinária às condições exigidas pelas normas de vigilância sanitária.

2.5 Festa: retratos da religiosidade, do poder, da religião e da política dos caiçaras do Puruba.

A festa, enquanto representação de grupos sociais tradicionais sempre está diretamente ligada à religiosidade destes grupos. Todo o processo de organização da festa em torno da religiosidade, na comunidade do Puruba, está relacionado ao modo de vida do grupo e cada um dos seus membros. Segundo Santos:

> Revelam um homem que trabalha, mas que também dança, faz música, que brinca. Um homem que tinha o seu tempo totalmente relacionado ao ciclo da natureza e para reproduzir-se nele necessitava da festa, das relações que produziam a comunidade, seus acordos, valores e suas humanidades. (SANTOS, 2008, p.84)

A festa é resultado da condição humana e traz consigo seu modo de vida, sua identidade, sua territorialidade e demonstra a necessidade de o homem ser um “ser social”.

Na comunidade do Puruba, a festa em torno da manifestação religiosa retrata a realidade em torno de sua cultura e todo o caminho percorrido nos últimos anos. Muitas festas já desapareceram, outras permanecem de maneira mais discreta. Há que se considerar que essas festas estão relacionadas à Igreja Católica, e nos últimos anos, a população católica da comunidade diminuiu consideravelmente.

Pode-se citar algumas festas: do Divino, Folia de Reis e Natal, inseridas no contexto caiçara de maneira geral. Porém, a principal festa acontece em setembro, na segunda quinzena, em comemoração à Santa Cruz, igreja local. Apesar de ser a segunda festa mais antiga do município, a festa não faz parte do calendário de festas oficiais do município de

Ubatuba. No calendário do município, estão apenas as festas que contam com a colaboração oficial da prefeitura. No caso da festa de Santa Cruz, já houve uma parceria entre o poder público e a comunidade; porém, nos últimos dois anos, não se renovou essa parceria.

Todas às vezes que surgiram questionamentos sobre a festa, os moradores manifestaram que a festa não existe mais. O entendimento atribuído ao termo festa para os moradores do município, inclusive os do Puruba, está relacionado as grandes festas. Festas que contam com o apoio da prefeitura, patrocinadores, palco para show, entre outros tipos de infra-estrutura, e que recebem moradores do município todo e também turistas, que vêm atraídos pela divulgação feita pela prefeitura.

A festa de Santa Cruz, na Praia do Puruba, já esteve dentro deste modelo; durou cerca de 5 anos. A dona da festa[33] desistiu da organização há dois anos, e nenhum outro membro da comunidade assumiu a organização. O poder político que essa senhora exerce dentro do contexto da religiosidade que assume a festa é indiscutível. Por isso, não existe a possibilidade de alguma pessoa se encarregar da organização da festa; isso significaria ultrapassar limites hierárquicos dentro da comunidade, o que pode gerar conflitos.

Na impossibilidade de haver novos organizadores, a comunidade sente a falta da festa. E acreditam que seria necessário que alguém aprendesse a organizá-la. Assim, confirmam seu respeito à organizadora e ainda manifestam a importância que a festa tem na comunidade. Diferentemente de outras comunidades caipiras, como a do Cerrado a organização da festa não tem um rodízio do "festeiro", o que acarreta uma sobrecarga de trabalho anual sobre uma única pessoa que pode durar décadas.

Apesar dos relatos de que a festa acabou há dois anos, ela ainda existe. Não existe mais dentro dos padrões mercantilizados[34] aos quais foi submetida por cinco anos. Ela continua a existir dentro dos padrões anteriores, relacionados ao modo de vida, e em oposição a essa transição. Trata-se de uma manifestação religiosa composta por diversas atividades; a procissão, a missa e, depois, os comes e bebes.

> Festa não tem mais, a gente faz a procissão até lá embaixo no campo, depois tem a missa, e eu sirvo um lanche para a molecada, porque tem muita gente, mas é só um lanche.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

---

[33] A organizadora da festa, tem *status* de dona da festa. É ela quem decide tudo o que será feito e como será feito.

[34] Festas que eram tipicamente caiçaras foram reformuladas, além de algumas características originais da festa que foram deixadas de lado, foram inseridos outros elementos. O principal objetivo dessa reformulação foi deixá-las mais populares, com atrativos que trouxessem além dos freqüentadores originais, também os turistas. Tal fato descaracterizou muitas festas e também impossibilitou que caiçaras continuassem participando, devido ao alto custo que são vendidos os produtos da festa, como por exemplo, os pratos típicos.

Assim, percebe-se que a tradição religiosa da festa não deixou de existir. Porém, a festa mercantilizada deixou de ser organizada e está associada a alguns fatores. A morte de duas pessoas próximas a organizadora da festa é atribuída como motivo, "depois da morte dele, não existe motivação para realizá-la" (Trabalho de campo, 2008/2009). Outra situação é a inserção de novos elementos nos últimos anos da festa, elementos associados às habilidades cotidianas do caiçara, como a corrida de canoa. Essas atividades não tinham relação nenhuma com a festa. Alguns moradores associam o fim da festa a esses elementos que a descaracterizaram:

> A festa começou a acabar quando colocaram um monte de coisa que não tinha a ver, colocaram corrida de canoa. Começa a mudar o costume. A corrida de canoa é uma tradição caiçara, mas não aqui nesta festa. Quando colocou essa corrida é que as coisas começaram a ir mal. Aí inventa um monte de coisa.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Apesar de não ter sido organizada nos últimos dois anos, a simples interrogação sobre a festa fez emergir uma vontade de voltar a organizá-la e levou os membros da comunidade a criar estratégias de como falar com a "festeira" sobre essa necessidade, sem ofendê-la com essa situação. A organização da festa dentro desses padrões divide um pouco a comunidade, que entende que:

> Virou um comércio daqueles, ficou grande, o pessoal gosta, mas saiu fora da cultura e do poder aquisitivo do caiçara. [Referindo-se a festas, como a do Festival do Camarão da Praia da Almada, e a festa da Mandioca, em Ubatumirim, praias vizinhas – que continuam com suas festas mercantilizadas]
> (Trabalho de campo, 2008 /2009 – grifo nosso)

A festa, dentro dos moldes mercantilizados como aquelas que ocorreram no entorno da comunidade, não seduz os moradores do Puruba, que acreditam que a ordem deve ser: "a procissão, a missa e, depois, a festividade." (Trabalho de campo, 2008 /2009)

O crescimento da festa nesta e em outras comunidades teve o incentivo da Fundart (Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba), que, há mais de 20 anos, apoia eventos ligados à cultura caiçara.

Apesar do interesse e do incentivo de outras instituições, ou mesmo devido a esse interesse, ultrapassou os objetivos dos moradores do Puruba e, a festa, segundo os moradores, deixou de existir, e o motivo parece ser a industrialização e a espetaculização da cultura:

> Antigamente, a festa não exigia muito, era apenas as festividades religiosa, que era a procissão, a missa e depois o leilão, hoje não o pessoal já vê o lucro. Virou comércio, qualquer festa é comércio. Se não tiver lucro o cara já desiste de fazer. Hoje tem muita correria, ir atrás de patrocinador, infra-estrutura, se você não trouxer um grupozinho que toque que anime o local da festa fica mais difícil.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

A dificuldade de organizar e manter uma festa, dentro dos novos padrões extinguiu diversas manifestações da região, entre elas a que existia no Puruba. Os motivos estão sempre envolvidos com a mercantilização desse patrimônio, que vive não apenas a pressão dos órgãos públicos envolvidos na organização, mas também da própria Igreja, que quer ver revertida para sua matriz parte dos lucros, resultantes da mercantilização.

A exigência de adequação aos novos padrões vai de encontro com alguns valores da comunidade, e como revela Santos (2008):

> Tal raciocínio deriva de que as festas eram endógenas à comunidade. Em grande parte eram festas pagãs. A comunidade promovia essas festas de forma autônoma. O caráter religioso das festas foram se formando com a mediação da Igreja Católica. Logo cabe considerar que as festas relacionando os ciclos da natureza com as santidades católicas foram instituídas pela Igreja. As festas nasceram assim e se desenvolveram até onde puderam, marcando momentos em que não se pode esconder o caráter político da prática da Igreja. (SANTOS, 2008, p. 83)

A compreensão de Santos revela como era o entendimento tradicional dessas comunidades sobre as festas que precisam conviver com as imposições políticas da Igreja. Esse fato dificulta e fere o modo de vida desses grupos.

Apesar das contradições e dos diversos entendimentos sobre o que é a festa, fica claro que a relação da festa com a religiosidade sempre foi e é o mais importante para os moradores do Puruba, o que faz com eles (re)existam na condição de caiçaras. Para Santos.:

> quando as festas já integram a cultura como modo de ser, mesmo quando as festas já não têm funções essenciais elas podem reaparecer só porque estavam guardadas para serem usadas e nesse movimento vir a realizarem as humanidades. Permitir fruição, relação, troca, espontaneidade dos homens. (SANTOS, 2008, p. 114)

Portanto a festa de Santa Cruz na comunidade caiçara do Puruba continua resistindo e (re)existindo. Mesmo depois de ter sido inserida no processo de mercantilização, voltou à sua essência, ao seu significado, àquilo que realmente faz sentido para a existência desse grupo, na condição de caiçara.

2.6 Religiosidade, um patrimônio cultural dos caiçaras do Puruba.

A religiosidade caiçara, assim como a caipira, sempre manteve características que ultrapassam a barreira da religião; trata-se de uma prática social fundamental para a cultural que estabelece a sociabilidade comunitária e fortalece a vida em comunidade, representada principalmente pela festa.

Apesar da relação com a Igreja Católica, a religiosidade tem características de um catolicismo rústico, com elementos capturados das religiosidades negra e indígena. O isolamento geográfico também contribuiu para que esse grupo desenvolvesse autonomia em suas manifestações. Depois da abertura de novos acessos, a relação com a Igreja Católica estreitou-se e também abriu espaço para a chegada de outras denominações cristãs, como a Igreja Protestante, que existe ali.

A comunidade desenvolveu-se em dois núcleos; hoje eles são divididos e representados por suas denominações religiosas chamadas de: a vila católica e a vila evangélica. Na realidade são dois núcleos que pertencem a vila principal (Puruba). Os moradores de cada um dos núcleos são adeptos das igrejas representadas naqueles núcleos. Salvo apenas uma exceção: a dona do restaurante, que mora na chamada "vila dos crentes", (referência aos evangélicos), mas que é adepta e praticante do Catolicismo.

No caminho que liga a rodovia às vilas e depois à praia, depois de aproximadamente 3 quilômetros, encontramos a primeira vila, de orientação católica.

A Igreja Católica de Santa Cruz (foto 8) é a mais antiga na comunidade caiçara do Puruba e data de 1913. Não se sabe ao certo quando se iniciaram as manifestações religiosas, porém todos os moradores do Puruba participavam dessas manifestações religiosas da Igreja. Trata-se da segunda festa mais antiga de que se tem registro do município de Ubatuba. A mais antiga é a festa de São Pedro Pescador, realizada no mês de junho, no centro da cidade (informações da Regional Norte do município de Ubatuba)

> Inclusive não tá nem no calendário do município, o negócio é que virou politicagem [...] a gente sempre tinha um apoio da prefeitura, um apoio muito importante, agora não tem o apoio.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

A Igreja localiza-se na área vendida ao grupo do ramo de medicamentos e, apesar disso, as manifestações, ritos e rituais nunca deixaram de existir na comunidade. Existe, de fato, o sentimento de pertencer àquele espaço que é sagrado. Existe uma relação tranquila com os donos do terreno, que apoiam iniciativas ligadas à Igreja.

Foto 9 Igreja Católica – cruzeiro e Igreja católica centralidades da vila.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2007 - 2009

Quando a comunidade se refere a apoio, tanto do grupo do ramo de medicamentos como da prefeitura, refere-se à doação de dinheiro e/ou infra-estrutura para a realização da festa e manutenção do prédio, como a pintura, por exemplo.

A festa não é a única manifestação religiosa; um padre visita a Igreja quinzenalmente às quartas-feiras, ao final da tarde, para celebrar a missa. Nas outras quartas-feiras, existem algumas mulheres responsáveis pela eucaristia; entre elas a organizadora da festa.

É ela também que organiza um jantar depois da missa quinzenal, para o qual convida a todos. São cerca de 20 pessoas e o padre que se juntam em torno da mesa para compartilhar o alimento, comprado e preparado pela dona da casa. Na oportunidade em que a pesquisadora pôde compartilhar este momento, o cardápio era variado, constituído de arroz, feijão, dois tipos de salada, uma de legumes (chuchu e cenoura cozidos) e outra de verdura, almeirão

cortado em tiras finas e dois tipos de carne (carne de vermelha assada e frango refogado) com grande fartura. Todo o cerimonial da missa também é realizado por ela, que acompanha o padre em todo o processo:

> Tem missa aqui duas vezes por mês, a minha tia que toca. Normalmente no dia da festa aqui, tem a procissão e a missa, isso minha tia faz, a parte religiosa minha tia faz, ai deixou a festa, a festa mesmo para ganhar dinheiro não tem.
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

O modo de vida moderno baseado no consumo, não foi o único a desmembrar as festas tradicionais. A inserção de novas Igrejas também contribuiu para essa situação em toda a região. No Puruba não foi diferente; em meados da década de 1980, numa das famílias do Puruba, a do segundo núcleo, o que fica mais longe da rodovia, um de seus membros ficou gravemente doente. Doenças diferentes, mas simultâneas, levaram-no a hospitais de outros municípios.

Nesses grandes centros, as famílias tiveram contato com líderes religiosos de denominações protestantes. Por um voto para salvar a vida de um dos membros dessa família, algumas pessoas se converteram. Foi o primeiro passo para a entrada da nova Igreja (foto 9).

Foto 10 Igreja Evangélica – novas referências religiosas.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2007 - 2009

No início, as famílias frequentavam cultos religiosos aos domingos, no centro da cidade. Mais tarde, quando outras pessoas da mesma família que moravam naquele núcleo também se converteram, a Igreja foi definitivamente estabelecida naquele local. Agora são dois núcleos distintos, os católicos e os evangélicos.

A partir daquele momento, as Igrejas Pentecostais começaram a chegar às comunidades caiçaras daquela região e transformaram diversos hábitos e manifestações culturais desses sujeitos.

A inserção dessas Igrejas no modo de vida do caiçara é radical e o afasta das relações sociais que fundamentam a sociabilidade caiçara. Desse modo, quando o caiçara é proibido pelos líderes dessa Igreja de participar dos ritos tradicionais do lugar, ele corta os seus vínculos mais profundos com os costumes e as tradições. Segundo Setti (2006):

> [...] essa renúncia ao catolicismo da fantasia, dos oratórios, das procissões, das peregrinações e dos encontros músico-religiosos tem custado a sua liberdade, sua alegria de cantar e dançar. Muitos cantadores já se calaram nas últimas duas décadas. (SETTI, 2006, p. 36)

As considerações de Setti denunciam a degradação da cultura e também a opressão que novas Igrejas inserem no contexto caiçara. É só mais um tipo de opressão diante de todas as outras que chegaram ao mesmo tempo e formam um círculo opressor que acua os moradores dessa região.

Para os católicos do Puruba, houve um momento em que a relação não era agradável. A procissão sempre fez o caminho até a praia, passando por onde hoje é a Igreja Evangélica: “No começo, eles colocava o som bem alto na hora que passava a procissão, hoje não, já respeita mais.” (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Atualmente, parecem conviver de maneira a tolerar tais práticas e manifestações; cada um tem seus ritos. Convivem de maneira “pacífica”, afinal, são parentes e não deixaram de lado essa relação de parentesco. “ah, no último casamento que teve eles vieram, aqui na capela, até fizeram a parte do coro, cantaram, foi muito bonito.” (Trabalho de campo, 2008 /2009)

As relações sociais que envolvem a comunidade continuam em torno da pesca e do futebol. Também continuam existindo as relações de solidariedade e mutirão, por exemplo, independentemente das doutrinas religiosas.

Dentre as tradições, muito se perdeu, mas existe uma que é a mais praticada e citada entre os moradores. A Sexta-Feira Santa é a principal referência de religiosidade para os católicos do Puruba:

> O respeito com a Sexta-Feira Santa, o meu pai mantém, não come carne de espécie alguma é peixe, aí chega no Domingo de Páscoa ele não come peixe de espécie alguma, é carne é galinha essas coisas. [isso explica a limpeza do pato na beira do rio em um sábado de aleluia, foto 10]
> (Trabalho de campo, 2008 /2009)

Foto 11 Limpando pato na beira do rio – um dos moradores mais antigos da comunidade limpando um pato comprado de um dos vizinhos (com grau de parentesco), para servir no domingo de Páscoa. A foto foi tirada em um sábado à tarde.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2004

O rito da Sexta-Feira Santa diz respeito a algo individual ou a núcleos menores, os familiares. Neles, não existem grandes manifestações, mas a superstição continua muito presente. Mesmo com a inserção de novos trabalhos, existe o respeito; porém, nem sempre as pessoas podem cumprir a tradição de não trabalhar na Sexta-Feira Santa: "O cara trabalha em um restaurante ele tem o compromisso com aquele dia, porque ele vive daquilo. Mas os antigos ainda mantêm." (Trabalho de campo, 2008/2009). O respeito fica limitado à alimentação, já que o trabalho não pode deixar de ser cumprido.

De certa forma, é possível entender outro aspecto nessa fala. O termo caiçara já foi sinônimo de vagabundagem, inclusive em dicionários (DIEGUES, 2004). Percebe-se, então, que esse equívoco está mais do que superado. O caiçara tem o compromisso com o trabalho, com o seu ganha-pão e, mesmo quando precisa transpor a sua condição caiçara, não deixa de trabalhar, precisa sobreviver e entende o quão importante é colocar o alimento na mesa.

Seguramente trata-se de ver o outro a partir de si mesmos, relacionado o termo vagabundo ao caiçara, sem analisar a questão de seus horários fora dos padrões impostos pelo mundo moderno, pós revolução industrial. Os visitantes dessas áreas viam com frequência o caiçara sem fazer nada, à beira-mar, o que causava a falsa impressão de que esses homens não trabalhavam. Ao contrário disso, quando o visitante se levantava, o caiçara já tinha voltado do seu trabalho, de pesca ou de lavoura.

Religiosidade e trabalho são elementos fundantes do modo de vida caiçara. Porém, nos últimos anos, o sagrado relacionado ao trabalho tem se perdido. O tipo de trabalho disponível ao caiçara é o que determina essas mudanças. No próximo capítulo serão abordadas questões que envolvem o trabalho, a educação e a política interna e externa nessa comunidade.

3 COTIDIANO: RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO NO TERRITÓRIO DO PURUBA

Estudar o cotidiano e as territorialidades do grupo caiçara demanda entender sua rotina e suas lógicas sociais, bem como compreender o homem de uma maneira mais ampla. Para Heller, cada comunidade e/ou sociedade tem seu cotidiano baseado em uma atividade central. Em algumas, "ocupavam o lugar central da vida cotidiana a atividade social, a contemplação, o divertimento (cultivo das faculdades físicas e mentais)[...]". Em outras "[...] toda a vida cotidiana se constituía em torno da organização do trabalho, à qual se subordinava todas as demais formas de atividade". (HELLER, 1992, p. 18).

No capítulo 2, abordou-se o cotidiano pela ótica dos costumes e tradições que envolvem a gastronomia e a festa. Neste capítulo, optou-se por uma leitura da paisagem para que se compreenda o cotidiano do caiçara da comunidade do Puruba, por meio da abordagem das relações sociais comunitárias e do trabalho. Aqui serão discutidas as relações sociais e o trabalho como formas de rendimentos financeiros individuais e comunitários, que acabam rendendo para o grupo conquistas políticas, representadas pela associação de bairro.

Desse modo, os aspectos do cotidiano abordados no capítulo 2, somados aos aspectos cotidianos deste capítulo formam um conjunto de atividades que tornam o homem inteiro, um homem inserido no território a partir de suas práticas cotidianas. Para Heller, trata-se de aspectos individuais, neste caso de aspectos individuais de um homem que vive em grupo.

> A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, e da sua personalidade. Nela, colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidade intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. (HELLER, 1992, p. 17)

O objetivo deste capítulo é fazer uma leitura da paisagem cultural, que possa fornecer informações "tanto visíveis como não visíveis" (TROLL,1996, p. 2) desse homem e suas territorialidades existentes em uma comunidade tradicional do litoral paulista.

No que se refere às territorialidades caiçaras, o objetivo é analisar como o morador do Puruba, percebe e usa o seu território em busca da sobrevivência através do trabalho, considerando todas as mudanças ocorridas nos últimos 30/40 anos. Assim como se relacionam com os membros da comunidade e ao mesmo tempo com o Estado, como se dá essas relações de poder por meio da associação de bairro.

As transformações ocorridas nos últimos 30 ou 40 anos mudaram significativamente a paisagem, tanto a natural como a cultural, numa influência mútua, que foi determinada pela ação, principalmente do Estado, em busca de viabilizar a integração regional e progresso econômico das áreas litorâneas do Estado de São Paulo. No entanto, apesar das grandes transformações físicas e culturais, existem resquícios do passado, ainda presentes nas relações sociais, manifestadas nos acordos tácitos, nas habilidades produtivas, políticas e ideológicas do grupo. Com relação à paisagem, Troll escreve que:

> Todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto as paisagens naturais só variam em um ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive, durante a própria observação do geógrafo (TROLL, 1996, p. 3)

Neste capítulo, será examinada a importância dos valores humanos presentes no grupo e as influências que vem do passado. Assim, quando o caiçara perde sua área de trabalho e precisa criar uma nova condição de sobrevivência compreende-se que existem várias metamorfoses dos seus valores humanos. Como explica Troll, na citação anterior, essas mudanças são relativamente rápidas, e de uma geração para outra é possível observar grandes transformações.

Essa questão começa a ser discutida a partir das mudanças e como foram ocorrendo as transformações em torno das relações sociais e do trabalho, até chegar à questão da associação de bairro, que se torna uma força política de resistência e de sobrevivência e que estabelece marcos e territorialidades pelo uso do espaço que lhe resta. A compreensão do relacionamento social, do modo de vida caiçara e das mudanças em seu cotidiano foi baseada no trabalho de campo e no debate teórico de autores que estudaram, em outros momentos, o caiçara. Pode-se citar Luchiari, Yázigi, Setti, Marcílio, Diegues e autores vinculados ao Núcleo de Pesquisa de Áreas Úmidas – Nupaub, da USP, além da participação da pesquisadora em eventos que discutiram o tema e os trabalhos de campo.

Com a presença do Estado na região estudada a partir dos anos de 1970, materializada pela construção da rodovia federal BR-101, as mudanças no cotidiano caiçara forçam-no a estabelecer novas relações de trabalho. Uma grande área de seu território é anexada aos interesses da sociedade capitalista. O território do caiçara foi dividido; ele foi impedido de trabalhar no ritmo e nas proporções que permitiram aos caiçaras existirem historicamente como um grupo social.

Nesse processo, as relações de trabalho têm que ser redefinidas pelo grupo e precisam ser adequadas às perdas de território. As mudanças são muitas e dependem de um grande esforço para que esse grupo humano consiga viver daquilo que restou. Para Seabra, (2000, p. 77), “Entre esse homem e a natureza se interpôs um universo de mediações, e o dinheiro é o mais impositivo”

As transformações sócio-espaciais forçaram o homem caiçara a sair de uma estrutura baseada na subsistência e se submeter a uma vida baseada no modo de produção capitalista. Dentro das novas imposições, mudam as estruturas, as relações sociais, os objetivos, criam-se novas técnicas, novos hábitos, novas regras, novas lógicas sociais de existência.

As características do trabalho caiçara mudaram completamente, e os dois maiores motivadores para essas mudanças aconteceram simultaneamente; o contato direto com o modo de vida urbano/capitalista e as imposições ambientais.

Como já se assinalou, as mudanças começaram a ocorrer há cerca de 40 anos, em meados da década de 1970; porém, apesar de terem ultrapassado três décadas, os impactos gerados pelas inovações de território ainda são evidentes e atingiram de maneira diferente as gerações de membros da comunidade, que aqui dividimos em 4 faixas etárias: os mais velhos, hoje aposentados, que têm entre 70 e 80 anos de idade; os filhos dessa geração, que estão em torno dos 50 anos; aqueles que nasceram no processo da construção da rodovia e hoje estão com 30 anos, e os jovens, que têm em torno dos 20 anos de idade.

Dessas gerações, cada uma sentiu e absorveu as mudanças de uma determinada maneira. Entretanto, não é possível dizer se foi mais fácil para uma ou outra geração resistir à presença do Estado e das imposições da sociedade urbano/industrial. Cada uma delas teve dificuldades e necessidades específicas para garantir a sua sobrevivência.

Antes das mudanças, a condição social do caiçara era de um lavrador/pescador. Assim, as territorialidades eram estabelecidas dentro do modo de vida do caiçara, o qual era baseado em relações sociais e de trabalho que lhes permitiam, como um grupo humano, tirar da terra o seu sustento. O caiçara tinha como complemento alimentar o resultado de sua pesca e da coleta (extrativismo, de maneira geral). Portanto, garantir seu sustento e de sua família dependia das relações comunitárias e do trabalho diário, bem como das intervenções que se estabeleciam na natureza.

Plantar, colher, pescar, dividir os resultados do trabalho e comer sempre representou um ciclo de práticas sociais, muito bem interpretados pelo caiçara. O conhecimento e a relação que estabeleceram com a natureza contribuíram com a sua sobrevivência nesse meio.

Uma estrutura para a manutenção da vida, que envolve outras estruturas, como a familiar, a comunitária e a relação existente com a natureza criada diante das necessidades impostas pelo meio, manteve o modo de vida caiçara por cerca de 200 anos. (YÁZIGI, LUCHIARI). Contudo, o rompimento dessa estrutura gerou um grande impacto e demanda adaptações à nova realidade. Neste ponto, é possível, mais uma vez, levantar as relações sociais estabelecidas no grupo, tendo como base a própria natureza. Isso significa que se tratava de uma relação social que se imbricava com a natureza, gerando ciclos produtivos, rituais, momentos de festas, o que criava uma cultura que se nutria dessas relações. O rompimento desse movimento cíclico modificou muito rapidamente o modo de vida das comunidades caiçaras.

Desse modo, entendemos que a presença do estado desencadeou transformações de várias ordens sociais e, muito rapidamente, atingiu o modo de vida dos caiçaras. O ritmo acelerado da presença do Estado, nesse caso, foi avassalador, com a inserção de diversos elementos da modernidade, sem que os caiçaras tivessem tempo para se adaptar a esses elementos.

3.1 O trabalho tradicional caiçara e as territorialidades estabelecidas pelo uso do território.

A base do trabalho caiçara sempre esteve ligada à cultura de subsistência. Em torno disso, existe uma lógica própria que estabelece as relações sociais dentro e fora do grupo. Assim, pode-se afirmar que o modo de vida caiçara é pautado por uma lógica própria, que vem sendo modificada nos últimos 40 anos, devido à relação com outras lógicas, dentre elas o modo de produção capitalista.

O caiçara estabeleceu o seu modo de vida baseado em uma lógica própria, em que se destacam a economia de subsistência e a solidariedade, que lhe permitiam obter condições de sobrevivência no meio em que viviam, bem como uso do espaço estabelecendo territorialidades muito específicas. Segundo Candido (1977), a lógica estabelecida ultrapassa as necessidades físicas de sobrevivência; “meios de subsistência não podem ser

compreendidos, separadamente do conjunto de “reações culturais”, desenvolvidas sob o estímulo das necessidades básicas.” (CANDIDO, 1977, p. 28). Para o autor, homem e meio aparecem numa solidariedade indissolúvel; trata-se da organização para obtê-la e distribuí-la. Portanto, toda a economia, os meios e os métodos desenvolvidos são partes integrantes de um corpo maior relacionado às questões sociais e ao uso dos recursos disponíveis em uma determinada área que no processo de usá-los foi se constituindo territorialidades.

A perda de território marcou profundamente a vida desses caiçaras e continua influenciando a sua existência, exercendo sobre o grupo constantes mudanças nas relações sociais e de trabalho, bem como nas suas territorialidades.

Essas mudanças levaram à observação e à análise dos saberes e dos fazeres desse grupo, enraizados nos seus costumes e tradições. Nesse ponto, considera-se que o modo de vida caiçara, apesar de ter sofrido alterações profundas com as mudanças, não perdeu a sua essência e poderá continuar essa trajetória enquanto seus membros forem capazes de transmiti-la para as novas gerações, nas condições em que ocorreram as suas práticas cotidianas.

Essa situação foi percebida pela pesquisadora a partir das análises das práticas sociais que revelam o conhecimento que o caiçara possui dos processos da natureza.

Em um dia de mudança de lua, o barqueiro que faz a travessia do rio até a praia atribuiu a maré baixa e a seca do rio à mudança de lua. O interessante é que o barqueiro pertence à igreja pentecostal. Dentro das normas estabelecidas pela igreja não deveriam existir mais vínculos com as atividades de festa e devoção e, consequentemente, não se estabeleceriam vínculos com a natureza ou com os poderes atribuídos a ela. A observação do barqueiro diz respeito a resíduos da sua cultura e da relação com sua formação católica. “O rio tá assim seco, por causa da lua. A lua muda hoje. É a lua minguante que deixa o rio assim” (Trabalho de campo, 2008/2009).

O barqueiro deve ter em torno de 50 anos; portanto, é uma pessoa que vivenciou as relações comunitárias e cíclicas com a natureza. Também foi criado dentro da religião católica, com todos os seus símbolos e signos, talvez representados e ressignificados a partir dos ciclos da natureza. Conforme foi possível observar em sua fala anterior, ele continua a atribuir à lua o problema das marés. Vale lembrar que a expressão “o rio tá seco assim” diz respeito à área de encontro do rio com o mar.

O que se percebe, entre os caiçaras, é que a raiz e o envolvimento desse grupo social com o novo não anularam radicalmente seus saberes. No caso do barqueiro, mesmo passando a maior parte da sua vida dentro de uma filosofia religiosa que abstraiu a natureza do vivido, ele traz consigo resquícios de uma cultura que parece ser mais forte ou mais significativa, como no exposto sobre a lua e as marés.

Santos (2008) traz essa discussão sobre as imposições que geram desencontros à condição humana histórica e culturalmente constituída. Pelo exposto até aqui, considera-se que isso também acontece nesta comunidade caiçara e:

> Demonstram desencontros comprometedores à condição humana, que nascem historicamente da sociedade no processo de apropriação da natureza. Afinal, como homens, "(..) nossa vida cotidiana continua ligada aos ciclos das horas e dos dias, dos meses e das estações dos anos, da juventude e da velhice. (LEFEBVRE, 1969, p. 183apud SANTOS, 2008 p.110)

Dentro do entendimento de Lefebvre apresentado por Santos, percebe-se que alguns elementos da essência humana persistem e resistem às mudanças e que o homem também tem uma memória cultural.

O tipo étnico estudado neste trabalho, o caiçara, vive por todo o litoral de São Paulo e nas áreas limites do estado, ao norte, com o Rio Janeiro, e, ao Sul, com o Paraná. Na comunidade caiçara do Puruba, faz-se necessário conhecer o modo de vida do caiçara de uma maneira mais ampla, para que se tenha uma referência em relação aos caminhos específicos que tomaram os moradores do Puruba, diante das mudanças que ocorreram por todo o litoral e que lhes atingiram de maneira particular, gerando diferentes reações.

Conforme já foi citado, por toda essa região o trabalho sempre foi pautado pela economia de subsistência. A lavoura, principalmente de mandioca e banana; o extrativismo de ervas, frutas e palmito, que encontravam na mata e que compunham o complemento alimentar; a caça e a pesca permitiram que o caiçara conseguisse alimentar sua família, vendesse o excedente e satisfizesse as suas necessidades básicas.

As relações sociais de produção ajudavam o caiçara a estabelecer coerência com o seu modo de vida rendendo-lhes o sustento de sua família e mantendo a tradição comunitária.

Essa coerência pode ser entendida a partir da ajuda mútua na divisão daqueles alimentos considerados mais importantes na dieta alimentar, como a proteína animal, geralmente obtida a partir da caça e da pesca.

O excedente era comercializado em outros centros, principalmente no município de Santos. Todo o comércio era feito por uma rota marítima que ia desde Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, até Cananéia, divisa com o litoral Paranaense.

De praia em praia, a embarcação que fazia esta rota marítima parava. E uma balsa fazia a troca de mercadoria. A primeira função da balsa era trazer ao continente a mercadoria que vinha pelo mar, desde o município de Santos. Um barco com mercadorias parava de praia em praia e a balsa era necessária para levar os moradores das praias até o barco, que não chegava em áreas rasas. Tratava-se principalmente de sal:

> A canoa, tinha em toda praia, eles levavam a farinha de mandioca, o excedente, para trocar por outras mercadorias, principalmente o sal, porque não tinha aqui. Era um barco que ia parando de praia em praia e, como ele era grande, precisava da canoa para ele não encalhar.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Esse isolamento contribuiu para que o caiçara desenvolvesse técnicas e ferramentas de trabalho, que ajudaram na sua lida diária. A base da agricultura caiçara é a mandioca. Desenvolveram toda a técnica, do plantio até o processamento da farinha, bem como todos os equipamentos que envolvem esse ciclo.

> Todas as casas tinha casa de farinha, tinha sempre a roda a prensa e o forno, então sempre tinha, Ah! a farinha, ali no Vadinho tem uma casinha lá no fundo tem, mas já é uma casinha de bloco de telha, antigamente não, era de sapé era bem rústico mesmo, ele tem a roda, o tipiti.[tipiti é um cesto cilíndrico usado para espremer a mandioca crua]
> (Trabalho de campo, 2008/2009 – grifo nosso)

O modo de fazer a farinha e a nomenclatura usada ainda está no vocabulário e fazem parte da história dos caiçaras do Puruba. Parece que um dos moradores ainda guarda esses instrumentos, porém não foi possível ter acesso a eles. Assim como em outras praias, esses equipamentos foram desaparecendo.

Os instrumentos de trabalho ficaram obsoletos, perderam sua função a partir do momento em que não se tem mais o plantio de mandioca. No sertão do Puruba, bairro vizinho, ainda é possível encontrar pessoas produzindo farinha de forma rústica. Lá, produzem, mesmo que em menor quantidade, a farinha de mandioca dentro dos padrões tradicionais. Os produtores de mandioca do sertão do Puruba entregam de moto a farinha recém-processada na praia do Puruba, como foi possível a pesquisadora presenciar. Segue o diálogo:

> - Eu tenho farinha, acabou de fazer, é lá do Sertão. [fala o vendedor ainda em sua moto]
> - É do sertão do Puruba [explica o morador da vila para a pesquisadora]
> - Deixa eu ver se a tia quer [o mesmo morador vai chamar a tia – nesse momento começam a juntar algumas pessoas em volta]
> - Deixa eu ver como ela tá! [querendo ver o produto]Essa é da mais grossa? -
> - Ah tá grossa então eu quero, me dá mais uma.
> - Vai uma aí, ainda tá quentinha. [morador da vila, perguntando à pesquisadora]
> (Trabalho de campo, 2008/2009 – grifo nosso)

É interessante o sentimento de pertencimento ao lugar, manifestado no interesse pelo produto produzido. Os comentários sobre a farinha são como se eles próprios tivessem produzido, apesar de ser do bairro vizinho. As falas e os gestos mostravam o quanto era importante comprar e consumir um produto autêntico caiçara. Foi um momento revelador da pesquisa, quando várias pessoas se juntaram para falar do processo de produção da farinha de mandioca, da qualidade do produto e de seus usos. Isso também mostra os vínculos com o lugar, portanto as suas territorialidades socialmente construídas.

Em suma, esse fato revelou identidades e habilidades de lavrador existentes no caiçara, a relação do homem com a terra e o domínio que o homem exerce sobre ela, domesticando a natureza com a plantação. A relação com a natureza, não se dá apenas com a lavoura; outros territórios caiçaras aparecem nas atividades do cotidiano, podemos citar a mata e o mar, como representantes desses territórios. Por meio do extrativismo, realizados na mata e no mar, complementam a sua alimentação, atividade que faz parte do trabalho tradicional diário do caiçara. Essa relação vem diminuindo com o tempo, diante das imposições ambientais, mas esses lugares ainda fazem parte do território caiçara.

3.1.1 Extrativismo.

Historicamente, a economia caiçara é de subsistência, onde o caiçara produz, ou extrai apenas aquilo que irá consumir, sem grandes excedentes. Mesmo no caso da pesca o excedente vendido lhes rendia dinheiro para compor suas necessidades básicas, principalmente de mercadorias que não produziam. Esse tipo de economia, no universo caiçara é baseado principalmente no extrativismo, já que a lavoura, apesar de muito significativa, é só mais uma entre tantas atividades. Conceitualmente, o extrativismo é colocado da seguinte forma:

> O extrativismo - ou uma economia extrativa - é, no sentido mais básico, uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. A caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais são os três exemplos clássicos de atividades extrativas. (DRUMMOND, 1996, p. 116)

Segundo o autor, trata-se de um tipo de economia muito comum e específica em comunidades tradicionais, cujos membros geralmente não possuem trabalho assalariado e fazem uso do conhecimento adquirido por gerações, o que lhes permite usufruir de fontes naturais renováveis. Segundo Diegues:

> Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela, produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. (DIEGUES, 1992, p. 142)

Porém, não se trata da simples colheita de material. Neste caso da Mata Atlântica e assim como outras em formas de extrativismo, como a pesca, existe um conhecimento específico de cada uma das espécies, bem como do lugar onde são considerados e respeitados seus ciclos de reprodução.

Trata-se de um conhecimento sobre o ciclo da natureza que garante a sobrevivência do grupo por meio das suas práticas sociais, nas quais estão presentes preocupações com a manutenção dos recursos que exploram:

> O cara tava lá roçando o bananalzinho dele com o facão e levaram ele preso. Como vai manter planta no meio do mato? Não tem como. Depende da banana não pode deixar cobrir de mato que borra tudo, acaba com a plantação. Tem que poda ela tudo direitinho senão não permanece. A única banana que permanece no meio do mato é a banana prata, as demais morre acaba tudo.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Atualmente, a manutenção e colheita têm sido reprimidas por órgãos ambientais e aparecem no discurso do morador local. O objetivo do entrevistado era mostrar como se dá o cuidado com os recursos que estão disponíveis na mata e pontuar a diferença de cuidados que se deve ter com as diferentes qualidades da fruta, como no caso da banana, citado acima. Porém, para ilustrar, o morador não deixou de ressaltar como se dá a relação do caiçara com as imposições ambientais e deixa claro que não se tratava de uma questão predatória, e sim da simples manutenção para se poder aproveitar aquele alimento, diferentemente do conceito de neoextrativismo, muito discutido por pesquisadores da região amazônica, com base predatória. (RÊGO, 1999). O mesmo autor escreve sobre os símbolos, crenças e mitos que envolvem a atividade.

> Isso acontece porque as populações que vivem nas florestas têm, em função do relativo isolamento e da forte influência do meio natural, um modo de vida e uma cultura diferenciados. Seus hábitos dependem dos ciclos naturais, e a forma como apreendem a realidade e a natureza é baseada não só em experiência e racionalidade, mas também em valores, símbolos, crenças e mitos. Essa simbiose homem/natureza, presente tanto na prática de produção quanto nas representações simbólicas do ambiente, permite que tais sociedades acumulem vasto conhecimento sobre os recursos naturais. (RÊGO, 1999, p. 4)

O autor destaca a importância que essas representações têm na vida das comunidades tradicionais. Ainda praticado em muitos lugares isolados deste país, o extrativismo é considerado como uma atividade econômica, principalmente porque garante a sobrevivência de populações tracionais por todo o Brasil.

A prática de extrativismo pode ser considerada em diversos ambientes, no entanto esses usos impõem territorialidades. No contexto caiçara, dá-se principalmente na mata, no mar e no rio. A relação de extrativismo no mar e no rio é basicamente a pesca de peixes, mas revela um conjunto de saberes que foram fundamentais para a existência do caiçara. Esses saberes estão relacionados às suas territorialidades e se especificam no modo como pescam, por exemplo:

> Hoje o povo vem aí e pesca com pedaço de pão, mas não é assim. Dependendo do peixe, é a época dele e aí tem que usar um jeito certo de pescar. Tem peixe que pesca com camarão, tem peixe que pesca com minhoca. Robalo, não pesca na linha, tem ser na rede, eu coloco minha redinha lá toda noite e depois vou ver se pegou, se pegou, pegou, se não pegou eu tento de novo.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A maneira como as pessoas de fora pescam é sempre assunto das conversas dos moradores locais, que não contam exatamente como fazem, numa espécie de segredo da comunidade.

Porém, no Puruba, o extrativismo feito no rio não se limita aos peixes. No rio Quiririm durante anos, foi possível extrair ostras gigantes[35] que alimentaram por décadas os moradores:

> Meu pai, meu avô foi tudo criado com ostra. Não essa que tai agora era tudo grande, bem grandona, uns 30 cm a casca. Hoje ta desse tamanho porque ninguém respeita. Antigamente tinha época da ostra, o pai falava não mexe e ninguém mexia, mas ninguém mexia mesmo.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Existia um tempo de maturação da ostra, que segundo os moradores, era de novembro a junho. O que garantia a reprodução e maturação da ostra era o respeito a esses ciclos:

---

[35] As ostras são chamadas pelos moradores locais de gigantes por atingirem cerca de 30 a 35 cm. Hoje o tamanho delas não chega a 1/3 do que era antigamente.

> Hoje eles não respeita mais, vem esse povo tudo aqui, colhe em qualquer época de qualquer tamanho, é tudo pra vender. Eles vende na cidade fala que a ostra vem da Cananéia, é nada, vem tudo do Puruba.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Hoje não existe relato da utilização da ostra na alimentação. As ostras eram utilizadas na alimentação até cerca de 30 anos atrás, quando um grande desastre ecológico em São Sebastião poluiu as águas do Rio Quiririm:

> Foi todo mundo passando mal, não foi nem um nem outro foi todo mundo. Até aquele dia a ostra era grande bonita, então todo mundo comeu, mas tava com aquele gosto de óleo, de querosene mesmo, sabe? Foi por causa de um desastre em São Sebastião, poluiu todo o litoral até o Quiririm. Porque a ostra é que nem esponja, ela absorve tudo, então absorveu todo aquele óleo e todo mundo passou mal, foi até engraçado de ver.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Extrair a ostra do rio Quiririm era uma prática comum entre os moradores, e existia toda uma técnica envolvida nessa extração:

> Você tinha que fazer assim, ir lá com um pau e tomar cuidado porque se caísse em cima delas machucava, cortava feio. Aí tirava de lá jogava na fogueira, aí ela ia abrindo tudo.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Os mais velhos contam que as ostras faziam parte de sua alimentação, por isso têm boa saúde. Os mais idosos estão com cerca de 70 anos, envolvidos em diversas atividades, que vão desde atividades religiosas, manutenção diária da vida da família e até o comércio nos bares e restaurantes da vila, na época da alta temporada turística. Desse modo, os saberes e recursos naturais proporcionam ao caiçara condições de receber os turistas.

3.2 As especificidades do viver no Puruba.

O trabalho no Puruba apresenta algumas especificidades que particularizam essa comunidade em relação às demais do litoral sul paulista. O trabalho assalariado aparece na comunidade quando se consideram os operadores da balsa. Esse serviço sempre empregou um dos moradores é e um trabalho que já empregou gerações. Nos dias atuais, moram no Puruba duas pessoas aposentadas pelo Estado que trabalharam na balsa e ainda o barqueiro atual. São, portanto, três rendas vindas dessa atividade.

O trabalho do barqueiro é proveniente de uma prática antiga, quando a balsa tinha a função de transportar mercadoria até as grandes embarcações vindas do porto de Santos, e,

também fazia a travessia de pessoas pelo leito do rio Puruba, parte do trajeto de trilhas que ligava as comunidades na região norte de Ubatuba até o centro do município.

No Puruba o caiçara não tem uma área para enterrar seus mortos. O enterro é feito na praia vizinha, a Praia do Estaleiro no Cemitério Centenário Ubatumirim, que existe há mais de 200 anos e atende a toda a região norte do município[36]. O trajeto para levar o morto era feito também através de trilhas:

> Levava na rede no meio da trilha, se não botava na canoa e ia para poder sepultar. Tinha o cemitério do Ubatumirim que era mais perto, que agora até reformara... Pegava uma madeira grande todo mundo, amarrava a rede numa ponta e na outra e o defunto ia ali, não tinha nem caixão, enrolava na rede e sepultava.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Porém, não se trata de algo que pertence ao passado distante do morador dessa região. Somente em 2008 foi concluída a obra que permite o acesso de veículos motorizados até a porta do cemitério. Antes, o trajeto era precário e passava pelo mangue. Obras internas também foram realizadas, permitindo que o caiçara tivesse menos constrangimentos em seus cortejos fúnebres[37].

Sem data definida, soube-se que existiu, naquele lugar, uma fábrica de tamanco e lápis. Pelos cálculos da pesquisadora, foi entre as décadas de 1940 e 1950. Essa data foi calculada a partir da fala do morador: "Ah, que teve a fábrica, isso teve. Mas isso faz muito tempo, meu pai ainda era solteiro ele chegou a trabalhar lá, mas era bem novo nem tinha casado ainda." (Trabalho de Campo, 2008/2009). O pai desse morador tem mais de 70 anos; seu filho, 45 anos. O filho nasceu quando o pai tinha mais ou menos 25 anos; portanto, foi antes desse período que trabalhou na fábrica, considerando-se que o filho só veio a nascer depois do casamento. Em meados da década de 1940, o pai tinha por volta de 15 anos, possivelmente, quando trabalhou na fábrica de tamancos. Mais tarde, houve a confirmação do período em que a fábrica, funcionou:

> Ah! Eu trabalhei na fábrica, eu era moleque. A fábrica chegou em 42 (1942). Era uma coisa bonita de ver, colocava a madeira lá e já saia tudo na forma do lápis. Colocava e pá, pá pá, tava tudo pronto, dois mil, três mil lápis bem rápido. Trabalhei do começo da fábrica até o fim.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A entrevista confirma que existiu a fábrica de tamancos e sapatos, o entrevistado coloca uma data específica para o início das atividades, mas não fala quando a fabrica fechou e deixou de produzir. A fábrica ficava estrategicamente na beira do rio Puruba, onde hoje fica

---

[36] (Fonte: Administração Regional Norte)
[37] idem

o bar denominado Amigos. Do mangue retiravam a matéria prima, a caixeta, e ali mesmo processavam-na, transformando a madeira na base do tamanco ou em lápis e, de lá, seguia para distribuição.

A informação foi bem restrita; porém, torna-se importante destacá-la, já que se refere a mais um tipo de trabalho específico no Puruba. Mesmo que esse fato tenha acontecido antes do período de incursão histórica deste trabalho, trata-se de uma relação do morador do Puruba com outras lógicas sociais, a da indústria. Embora a produção não tenha sido totalmente industrializada, mas muito próxima do artesanal, todo o equipamento era movido a vapor. Empregou algumas pessoas daquela área, durante algum tempo, num sistema de produção baseado na relação capitalista de produção.

A pesca é o que melhor define o homem dentro da cultura caiçara, porém as especificidades levam o homem a se adaptar ao meio. O mar aberto da encosta da praia do Puruba não permitiu que essas famílias se estabelecessem como pescadores de mar, partindo dali, aqueles que trabalharam neste tipo de pesca o fizeram a partir de outras praias. Hoje (2009), o único pescador de mar é proveniente de outra praia, é casado com uma senhora, moradora da vila do Puruba, e pesca a partir da praia do Leo, praia vizinha, com condições para abrigar a embarcação.

Dentro deste contexto, o pescador do Puruba é um pescador de rio, sempre foi beneficiado pela biodiversidade do lugar e, consequentemente, pela comodidade, nunca precisou sair dali para pescar em outro lugar; por isso, a prática de pesca em alto-mar foi atividade de poucos, mas sempre uma atividade em grupo, que resultava na divisão dos peixes obtidos em um dia de pesca.

A sociabilidade e reciprocidade são características fundantes do modo de vida caiçara. São essas características que permitem que se reproduza seu modo de vida. Funcionam como contratos sociais, acordos tácitos que garantem aos caiçaras a reprodução da vida em todos os seus aspectos: alimentação, doenças, morte, festa, enfim, são a base do mundo vivido que fortaleceu as territorialidades dos caiçaras e de certo modo uma defesa de seus espaços naturais.

Os caiçaras sempre trabalharam em grupo, que é uma característica proveniente de trabalhos mais elaborados, como a pesca de covo. Existem resíduos de uma sociabilidade que vem do passado, e uma preocupação com o outro, que fica evidente pelas atividades simples, como, por exemplo, a questão da entrega de correspondência.

A configuração espacial da vila não permite que todos tenham endereço. Algumas casas ficam em pequenas ruas ou atalhos. Apenas as moradias das ruas principais têm endereço. Assim, a entrega de cartas fica comprometida, ou melhor, ficaria, se esse comportamento das pessoas fosse eliminado pela modernidade.

Nos processos que parecem simples, como no caso da entrega de cartas, é possível visualizar os resíduos da solidariedade para o enfrentamento de dificuldades sociais. Não ter um endereço para correspondência, uma necessidade do mundo moderno, poderia impedi-los, por exemplo, de ter uma conta no banco ou abrir um crediário em uma loja do comércio central. Porém, na condição de enfrentamentos conjuntos, o endereço é único e a solidariedade garante que a correspondência seja entregue, não trazendo nenhum tipo de prejuízo[38] quer seja para o morador local quer seja para quem envia a correspondência, nesse exemplo bancos ou lojas.

O atendimento dos serviços de Correios e Telégrafos é feito de moto. O funcionário da empresa de correio separa as cartas, direcionando-as para cada uma das vilas dentro do Puruba. Uma pessoa dessa vila recebe as cartas e refaz a distribuição. Por exemplo, na vila da Igreja Protestante, as cartas são entregues no restaurante da dona Ana, que redistribui as cartas para os seus vizinhos.

Trata-se, então, de costumes baseados em acordos tácitos, que não dependem de formalidades institucionais, de imposições ou de regras pré-determinadas. São formas de convivências residuais e fazem parte do modo de vida em que as relações sociais se nutrem do passado para propiciar uma vida em grupo, ajudam a desvendar os significados de uma parcela do trabalho em grupo e da solidariedade. São traços marcantes da personalidade desse povo, que, sem dúvida, foi o grande incentivador para que associações de bairro por todo o litoral fossem bem sucedidas e que contribuiu para se resolverem problemas do cotidiano. Desse modo as relações sociais, baseados na confiança mútua permitem ao caiçara encontrar saídas no enfrentamento das imposições sociais que vêm do Estado e da sociedade, conforme é abordado a seguir.

[38] A palavra prejuízo empregada no texto tem o sentido não apenas financeiro, para contemplar o exemplo. Mas também pode ser pensada como prejuízo social, no caso de correspondências de entes queridos.

3.3 Associação de bairro.

As associações de bairro começaram a chegar ao litoral norte do Estado São Paulo junto com os primeiros veranistas e primeiros comerciantes. Foram eles que indicaram os caminhos para que os caiçaras se organizassem em busca de garantir os seus direitos de cidadãos, principalmente aqueles relacionados ao uso do seu território:

> [...] São arquitetos, ecólogos, engenheiros, profissionais liberais,[...] Eles levaram para esta área o conhecimento dos direitos à cidadania, o discurso ecológico através de movimentos sociais organizados (Associações dos Amigos da Praia), informações sobre planejamento urbano, impacto ambiental, e uma convivência amistosa com os caiçaras. (LUCHIARI, 1992, p. 114)

A convivência amistosa a que se refere à autora, diz respeito a relação estabelecida com veranistas e/ou comerciantes, preocupados com a questão ecológica do local e com a posse de terra dos caiçaras. Naquele momento, no início da década de 1980, caiçaras e grandes especuladores imobiliários travavam conflito pela posse de terra. Muitos caiçaras venderam suas terras e se mudaram para outras áreas do município.

Desse modo, veranistas e comerciantes contribuíram para que as associações de bairro fossem formadas, com o objetivo de garantir os direitos dos grupos caiçaras. Esse fenômeno aconteceu simultaneamente por todo o litoral de São Paulo. Hoje (2009), muitas associações apresentam-se de forma organizada, com elevado nível de conhecimento acerca dos direitos e deveres dos cidadãos. (LUCHIARI, 1999)

No município de Ubatuba, a maioria das praias possui suas próprias associações, mas a função de cada uma delas pode ser diferente. Podem simplesmente ter desde o objetivo de manter a praia limpa até de estabelecer uma condição política mais apurada, que assuma e lute pelos direitos dos envolvidos. Para Luchiari, a divisão é ainda mais simples, diz respeito ás associações administradas por condomínios que visam aos interesses próprios e às associações organizadas pela população local/caiçara:

> [...] funcionam como articuladoras da cidadania para reivindicar do Estado uma série de direitos urbanos (água, esgoto, coleta de lixo, etc). Ambas funcionam como articuladoras da ação coletiva. (LUCHIARI, 1999, p. 196)

Para a autora, as associações caiçaras basicamente reivindicam os direitos que já têm. Segundo ela, essas associações não possuem recursos para implantar e administrar sua própria infra-estrutura, porém esse não é o cenário da associação de bairro da praia do Puruba. A SAPRAPU (Sociedade dos Amigos da Praia do Puruba) tem feito mais do que cobrar as ações do governo; busca, efetivamente, as ações diretas com a comunidade e os convênios com a

iniciativa privada têm rendido bons resultados para os moradores da vila, como as lixeiras para a separação do lixo reciclável do orgânico, necessária para a manutenção ambiental da vila.

3.3.1 SAPRAPU.

A Sociedade Amigos da Praia do Puruba nasceu em 1994, quando a comunidade passou a entender que o seu território, que envolvia sertão e praia, tinha sido dividido não apenas pelas questões físicas impostas pela rodovia, mas pela divergência de idéias das duas comunidades[39].

> Divergências de pensamentos, não políticas – mas no modo de pensar, por exemplo um falava: eu acho que tem que fazer uma ação ambiental, o outro falava: ah eu acho que tem que concretá aqui porque senão o caminhão de entrega de comida não vai na minha casa. Cada um pensava nos seus problemas.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A fala do morador confirma que os interesses, hábitos e a vida dos moradores de sertão e vila são diferentes. Essas diferenças levaram a uma separação política, dando origem, assim, às duas associações de bairro, a Sociedade Amigos do Puruba (SAPU), que cuida exclusivamente do sertão, e a Sociedade Amigos da Praia do Puruba (SAPRAPU), que cuida dos interesses da praia. Porém, a separação das associações não impediu que alguns projetos fossem realizados em conjunto:

> uma parceria com a Associação da Praia permitiu que algumas casas do sertão também tivessem acesso à fossa. Há 4 ou 5 anos, as pessoas tinham um caninho que jogava a céu aberto.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

O trabalho mais importante realizado em parceria entre as associações do sertão e da vila foi a inserção de fossas sépticas. Na praia, fossas sépticas foram instaladas em algumas casas. Na mesma época, a parceria envolvendo a associação do sertão com a da vila permitiu que algumas pessoas do sertão também tivessem acesso a esse tipo de fossa.

Trata-se de um serviço de custo elevado e, apenas recentemente (março de 2009), os moradores conseguiram fechar um contrato que viabilize a inserção de fossas sépticas na Vila do Puruba, no Sertão do Puruba e no Cambucá completando, assim, os outros 95% de residências que não possuíam o serviço. Vale lembrar que uma ação anterior, entre a praia e o

[39] A divisão física ocorreu durante a chegada da rodovia, porém o entendimento que cada uma das comunidades tinha interesses diferentes só veio em 1994 quando a associação de bairro existente se dividiu em duas.

sertão do Puruba, permitiu que 5% das residências tivessem acesso às primeiras fossas sépticas:

> Sertão, vila e Cambucá fazem uso de uma mesma micro-bacia, que é o Quiririm e o Puruba, eles conseguiram um projeto aprovado de R$200.000,00 para a construção de 152 fossas sépticas.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Os três bairros utilizam o mesmo sistema de micro-bacias, denominado micro-bacias 3, que atinge o rio Quiririm e o rio Puruba, por isso é tão necessária uma ação conjunta. A vila já possuía algumas fossas; porém, os outros dois bairros ficam em locais mais altos e todos os dejetos lançados no rio prejudicam a água da parte mais baixa. Segundo a assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal de Ubatuba:

> O projeto terá o valor de R$199.998,00, com previsão de nove meses para finalizar, com o total de 152 edificações com sistemas de tratamento de esgotos adequados, sendo 36 no Cambucá, 47 na Praia do Puruba e 69 no sertão do Puruba. (Assessoria de comunicação PMU)

Os custos serão financiados pela Fehidro – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e a mão-de-obra será fornecida pela Prefeitura Municipal de Ubatuba. Ainda, segundo a assessoria de comunicação da PMU, antes da assinatura do projeto, 95% das fossas eram negras:

> Apesar das condições naturais privilegiadas, os moradores dos bairros em questão enfrentam problemas com a má qualidade das águas dos rios, fato comprovado por análises laboratoriais que detectaram altos índices de coliformes fecais. (Assessoria de comunicação PMU – 03/06/2009, publicado no site oficial do município: http://www.ubatuba.sp.gov.br, acessado em 10/06/2009)

A prefeitura, por meio de sua assessoria de imprensa, admitiu o problema de água nos rios Quiririm e Puruba, mas esse problema é um velho conhecido da comunidade. Para evitar consequências graves em relação à saúde, a primeira grande ação da associação, junto com moradores e com o auxílio da prefeitura, foi a canalização da água.

3.3.2 A água.

O sistema de abastecimento de água foi criado e executado pela comunidade junto com a associação de moradores e com o auxílio da prefeitura. Trata-se de um encanamento vindo da serra, de uma fonte de água mineral, que abastece a caixa d'água da comunidade. Depois, a água é encanada até as residências.

Mayol (1996) escreve sobre a relação da “caixinha” ou “vaquinha”, que representa um compromisso, no qual cada pessoa, “renunciando à anarquia das pulsões individuais”, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios materiais importantes e também de se envolver politicamente, com derivações simbólicas, para fortalecer a associação e obter prestígio e respeito para suas demandas.

O serviço de abastecimento de água criado pela comunidade também é utilizado pela sede administrativa situada no bairro. A diferença é que, na sede administrativa, a responsabilidade pela qualidade da água é da companhia contratada pela prefeitura, que faz análises e mantém o serviço funcionando.

O posto de saúde disponibiliza cloro para que cada morador possa cuidar da qualidade de sua água. No reservatório principal, existe uma tela de proteção contra insetos, animais e folhas. E a limpeza desse reservatório é feita frequentemente, sob responsabilidade da associação, mas os benefícios não são exclusivos da comunidade, já que a sede administrativa usufrui da água encanada. Uma reivindicação da associação conseguiu que a Regional Norte ficasse responsável por 70% dos custos de limpeza:

> Porque antigamente a gente contratava uma pessoa, essa pessoa contratava dez pessoas e ai vinha a continha pra gente, era 600 pau 500 pau, agora não! a gente entra com 2, 3 pessoas eles entram com 7,8 então o custo caiu para praticamente 100,00 reais.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Esse alívio nos custos da manutenção da água libera recursos financeiros da associação para desenvolver outros projetos. A contribuição dos moradores com a associação é de R$5,00 por mês, valor destinado principalmente à limpeza do reservatório de água e à manutenção do encanamento:

> A associação tem um trabalho bem limitado, porque a colaboração que pede é de 5 reais por morador, mas é para problema assim, quebrou o cano, fez isso, aconteceu aquilo, então é dinheiro pouquinho que a gente administra, porque quando são projetos grandes a gente vai procurar outras parcerias, que é o exemplo da construção das fossas.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

O discurso do morador que participa da associação de bairro considera que o trabalho é limitado, devido à falta de recursos financeiros para desenvolver outras atividades e resolver parte de suas demandas mais prementes, tais como trabalho e saúde. Porém, a ação política que os moradores promovem é o que realmente deve ser considerado. A associação ajuda a garantir os direitos básicos do cidadão, que dizem respeito ao fornecimento de água, ao saneamento básico e à infra-estrutura, que garantem a saúde do morador e também do turista que visita a praia.

3.3.3Ações Ambientais.

As ações ambientais promovidas pela associação envolvem a escola e as crianças da região, principalmente as crianças da vila, do sertão do Puruba e do Cambucá. São eventos com intuito de promover a limpeza dos rios, o reflorestamento e orientações sobre o meio ambiente: “Nós juntamos as crianças e fizemos a limpeza do rio, tiramos meio container de lixo.” (Trabalho de campo, 2008/2009). A ação não tem data, nem periodicidade fixa; tem acontecido pelo menos uma vez por ano, desde quando foi implantada, em 2002.

O lixo é um problema que preocupa a associação e a comunidade como um todo. Na comunidade, já há o serviço de coleta seletiva, o qual consiste na separação do lixo que será recolhido pela prefeitura (foto 12). O lixo orgânico vai para um espaço na vila, onde passa por um processo de compostagem. O resultado desse processo é o adubo, cujo uso pode ser observado na horta comunitária, a qual fica nos fundos de uma pousada.

Foto 12 Lixeira – A lixeira é dividida em dois compartimentos, lixo reciclável e lixo comum. O lixo da comunidade é colocado nesse depósito e recolhido pela prefeitura.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

Com relação ao lixo com valor comercial, um caminhão passa pela vila para recolher latinhas de alumínio. Essas latinhas são vendidas por alguns moradores. Outro caminhão recolhe sucatas (foto 13). O responsável por esse recolhimento compra qualquer tipo de ferro e, com um alto-falante, estimula que os moradores se desfaçam do lixo do quintal. O ferro é pesado e se estabelece um valor por ele ou troca-se por doce, balas e pirulitos para as crianças.

Foto 13 Caminhão de sucata – o caminhão particular recolhe sucata semanalmente e paga aos moradores por peso.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

A comunidade preocupa-se não apenas com o lixo do seu bairro, mas também com o problema de saneamento do município. O depoimento a seguir demonstra essa preocupação: "Não tem mais lixão em Ubatuba, não tem mais capacidade de aguentar o lixo, estão levando para Pindamonhagaba, acho que é isso aí." (Trabalho de campo, 2008/2009)

A falta de capacidade de armazenamento de lixo do município de Ubatuba levanta uma questão importante: durante o período de alta temporada e, consequentemente, com o aumento do lixo, o caos se instala. Essa situação será discutida no próximo capítulo.

O destino do lixo da comunidade poderia ser outro. Uma ação da associação com uma empresa que compra lixo reciclável juntou todas as associações da região norte para uma reunião. O comprador tinha interesse no lixo que essas comunidades produzem; porém, a dificuldade de acesso a muitas delas inviabilizaria a compra:

> Uma vez a gente fez uma reunião com ele com todas as associações da parte norte, ele falou se todas as associações se organizassem, ele cederia os bags. As comunidades se juntavam e deixavam num lugar demarcado que ele não precisasse entrar nas praias ai ele passaria recolhendo, mas a gente não conseguiu juntar essas pessoas. As associações se comprometeram no dia da reunião [...] mas não saiu da boa intenção.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Por se tratar de uma região extensa, com um baixo índice populacional, existe a necessidade de ações conjuntas das diversas associações. Porém, os interesses particulares de

cada uma das comunidades nem sempre são os mesmos, o que inviabiliza diversos projetos que poderiam contribuir para a qualidade de vida de todos.

As ações da associação são muitas, mas os grandes problemas que impõem desafios à comunidade dizem respeito ao período de alta temporada turística, assunto que será tratado no próximo capítulo.

3.4 A escola.

O isolamento geográfico não foi um impedimento para que os habitantes do Puruba frequentassem a escola; aliás, o ensino parece ser uma das prioridades dos moradores. O morador mais antigo da vila tem orgulho de ser autoditada, aprendeu a ler e a escrever nas areias da praia e hoje recita aos visitantes vários dos poemas que escreveu:

> Eu aprendi a ler na areia da praia. Eu escrevi sobre a guerra do Paraguai. Quando eu era pequeno ainda de colo, minha mãe não tinha leite pra me dar [com lágrima nos olhos] e me deu leite de palmito na mata enquanto a gente se escondia lá por causa da guerra [contando sobre o poema]
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Esse morador não teve o privilégio de frequentar a escola, mas fez questão que os filhos frequentassem. Uma das filhas, que hoje é professora, mora e trabalha na cidade e conta como foi importante a influência do pai no seu processo de aprendizagem e na continuidade dos estudos:

> Meu pai sempre fez questão que a gente estudasse, isso me ajudou muito, me deu muita força, porque a gente tinha que sair daqui e ir até a cidade estudar.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

No entanto, até que tomasse o formato que tem hoje e a importância que exerce para todas as comunidades da regional norte da cidade, a escola passou por diversas adaptações e transformações:

> Quando eu comecei a estudar não tinha escola aqui, ai não sei se no segundo ou no terceiro ano fizeram uma escolhinha ali depois da capela, sabe ali no pé de jabuticaba?, ali onde o rio já tomou conta tinha uma escola uma escolinha depois saiu dali foi para a capela, era a sala de aula, depois dali foi para casa do meu pai na sala. E depois a gente foi para a cidade.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A primeira escola que atendia às crianças do Puruba ficava na vizinha Ubatumirim. Somente depois de alguns anos uma pequena escola estabeleceu-se na comunidade e atendia às crianças da vila e do sertão. Depois, a escola mudou-se para a Igreja.

Outra mudança levou a escola para a sala da casa de um dos moradores da comunidade. Uma professora vinha diariamente lecionar. Era uma sala de aula multi-serial e atendia até o terceiro ano do ensino básico. Depois disso, a criança seguia para uma escola maior, no centro do município.

Esse foi um período em que muitos desistiam de estudar em decorrência da distância entre a residência e a escola. Os depoimentos sobre a dificuldade de estudar estão na fala de moradores que estão na faixa etária de 30 anos até os que ultrapassam a faixa dos 40. Assim, conclui-se que a situação durou do início da década de 1970 até 1994, quando a escola se estabeleceu com o ensino, hoje chamado de Fundamental (1ª. a 8ª. série). Porém outros motivos acabam sendo revelados nos diálogos com a pesquisadora:

> Juntava as crianças do sertão e da praia e estudava tudo lá na casa do seu Dico. A molecada teve que optar pelo trabalho, largar o estudo e trabalhar. Quem ia estudar saia muito cedo, às 5 horas da manhã ia pra estrada pegar o ônibus de linha. Ônibus lotado junto com trabalhador.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Essa situação durou até 1994, quando a escola de ensino primário estabeleceu-se na comunidade, atendendo a alunos que cursavam até a 8ª série. Os estudos, após esse período, continuam sendo na cidade.

Quem estuda à noite e mora na vila do Puruba pega carona no microônibus que atende às crianças do ensino básico. Quem trabalha na cidade não tem tempo de voltar para casa e já fica para a aula. Depois, voltam todos no último ônibus:

> Hoje não! Tem o micro! Tem muita gente que estuda a noite pega o micro não paga nada, pra voltar pega o ônibus de linha lotado porque é o último ônibus. (Trabalho de campo, 2008/2009)

O morador deixa claro que em comparação com anos anteriores, nos dias atuais existem bem menos dificuldades para se ter acesso à escola. Outras faixas etárias também são atendidas por escolas municipais e pelo transporte gratuito.

As crianças menores que ainda não têm idade para iniciar o ensino básico também frequentam a escola. O microônibus passa diariamente para pegar os pequenos, e existe um rodízio entre as mães que acompanham essas crianças: “Cada vez vai uma mãe, tem um rodízio, eles são muito pequenos, não dá para deixar irem sozinhos.” (Trabalho de campo, 2008/2009).

É possível afirmar que a comunidade por meio da associação de bairro, apesar das dificuldades referentes à distância, consegue proporcionar a todas as faixas etárias acesso aos programas da prefeitura, que parece estar bem organizada para atender aos estudantes e suas famílias.

3.4.1 A escola local.

A Escola Municipal José Belarmino Sobrinho atende a cerca de 500 crianças, todas da região norte do município de Ubatuba. A escola de Ensino Fundamental funciona como centro de referência e é a partir dela que as crianças de toda a região têm contato com a Regional Norte e com o Posto de Saúde. A escola faz muitas vezes o papel que deveria ser desempenhado por seus pais, como retirar remédios.

A escola recebeu esse nome em homenagem ao Sr. José Belarmino Sobrinho, um dos herdeiros das terras do Puruba, já falecido.

A área do terreno da escola está totalmente ocupada. Há projetos de ampliação da escola, dentre eles a construção de novas salas de aula no segundo andar do prédio, com início das obras previsto ainda para este ano (2009). As intenções do diretor da escola são as mesmas do subprefeito: abrir a escola para a comunidade, cobrir a quadra poliesportiva que já existe e disponibilizá-la aos finais de semana para eventos da comunidade.

A preocupação com o tempo das crianças que ficam sozinhas em casa, o crescimento do acesso a drogas e atividades marginais parecem não ser apenas um problema doméstico. O Estado, aqui representado pela escola e pela regional administrativa, tem planos para que os jovens tenham outras ocupações e não sejam capturados pelo crime.

Em março de 2009, foi instalada a sala de informática. O objetivo da escola e do Estado é realizar um projeto de inclusão digital para os alunos que freqüentam a escola no período inverso ao que estudam. Assim estenderiam o tempo do aluno na escola, possibilitando que mais mães possam trabalhar e as que já o fazem possam ter mais tranquilidade. Outros projetos também estão sendo estudados e estão relacionados as atividades físicas e ambientais. A escola mantém uma horta (foto 14). É um projeto que

resgata, também a questão do modo de vida caiçara. Existe uma preocupação do diretor sobre isso:

> Nós fizemos uma horta aqui, cada sala cuida da sua, são canteiros individuais. É uma maneira de trabalhar a questão ambiental, a alimentação, mas também de trabalhar algo voltado à cultura caiçara. O jovem hoje não tem uma ligação muito grande com a terra, e essa é a oportunidade de trabalhar esses valores e também a técnica.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Foto 14 Horta da escola – horta mantida pelos alunos da escola, sendo que cada sala tem seu canteiro.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

A escola funciona no período matutino e vespertino. Nos dois períodos, a rotina é a mesma: quando chegam, recebem um desjejum, em geral leite e pão. Na hora do intervalo, é servida uma refeição quente.

Toda a região norte do município é atendida por essa escola, que tem também um projeto de inclusão. Duas crianças com deficiência mental e física estão nesse projeto, uma com síndrome de down e outra com paralisia cerebral.

Os projetos que envolvem os jovens, sejam eles garantidos por lei, como nos casos do direito a educação ou dos projetos paralelos de iniciativa privada ou pública, são fundamentais para a formação desses cidadãos, para que possam continuar existindo na sua condição de caiçaras, vislumbrem perspectivas de vida no futuro e não apenas engrossem o contingente de pobreza assistido por projetos paliativos. Os projetos de ensino valorizam o lugar e a cultura local e poderão melhorar a qualidade de vida dos caiçaras do Puruba.

Desse modo, compreende-se que a educação deve sempre trabalhar com a categoria geográfica lugar, em seu contexto. Nessa perspectiva, devem-se considerar propostas

didáticas pedagógicas que ao privilegiarem o modo de vida das populações tradicionais, tornem a educação formal uma maneira de, também, valorizar o conhecimento empírico.

3.5 Fonte de renda.

Apesar de ser uma vila com 147 moradores, até julho de 2009, contando-se as crianças, o número de pessoas em idade produtiva é relativamente pequeno. Assim é possível fazer uma descrição dos principais tipos de trabalho dessas pessoas.

O centro administrativo, formado pela sede da Regional Norte, Escola e Posto de Saúde, emprega pessoas de toda a cidade, porém apenas quatro moradores da vila do Puruba. Na escola, uma merendeira e um vigia; no posto de saúde, uma enfermeira; na sede administrativa, apenas pessoas do sertão do Puruba, e não da praia, exceto pelo administrador regional, descendente dos moradores da vila do Puruba e que ainda tem uma casa no local.

Segundo os moradores, os principais empregadores estão na cidade e são do comércio, muitas vezes ligados ao serviço turístico:

> Os nossos jovens trabalham tudo em comércio aqui, em loja de parafuso, em hotel, em supermercado, as mulheres dessas pessoas limpam a casa, nas casas dos veranistas, todo mundo tem que dar seus pulinhos.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A construção civil também emprega algumas pessoas, mas o trabalho que complementa a renda de muitas famílias é o turismo local. Apresentaram-se, portanto, as diversas particularidades e os caminhos traçados por essa comunidade caiçara retratam um modo de vida específico que só pode ser vivido naquele lugar, por aquelas pessoas.

O conjunto das unidades residenciais ao se dedicarem ao turismo, transforma o lugar e identificam a sua essência, no caso do Puruba, as suas territorialidades fundadas nos usos e recursos disponíveis. Dentre os fatores que modificam o modo de vida de uma comunidade, no mesmo ritmo e com as mesmas características relacionadas ao novo, principalmente no que diz respeito à relação com outras pessoas, é possível citar o Turismo. A atividade turística traz consigo um novo jeito de pensar e de se relacionar e garante um complemento da renda que não pode ser desconsiderado na comunidade. As importâncias do turismo e da renda proporcionada por ele serão tratadas no próximo capítulo.

4 TURISMO, TRABALHO E RENDA NO PURUBA: A POSSIBILIDADE DE CONTINUAR CAIÇARA EM UM TERRITÓRIO DE DISPUTAS

O progresso idealizado pelo governo militar na década de 1970, por diversas ações simultâneas, foi consolidado pela construção de estradas por todo o país. O projeto ambicioso desencadeou transformações significativas nas áreas que antes estavam isoladas dos grandes centros da época. Trata-se de um processo que deixou marcas profundas na paisagem dos lugares ocupados pelas comunidades caiçaras, como afirmado anteriormente.

O conceito de paisagem, historicamente, faz parte dos estudos da Geografia Cultural. A partir dele é possível perceber muito mais do que as transformações visuais que ocorreram no espaço do lugar, as transformações da paisagem. No caso dos caiçaras do Puruba, também houve repercussões no modo de vida. Segundo Santos:

> A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] a paisagem se dá como um conjunto de objetos-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. (SANTOS, 2006, p. 103)

As transformações oriundas da inserção de rodovias por todo o país transformaram não apenas os elementos físicos desses lugares; houve imposições socioeconômicas que mudaram o modo de vida e geraram territorialidades que de certo modo atendem as necessidades de uma reorganização sócio-espacial das comunidades impondo-lhes novos arranjos e estratégias para viverem no Puruba.

Historicamente houve à época das grandes obras de integração nacional, um grande movimento interno e essas comunidades tornaram-se alvo de estudos que envolvem questões ambientais, econômicas e culturais, e muitas vezes esses estudos relacionam tais questões ao turismo. A BR-101, rodovia federal que liga todo o litoral do Brasil, conforme já foi apresentado, acompanha a faixa litorânea e é nesse espaço que se encontra a maior parte da população brasileira. O litoral brasileiro tem mais de 8.000 km, por isso é esperado que o turismo, neste país, seja representado principalmente pelo binômio sol e mar.

Na última década, os projetos turísticos públicos e privados têm captado vários tipos de turismo; porém o turismo na praia, devido ao sol e ao mar, continua sendo o principal deles. São investimentos muitas vezes polêmicos por gerarem impactos ambientais, sociais e econômicos nas comunidades onde são instalados.

Os impactos gerados levaram pesquisadores das mais diversas áreas, como a Ecologia, a Antropologia, a Sociologia e, principalmente, a Geografia, a uma crítica severa à maneira como são implantados os empreendimentos turísticos.

Por um lado, números oficiais do Estado Brasileiro, gerados pelo Ministério do Turismo, convalidam a necessidade de inserção do turismo para garantir o crescimento econômico do país. Por outro lado, os estudos comprovam que, em muitas comunidades onde o turismo foi colocado como principal fonte de renda, os moradores locais continuam com problemas relacionados à produção de renda e trabalho, bem como à melhoria na condição de vida.

Portanto, o turismo, sem dúvida é um conjunto de atividades que continua gerando polêmicas. Nessa perspectiva, não se pode negar que o processo de tornar os lugares espaços turísticos numa tentativa de desenvolvimento econômico é muito questionado, já que essa atividade demanda impactos de várias ordens. No âmbito das comunidades locais tradicionais, os problemas estão relacionados ao meio ambiente e dizem respeito também às questões culturais e econômicas. Nem sempre a inserção da atividade turística garante ganhos para a comunidade local. Muitas vezes, esses ganhos não chegam a ela: ficam nas mãos dos grandes investidores e restam à população local subempregos, com carga de trabalho muito elevada e má remuneração.

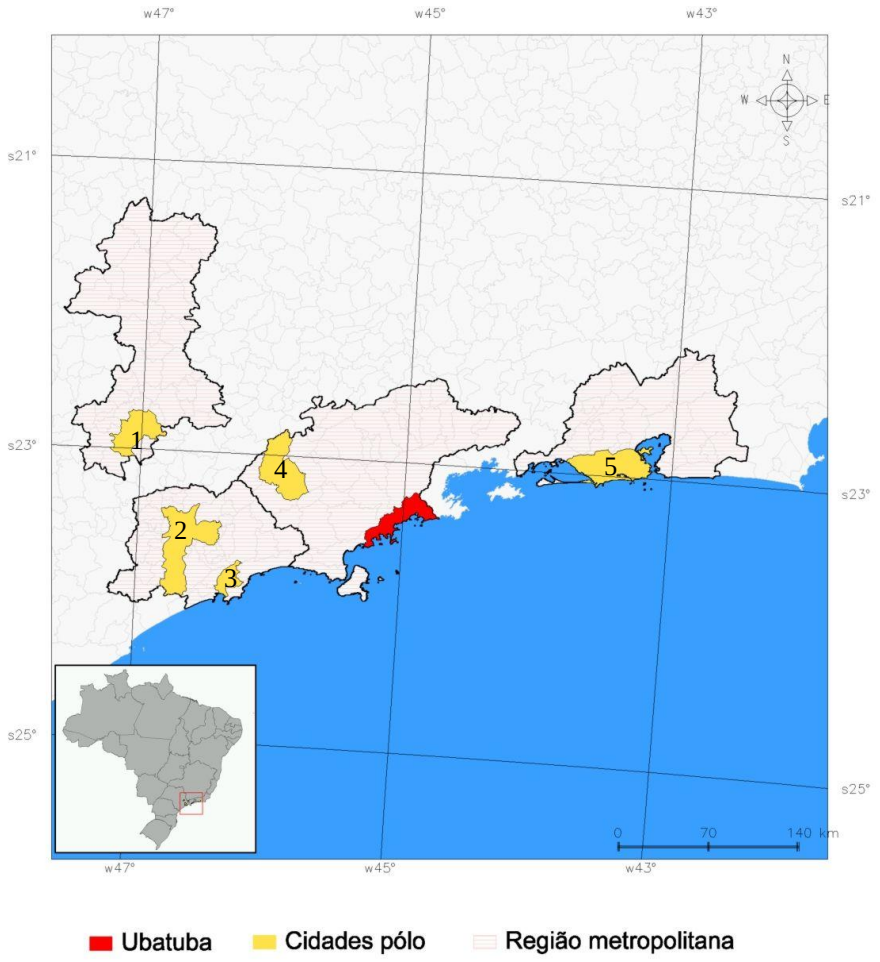
Neste capítulo, não pretendemos discutir os prós e os contras da atividade turística como um todo, mas sim entender os conflitos e as contradições que a inserção do Turismo traz para a comunidade do Puruba e como é a relação desses dois mundos, onde os protagonistas são turistas e moradores locais. Para isso, a pesquisa de campo, por meio de entrevistas e conversas informais com os moradores e, principalmente, a observação da pesquisadora foram fundamentais para o entendimento de como essa possibilidade de renda proporciona novos usos da praia e das territorialidades dos caiçaras do Puruba.

4.1 O Turismo na região norte do município de Ubatuba, e sua influência na comunidade do Puruba.

O litoral norte do Estado de São Paulo apresenta potencial turístico. Trata-se de uma região de beleza cênica incontestável cujo acesso rodoviário é fácil. O litoral norte fica

próximo à região que tem sido denominada “megalópole brasileira” formada pelas Metrópoles de São Paulo, Santos, Campinas e Rio de Janeiro e ainda o aglomerado urbano do Vale do Paraíba Paulista, conforme apresentado mapa 5.

Mapa da Megalópole



1 – Campinas; 2 - São Paulo; 3 – Santos; 4 – São José dos Campos; 5 – Rio de Janeiro

Mapa 5– Mapa da Megalópole
Fonte: Base de dados IBGE, aplicativo Spring
Autores: VENDRUSCOLO, Gabriel & MORELLI, Graziele A.S. / Julho de 2008

A região à qual se refere possui um contingente de aproximadamente 41,7 milhões de pessoas, o que representa 22% da população brasileira de 2007, numa área que corresponde a 1% da superfície do território brasileiro[40].

Essa população utiliza o litoral como seu principal destino de veraneio. Durante os feriados, as estradas paulistas e cariocas ficam congestionadas de carros e ônibus que levam os moradores desses grandes centros às praias próximas às suas casas.

[40] (Fonte: IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, disponível em: http://www.iets.org.br/, acesso 21/08/2009)

Outro momento importante são as férias de verão e, nos últimos, anos até mesmo as férias de inverno têm sido vistas como alta temporada, período em que um maior número de turistas frequenta esses locais. Para Diegues (2005), esse movimento sazonal traz para a vida do caiçara uma nova safra, numa referência às velhas safras de lavoura, período em que existia mais trabalho em torno da colheita e também rendimentos que permitiam ao trabalhador atender as suas necessidades básicas.

As casas de veraneio são o principal meio de hospedagem do homem urbano nesta região. Existe uma tendência mundial no retorno à vida no campo e em áreas naturais: "[...] do retorno a uma vida bucólica, que o processo avassalador de urbanização não tem condições de conservar." (RODRIGUES, 2000, p. 112). O homem dos grandes centros tem buscado esse retorno e essa parece ser uma necessidade dos tempos modernos.

A procura por destinos turísticos, principalmente aqueles fora dos padrões urbanos, limita-se, segundo Barreto (2003), a lugares que não sejam demasiadamente distantes e demasiadamente diferentes, que tenham identificação cultural e ofereçam sensação de segurança ao turista. Ainda, para a autora, existe a necessidade de inserção de elementos comedidos de diversão, de descanso, de conhecimento, de visibilidade social, de fantasia, dando forma a um padrão que é buscado especialmente pelo turismo de massa.

As praias mais frequentadas por turistas no município de Ubatuba, são aquelas localizadas na região central e ao sul do município. Ao norte, há alguns condomínios aumentando um pouco o trânsito de pessoas, mas nada comparado ao fluxo que as praias centrais e ao sul possuem

O turista urbano, apesar de buscar muitas vezes algo diferenciado e uma relação com a natureza, não ultrapassa alguns limites de conforto e alguns padrões. Dentro desses conceitos, o turismo na praia do Puruba não seria uma realidade. Porém, aqui entende-se tratar de uma modalidade de turismo, que atrai um público específico, também consumidor, mas que tem motivação diferenciada daquelas estudadas dentro do turismo padrão e/ou de massa.

No Puruba, o turismo é um complemento da renda de alguns moradores e resume-se a algumas atividades, dentre elas o turismo receptivo nas três pousadas do local. Alguns moradores alugam quartos de suas residências ou mesmo o quintal de suas casas, para que sejam colocadas barracas de *camping*. Outros vendem refeições em três estabelecimentos comerciais e, na alta temporada transportam visitantes da vila para praia, por meio de uma balsa, conforme pode ser visto na foto 15, que atravessa o rio Puruba. Para isso cobram uma

taxa que varia entre R$1,00 (um real) e R$2,00 (dois reais). Alguns moradores levam pescadores em suas embarcações para que pesquem pelos rios que cercam a comunidade, aproveitando seu conhecimento da área.

Foto 15 Travessia de balsa – essa balsa funciona apenas na alta temporada e complementa a renda do barqueiro, que cobra R$1,00 pela travessia.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2004

Foto 16 Barco da Prefeitura – travessia feita pelo barqueiro da prefeitura.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

A prefeitura também disponibiliza um barco para travessia, (foto 16), gratuito[41], que funciona todos os dias, das oito às dezessete horas, com folgas às segundas e sextas-feiras, independentemente da época do ano,e é conduzido por um barqueiro contratado. O acesso à

[41] Apesar de gratuito, algumas pessoas oferecem a chamada "caixinha" para o barqueiro, que sempre recusa mas após a insistência do turista acaba aceitando.

praia é fundamental para que haja fluxo de turistas. Muitas vezes, durante a baixa temporada, presenciou-se a chegada de turistas à beira do rio, mas diante da impossibilidade de travessia até a praia, foram embora. Portanto, o serviço de travessia é essencial para a permanência do visitante na praia, não é possível arriscar a travessia sem um barco. As variações de maré podem deixar os visitantes ilhados na praia. A travessia do barco extra, principalmente as segundas e sextas-feiras, e após encerramento do horário do barqueiro da prefeitura (17h) tem sido muito utilizado. Durante a vigência do horário de verão, o sol se põe por volta de 19:30h, e até esse horário é comum ver as pessoas na praia.

Nem sempre a presença do turista é uma garantia de consumo no comércio local, mas é uma possibilidade. Desse modo, quanto mais serviços são oferecidos de maneira direcionada a esse tipo de turista, mais chances o morador local tem de gerar renda com a atividade. É o caso, de perceberem a demanda e fazerem a oferta. Muitas vezes o próprio visitante solicita esses serviços e ajuda na elaboração da atividade:

> Ah eu tenho uma ficha de cadastro dos meus clientes do camping, foi uma cliente minha, médica, que me ajudou a fazer. Eu pego todos os dados da pessoa, e aí tenho uma referencia, para saber quando entrou, quando saiu, de quanto em quanto vem, de onde é, essas coisas.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Mesmo com os clientes contribuindo para a oferta de produtos, as atividades ligadas ao turismo são bem restritas, se comparadas às possibilidades de praias com maior movimento, como as do centro e ao sul do município. Ainda assim, tem papel importante no complemento da renda daqueles que se propõem a trabalhar na atividade turística.

> Mas quem vem para ficar, esse sim, faz tudo por aqui mesmo, aí é bom porque um dia almoça aqui, outro no Marcão, outro nesse outro restaurante dali da frente, então todo mundo ganha.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Quando questionados sobre a atividade turística, os comerciantes dessa área sempre citam os outros comerciantes se referindo a sua condição de dependência financeira do estabelecimento. Isso indica que o grupo reconhece as condições individuais de cada um:

> Quando é assim fim de semana normal, a gente nem abre, deixa para a Ana. Ela vive disso é a única renda dela, a gente não quer abrir concorrência. Só abre mesmo quando tem muito movimento, no verãozão.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Nesse caso o morador considera que apenas na alta temporada valha à pena abrir o estabelecimento. Já para outros tipos de comerciantes, as oportunidades acontecem de outra forma, em um domingo de jogo de futebol, com dois times de fora, dois ônibus cheios de pessoas, times e torcida:

> Olha só hoje teve jogo aí, eu vendi mais de cem coxinhas. Agora to testando esse bolo salgado aqui, os turistas tem pedido então a gente faz. Ajuda bem no orçamento, é uma renda a mais que entra.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Para a vendedora ambulante, foi fácil coordenar a venda de seus salgados. Sabendo do jogo, se preparou para oferecê-los De acordo com o que vendia buscava outros fritos na hora, reconhecendo, desta forma, o tipo de serviço a ser prestado para aqueles clientes:

> Dia de jogo é isso aí, sempre tem movimento aqui no bar, mesmo quando é jogo do pessoal daqui. Verão, feriado é tudo bom, só quando chove aí fica difícil porque não aparece ninguém.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Entende-se então, que o potencial para o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo, não dependem exclusivamente do turista convencional, aquele que vem para se hospedar e também precisa dos serviços de alimentação, mas dos visitantes na vila do Puruba, de uma maneira geral, incluindo os pescadores, jogadores de futebol, torcida, quem passa apenas para dar uma olhada no rio e contemplar a natureza, aqueles que vem para passar o dia na praia. Os moradores conseguem identificar e distingui-los sob sua ótica.

4.2 O turista sob a ótica do morador local.

A praia do Puruba recebe alguns tipos de turistas, que podem ser facilmente classificados. Existe o turista que visita o município de Ubatuba e sai do local onde está hospedado para conhecer outras praias. É um turista que passa uma parte do dia na praia do Puruba, mas não está hospedado ali. Esse visitante precisa de alguma infra-estrutura para passar o dia, como água, alimentação e banheiro. Na praia, não existem essas possibilidades. Caso ele não venha preparado para essa situação, o visitante pode se abastecer de bebidas e alguns petiscos, como os salgadinhos industrializados à venda no bar próximo à travessia para a praia, ou no caminho, nos restaurantes (um destes estabelecimentos funciona o ano todo, e outros 2 apenas na alta temporada).

Outro tipo de turista que também passa o dia na praia é o visitante que vem para pescar. Não é o mesmo tipo de turista de sol e mar; ele tem um objetivo específico que é a pescaria. Esse tipo de turista é bastante autônomo, pois traz consigo água, comida, equipamento de pesca, guarda-sol e alguns deles levam botes, para a pesca no meio do rio e não na encosta. O visitante-pescador pesca principalmente na área de encontro do rio com o

mar. Porém, a relação que esse tipo de turista estabelece com o trabalho e renda da comunidade é muito pequena. São poucos os pescadores que se abastecem na vila ou mesmo ficam para fazer uma refeição em um dos restaurantes. Com isso, ficam apenas os desgastes e os conflitos existentes em relação ao desmatamento feito por alguns desses turistas na encosta do rio e também o lixo deixado, conforme já foi assinalado aqui anteriormente.

Existe também o turista que fica hospedado na vila. Esse tipo de visitante pode optar pelos campings disponíveis nos quintais dos moradores, casas ou quartos de aluguel ou também as pousadas. A pessoa que opta por ficar no Puruba geralmente conhece quais são as condições. Alguns tornam-se frequentadores assíduos: "E tem muita gente que vem pra cá todo ano. Mesmo na pousada, pessoal que veio o ano passado essa época veio esse ano de novo". (Trabalho de campo, 2008/2009). Conforme diz um morador: "O Puruba tem uma característica, tem uma cara, tem um jeito. Ou as pessoas bem adoram ou passam por aqui e não vêm mais." (Trabalho de campo, 2008/2009).

Compreender quem é o turista que visita o Puruba e como se comporta ajuda a entender quais são os conflitos e os benefícios trazidos por essa atividade à comunidade. Vale relembrar que o turismo é um conjunto de atividades econômicas, e as atividades envolvidas tem contribuído para que as famílias dessa comunidade tenham um complemento de renda.

Trata-se apenas de um complemento; poucas são as famílias que vivem exclusivamente dessa atividade ou que a tem como principal fonte de renda:

> Quem vive do turismo aqui eu acho que é a Ana. A Ana vive... o maior rendimento dela é esse ela fica aberta o ano inteiro. A gente até tira um dinheiro extra, mas não conseguimos viver disso. Aqui tem a pousada que era a nossa casa, que tem 4 suítes. A pousada são só 4 quartos, só se ficasse lotada o ano inteiro, mas não é o caso.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A sazonalidade do turismo não permite que todos vivam exclusivamente dessa atividade, a tipologia do turismo de sol e mar também contribui para que a maior procura seja durante o verão, durante as férias escolares. Os feriados e as férias de inverno também geram algum movimento na vila, porém o período que mais atrai visitantes é este sobre o qual fala um morador:

> No final do ano tem a demanda que é de uma semana, é uma semana que tem bastante gente o resto do ano é muito sossegado, nem no carnaval chega a ficar tão lotado como na virada do ano.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Mesmo no período de maior demanda turística no município de Ubatuba, esse movimento de pessoas não afeta a comunidade:

> Aqui é um lugar ainda que não é muito explorado pelo veio turismo, né!? As pessoas acabam alugando seus quartos, as suas casinhas, quem não mora, a gente também oferece a possibilidade de quarto mas não é aquela coisa muito feroz.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

O morador refere-se "àquela coisa muito feroz", ao tipo de turismo que as praias mais centrais e, portanto, mais urbanizadas do município, recebem. Praias em que existe um movimento intenso de pessoas, que se expressa na quantidade de carros, no consumo do comércio daqueles locais e possui certa[42] infra-estrutura. Segundo os próprios moradores, o público do Puruba é diferente: "São pessoas que procuram esse contato mais intenso com a natureza." (Trabalho de campo, 2008/2009). Isso também significa que o uso das praias deriva das territorialidades historicamente constituídas pela comunidade, ou seja, as praias e os quintais podem ser usados desde que não prejudique a vida no lugar.

Porém, nem sempre foi assim. No começo da década de 1980, logo que chegou a rodovia, a praia do Puruba não recebia um público específico, como é considerado pelos moradores nos dias atuais:

> Em relação há vinte anos atrás melhorou muito, não que aquelas tranqueiras deixaram de vir, ainda vêm algumas, antigamente eram muitos. Isso aqui agora tá bem selecionado.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

As tranqueiras aos quais o morador se refere são pessoas desocupadas que se instalavam em acampamentos improvisados à beira-mar, e por lá viviam durante muito tempo:

> [...] é aquelas pessoas desocupada mesmo, aí a pessoa que acampava do lado deixava a comida pro cara, ai todo mundo fazendo isso o cara num saía nunca. Vendia artesanato, se virando e ganhava uns troco e ficava, não era um, dois meses, era um, dois anos.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Esse foi um período onde existia a possibilidade de acampamento na praia. A lei que proíbe o acampamento nessa área à beira-mar data de 1994, mas somente em 2000 é que os moradores conseguiram começar a efetivar essa proibição.

O processo para efetivar a proibição de acampamento na praia reflete em alguns fatores: um deles é representado pela geração de trabalho e renda. Quando o campista deixa de acampar na praia e passa a utilizar o camping da vila, gera receita para a família em cuja casa está hospedado. Outro fator diz respeito às consequências ambientais; a proibição de acampar na praia evita que a vegetação seja destruída e permite que ela se recomponha com o

---

[42] Usou-se o termo "certa infra-estrutura", porque, durante a temporada o caos se instala na cidade, existe grande dificuldade com a água, o lixo, o trânsito e isso dificulta e gera um grande transtorno para o visitante e para o morador de Ubatuba

passar dos anos. Ainda em uma referência ao fator ambiental, é importe lembrar que o turista acampado na praia deixa por lá o seu lixo, o que consequentemente afeta a vida do morador local mais tarde. Não existe nenhum tipo de limpeza naquela praia que não seja feita pelo morador da vila ou pelas ações ambientais da associação de bairro.

Isso se constitui em estratégias territoriais, que impõem estratégias e arranjos de controle dos usos dos lugares, apresentando ao caiçara renda e trabalho, bem como controle sobre o lugar.

4.3 Fazendo valer a lei na defesa de suas territorialidades.

Desde a construção da rodovia, e com ela a intensificação dos visitantes por todo o litoral o *camping* é uma prática comum. Há também a necessidade de toda uma geração ligada à filosofia *hippie* de estabelecer relações com a natureza mais livres. Entre estas relações está a possibilidade de acampar sem restrições sociais. O movimento *hippie* também foi confundido com um modismo por alguns jovens da época, com isso e a verdadeira consciência ambiental não se aplicava.

Já no início da década de 1980, existia a possibilidade de acampar na vila, mas o que os jovens visitantes da época queriam era acampar na praia com muita liberdade e, como disse um morador: “com sexo, drogas e rock&roll”, (Trabalho de campo, 2008/2009). Isso trouxe um certo desconforto para os moradores, e com certeza gerou grandes conflitos:

> A relação é super tranquila, em relação a vinte anos atrás é tranquila agora você sabe quem é quem e hoje é muito mais famílias, hoje as pessoas já trazem os filhos.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Hoje o ambiente é familiar; tanto o camping, como pousadas ou casas de aluguel recebem mais famílias, grupos que frequentam a praia há muitos anos, alguns remanescentes da época *hippie* e que hoje levam seus filhos e netos para passarem as férias no Puruba.

Apesar dessa ideologia de relações mais naturais, houve desgastes do meio ambiente com a prática de campismo: “cada um que vinha roçava para colocar seu acampamento, isso ia acabando com a vegetação” (Trabalho de campo, 2008/2009). Uma preocupação com o assoreamento da vegetação das praias e também com o lixo deixado pelos visitantes, seja em área de conservação ambiental, ou nas praias urbanas, levou à proibição dessa atividade com a lei municipal 1360/94 (Foto 17). Essa lei restringiu a prática de campismo somente aos locais

previamente estabelecidos, sinalizados e com infra-estrutura de saneamento básico, com pena de apreensão do equipamento após 1 hora após o infrator ter sido comunicado.

Foto 17 Placa de proibição de acampamento na praia – A placa foi instalada pela associação do bairro, SAPRAPU, uma das iniciativas de tentar coibir o camping na praia.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2004

A lei data de 1994, mas somente há pouco tempo começou a ser respeitada: "Acabou a possibilidade de acampar na praia, que antes era uma possibilidade. Faz uns 6 anos atrás que foi colocado que não pode." (Trabalho de campo, 2008/2009). A lei só se efetivou graças a um trabalho da comunidade com a associação do bairro, que determinou que essa situação acabaria:

> Teve um ano que toda a comunidade se juntou e falava não! não pode! E fazia a pressão de não poder e chamava a policia ambiental. E porque que tomou essa decisão porque a vegetação da praia tava indo embora, não tinha mais espaço que não derrubavam para fazer os seu fogãozinho, para fazer seu puxadinho.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A fiscalização e imposição da própria comunidade fizeram valer a lei. Propíciou também a defesa de suas territorialidades socialmente e culturalmente constituídos, pois a praia também é lugar de trabalho e lazer do caiçara e com o turismo uma possibilidade de renda e trabalho.

Não existe um número adequado de fiscais que possam tomar conta da praia e fazer com que se respeitem essa e outras leis, sejam municipais, estaduais ou mesmo federais. O contingente é pouco, e a comunidade precisa ter uma atitude diante disso, para que os prejuízos não se reflitam no seu cotidiano. É uma situação que exige um alerta constante da comunidade, principalmente durante a temporada:

> Acampa, a gente chama a fiscalização, no final do ano tira e eles voltam. É gente que pode, não é bicho grilo não. Todo mundo sabe que não pode acampar, mas ainda tem um pessoal que acampa no fundinho lá.
> (Trabalho de campo, 2008/2009).

A expressão é "gente que pode", utilizada pelo morador, diz respeito à possibilidade de pagar um meio de hospedagem para ficar no Puruba, seja nos campings, casas de aluguel ou pousadas, e não acampar ilegalmente na praia. A estratégia criada pela associação para tentar conter essa situação é antecipar o envio de um ofício, solicitando fiscalização na alta temporada, já que todos os membros da comunidade envolvidos nessa questão estão trabalhando em seus comércios direcionados ao turismo:

> Oh tem nego acampado lá, não dá pra mim sair. O que dá pra gente fazê é mandar o ofício antecipado porque é final do ano, realmente vem mas vem um dia aí vira as costas monta tudo de novo.
> (Trabalho de campo, 2008/2009).

Desse modo, entende-se que a defesa do território depende das pessoas que vivem o lugar e sua capacidade de se articular com o Estado.

O visitante que se hospeda no camping não é nivelado pela condição financeira; trata-se de uma hospedagem mais barata do que as outras opções, como as pousadas. Porém, acampa quem está nesse "espírito" a que o morador se refere: "Tem gente que adora acampar né, o espírito do acampamento é diferente, você já acorda interagindo com outras pessoas." (Trabalho de campo, 2008/2009). E continua: "A maioria da formação deles é tudo biólogo. Aí eu falo vocês deveriam dar o exemplo, vem aqui paga 8 reais, quer dormir lá [referindo-se à praia] leva uma rede." (Trabalho de campo, 2008/2009 – grifo nosso)

Nesse sentido, percebe-se que o morador local não se refere ao acampamento na vila apenas como possibilidade de renda, ele se preocupa também com a questão ambiental e gostaria que o seu hóspede também tivesse a mesma preocupação. Existe indignação na fala do morador, demonstrada ao destacar a formação acadêmica daqueles que visitam a praia e ao se surpreender por não darem o exemplo.

4.3.1 Acampando no Puruba: uma forma de vivenciar as territorialidades do lugar.

A comunidade criou uma forma muito específica de receber turistas, na qual compartilham o território familiar a partir do espaço que têm em seu quintal para o aluguel de

barracas (Foto 18), para o *camping*. Com isso, o visitante tem um espaço para se hospedar e a oportunidade de estabelecer algumas vivências com a comunidade.

> Como é sempre o mesmo pessoal, acaba virando tudo amigo. Eu tô lá na frente no restaurante, ó o bar do Marcão, apesar de ser da minha sogra. Aí um pega o violão, vem aqui na Celi, faz um barulhinho, porque tem regra por causa dos hóspedes e tem hora para acabar, mas fica todo mundo junto. (Trabalho de campo, 2008/2009)

a) b)

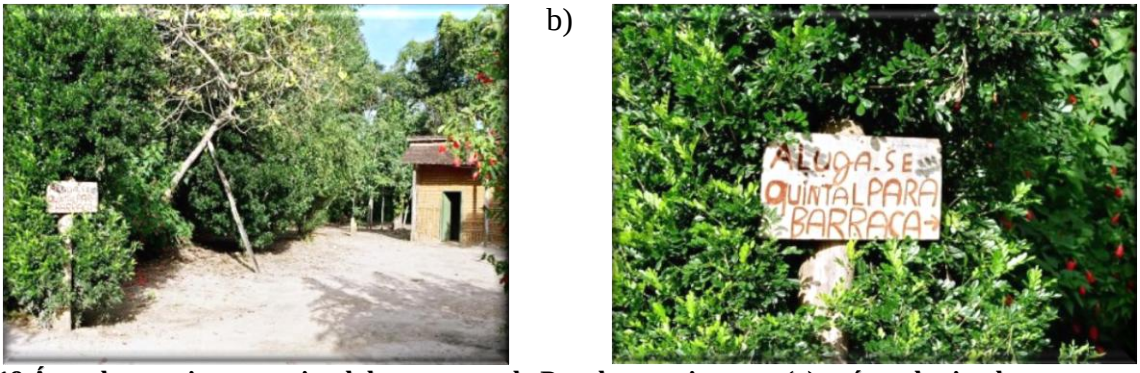


Foto 18 Área de camping em quintal de uma casa do Puruba – na imagem (a), a área destinada ao camping no quintal de uma casa na vila do Puruba; na imagem (b), a placa que anuncia o aluguel de quintal para barracas.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2004**.**

Até o ano de 2004, eram várias as possibilidades de acampamento. Muitos moradores ofereciam o serviço mas, com o passar dos anos a oferta diminuiu. São várias as razões que levaram os moradores a desistir do negócio. Um caso específico dessa desistência foi o de um dos proprietários, que faleceu e os seus filhos não deram continuidade ao negócio, ficando o *camping* fechado definitivamente. Outro morador diminuiu sua área de *camping*: "O seu Zico acabou diminuindo o espaço do camping dele, o seu Durval faleceu e acabou que lá não pode mais acampar, ninguém deu continuidade." (Trabalho de Campo, 2008/2009)

A área citada pelo morador pode ser vista na foto 19. Na área onde as pessoas acampavam, já existem algumas árvores plantadas pelos moradores. A vegetação começa a se recompor, e o plantio de novas árvores impede que oportunistas acampem na área que não tem mais a supervisão do antigo dono.

a) b)

Foto 19Antiga área de camping – na imagem (a), de 2004 quando ainda existia a possibilidade de acampar nessa área, na imagem (b) a mesma área; vista de um outro ângulo com a vegetação já tomando seu espaço em 2008.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2004 / 2009**.**

Embora desistências tenham ocorrido, o camping é fonte de renda para aqueles que alugam seus quintais. O camping é território permitido e reflete, também, no movimento dos restaurantes ou bares. Quem está acampado muito frequentemente faz suas refeições nos restaurantes. Trata-se de uma comida simples, caseira, servida em prato feito, os chamados "PF", composto por arroz, feijão, salada, farofa e uma "mistura" que pode ser escolhida pelo cliente entre peixe, frango ou carne vermelha. Custam em média R$10,00 (dez reais). São servidos no almoço e no jantar e representam grande parte do movimento diário nesse período.

A prática de campismo revela, então, duas realidades uma diz respeito a questão ilegal da prática e outra a questão legal que gera receita. A atividade praticada de forma ilegal gera transtornos, conflitos e grandes desgastes, principalmente durante o período de mais movimento de pessoas. A comunidade vive em alerta constante, para que todo o trabalho desenvolvido para a revitalização da mata nativa não seja perdido e também para que o mau uso do local não polua o rio, o que reflete diretamente na qualidade de vida do morador local. Porém, cada vez que um grupo deixa de se hospedar nos campings pagos, deixa também de gerar receita para a comunidade.

4.3.2 Arranjos possibilidades de turismo no Puruba.

Grupos maiores, de amigos ou famílias inteiras, costumam se hospedar nas casas de aluguel. Na pesquisa de campo observou-se que são 10 casas, muitas delas de pessoas que já moraram no Puruba e se mudaram para outras localidades.

As pousadas são outra possibilidade de hospedagem no Puruba. Por se tratar de um serviço mais caro, existe uma seleção social de turistas, segundo alguns moradores:

> Aqui a diferença é marcada pelo preço mesmo, a gente tem o serviço. A gente tem um custo grande para manter a pousada, a gente tem café da manha roupa de cama e roupa de banho, tem toda uma infra-estrutura.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

São três pousadas e, dentro delas, existem padrões diferenciados. Uma é mais sofisticada e com poucas suítes; a segunda tem uma quantidade maior de apartamentos e o movimento também é mais intenso, apesar de ter um público selecionado pelo proprietário: "Eu não atendo qualquer um, quando eu vejo que não serve eu falo que não tem vaga, eu costumo hospedar gente que tem uma certa consciência ambiental." (Trabalho de campo, 2008/2009). A terceira pousada é bem mais simples, com suítes construídas no quintal do proprietário e não existe um serviço mais específico relacionado à hotelaria, como roupas de cama e banho. Neste caso o próprio hóspede leva seu enxoval.

A alimentação é mais uma área relacionada ao turismo na qual os moradores do Puruba trabalham durante a alta temporada. No restaurante que funciona o ano todo, durante a baixa temporada é possível experimentar o peixe pescado no rio Puruba, preparado pela proprietária. Já na alta temporada, a proprietária não tem tempo para a pescaria, pois é uma época de trabalho mais intenso:

> Durante o verão eu não consigo sair daqui para pescar, então tenho que comprar do menino que pesca, sempre tem alguém que pescou e eu compro. O peixe tem que ficar no freezer, porque não aguenta, mas é peixe fresco é daqui, eu que congelo.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Na fala da moradora, fica evidente que existem mudanças na rotina durante o verão. Algumas situações só existem nos momentos de maior movimento de turistas, e os proprietários de hospedagens e fornecedores de serviços turísticos, nesses momentos, vivem em função dos visitantes. Por exemplo, é na alta temporada que um padeiro do bairro vizinho leva diariamente o pão para o Puruba. Existe a necessidade de oferecer o pão no café-da-manhã dos turistas e somente nesta época isso acontece.

O bar Amigos funciona principalmente aos finais de semana e atende não apenas aos visitantes, mas também à população local. O bar fica em frente ao campo de futebol, é lá onde se reúnem os amigos da vila e do sertão do Puruba, para a partida de futebol semanal. O proprietário do bar está doente e ele conta com a ajuda de um outro morador, que, aos finais de semana, garante a abertura do bar.

O dono do bar é o mais velho da comunidade atualmente; ele é conhecido pelas suas histórias e pelas suas poesias, que “encantam” os moradores locais, mas principalmente os turistas:

> Aqui tem muita história, acho que como tem o povo caiçara o seu Antonio com aquele barzinho vem para ouvir história. Aqui na dona Zaíra também as pessoas se juntam para relembrar velhos tempo, conversar, cantar, tocar violão e se juntam em função de quem é mais velho de quem tem mais história pra contar.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

Esse é o contato mais estreito, do qual se fala, entre turistas e moradores na vila do Puruba. Não se limita ao simples fornecimento de serviços, mas se estende para outras áreas, como as varandas das casas e seu quintais, estabelecendo-se usos dos territórios caiçaras mediados pelo respeito mútuo: “O pessoal que vem aprenderam a reconhecer quem é o dono da terra.” (Trabalho de campo, 2008/2009). Barreto confirma a necessidade dessa identificação para que o turismo aconteça ou se estabeleça:

> [...]Pode-se, inclusive, afirmar que alguns segmentos do turismo, pelas suas especificidades, exigem processos identificatórios mais intensos, isto é, ou ocorre a intensa identificação ou é provável que o turista opte por outras possibilidades. (BARRETO, 2006, p.99)

Dessa forma, é possível perceber como vai se construindo o tipo de turismo existente no Puruba. A atividade é determinada por aquilo que pode ser oferecido e também pelo que é consumido. No Puruba, o consumo do turismo não se limita à beleza cênica do local, nem ao menos ao típico “turismo sol e mar”, mas às possibilidades construídas pelo caiçara e por aqueles que frequentam o local. Há o envolvimento com a cultura pelas atividades como a pesca, a música e contos. O turismo do Puruba está envolto no modo de vida caiçara. Esse é o principal aspecto que faz com que o visitante escolha o Puruba para se hospedar. Segundo Barreto:

> [...] Nesse sentido, é necessário que, de alguma forma, os turistas reais/potenciais reconheçam algo como sentirem-se espelhados pela/na entidade. À medida que os turistas puderem ver um pouco de sua face (crenças, valores, padrões, belezas, diversidade, comportamentos, expectativa de atendimento, hospitalidade, facilidade e outros aspectos) na entidade turística, tenderão a dirigir-se para lá. (BARRETO, 2006, p.100)

Segundo a autora, é necessário que haja uma identificação do turista com as características do local para que ele se dirija a esse destino. Esses aspectos não se limitam a questões físicas. Segundo a autora, incluem-se também crenças e valores, o que pode ser verificado pelas falas dos moradores que veem nos turistas essa identificação sugerida por Barreto.

De certa forma, esse é o principal aspecto da chamada fidelização. Esse processo dá-se quando clientes retornam ao destino turístico por se identificarem com o local; geralmente ficam nos mesmos meios de hospedagem e fazem suas refeições nos mesmos restaurantes. Isso significa trabalho e renda para a comunidade, que tem um fluxo garantido de turistas por temporada, permitindo-lhe reelaborar seu modo de vida.

4.4 Novas possibilidades turísticas: o comércio na praia e as imposições da lei.

Nem todas as ações que envolvem a atividade turística irão depender exclusivamente do morador. Em algumas situações, existe a vontade de trabalhar, mas também as imposições da lei. Por exemplo, é proibido estabelecer qualquer tipo de barraca fixa que forneça alimentação na praia.

No município de Ubatuba, existe um sorteio para ambulantes cadastrados; os primeiros sorteados têm o direito de escolher a praia em que querem trabalhar. Em geral, as praias escolhidas são as mais movimentadas as que geram mais renda, e não aquelas mais próximas das casas dos ambulantes.

> Abre as inscrições para tirar a licença geral, e não direciona. É sorteio e quem é sorteado vão escolhendo os bairros que querem trabalhar. Mas aqui não é o lugar escolhido porque não é o lugar de mais movimento, Itamambuca, por exemplo, deve ser super concorrido, Félix, as praias que tem uma demanda maior. Aqui tem sete vagas e acho que tem uma pessoa.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

A quantidade de ambulantes por praia também é estabelecida pela prefeitura. Como diz o morador do Puruba: “(...) existem diversas vagas, mas apenas uma é ocupada e nesse caso, é por uma moradora da vila”.

A associação fez uma ação junto aos moradores para tentar intervir e legalizar aqueles que trabalhavam ou trabalham ilegalmente. Por meio de uma pesquisa, a associação levantou a opinião da comunidade sobre haver ou não as barracas na praia. O resultado pode ser percebido na seguinte fala:

> Quando nós entramos na associação nós fizemos uma pesquisa aqui no bairro colocando aqueles itens que são mais frequentes de ser questionados e uma das coisas que a gente perguntou, todo mundo concordou que tivesse a barraquinha, mas que fosse uma coisa meio móvel pra não ficar uma praia poluída e um visual feio.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

O próximo passo da associação foi contatar o poder público a fim de que se estabelecesse uma ponte entre moradores e prefeitura, para que alguma ação pudesse ser tomada e possibilitasse uma expansão do trabalho caiçara:

> A gente chegou até a levar isso na administração regional vê como que a gente poderia funcionar, mas o que pode está muito claro pra eles . O que pode é você tirar uma licença de ambulante, o resto que é feito não pode. Se alguém monta lá tá ilegal.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

O que se percebe é a defesa do território e das territorialidades constituídas histórica e culturalmente, uma estrutura organizada que sabe o que quer e como quer, porém a ação estatal não acompanha essas lógicas, próprias de comunidades. Não existe nenhum tipo de incentivo, por parte de órgãos oficiais reguladores municipais, para que as pessoas fiquem próximas às suas casas ou algum tipo de apoio àqueles que querem trabalhar perto das suas casas, o que acaba gerando uma irregularidade durante o verão, principalmente, por não estarem devidamente regulamentados diante da prefeitura. Ainda assim, não deixam de trabalhar a sua maneira.

A lógica mercadológica, ou seja, a de buscar os lugares com maior número de consumidores, determina que os comerciantes escolham as praias mais movimentas, conforme foi dito anteriormente. Porém para os caiçaras do Puruba, seria interessante que pudessem trabalhar na praia onde moram. É uma outra lógica que talvez não possa ser entendida pelos agentes da fiscalização estatal, por isso o estado nunca poderia agir generalizando situações e obrigando os comerciantes do Puruba a serem o que não são, capitalistas.

Outra reivindicação de alguns moradores é a necessidade de se construir um banheiro na praia, ou em uma localização que seja de fácil acesso. As leis proíbem qualquer tipo de construção, mas a necessidade é levantada por alguns moradores:

> Precisa, por exemplo, ter um banheiro aqui. Principalmente para as mulheres, se vem uma senhora tem um imprevisto e precisa se trocar, ela não tem onde ir. Seria bem melhor se tivesse, daria mais conforto para o turista.
> (Trabalho de campo., 2008/2009)

Os banheiros já foram solicitados. A impossibilidade de construção não permitiu, mas, com a inserção da fossa séptica, os moradores pretendem reivindicar novamente. O entendimento dos moradores parte do princípio de que se a praia possibilitar um mínimo de infra-estrutura, ela atrairá mais turistas, principalmente aqueles que passam o dia na praia. Isso permitiria que os estabelecimentos comerciais também vendessem mais, garantindo renda para a comunidade.

4.4.1 A comunicação não verbal, uma tentativa de disciplinar o turista.

A relação do turista com o morador local é relativamente tranquila quando se diz respeito àqueles que já estão habituados com a praia. Com esse visitante criam-se vínculos que podem ser provisórios ou duradouros, mas dentro de um contexto que não gera grandes complicações.

Os impasses, conflitos e perturbações são devidos a alguns visitantes que aparecem para conhecer ou passar o dia na praia. Em geral, são eles que não respeitam a normas estabelecidas e que dizem respeito à velocidade dos carros, por exemplo, já que a via principal de acesso é bem estreita e as casas estão bem próximas dela. Além disso crianças brincam por essas vias. O lixo deixado para trás é outra situação de desconforto.

a) b)

Foto 20 Placas Informativas – na imagem (a) placas na entrada da praia alertando aos visitantes a normas locais, e o recipiente de coleta de lixo seletiva. Na imagem (b), a placa lembrando a velocidade permitida: 20km/h.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

As placas de informação sobre a proibição de acampar na praia, são várias e estão espalhadas por todo o percurso que chega até a praia, e também pela extensão da mesma. Na tentativa de disciplinar o uso do lugar, outras placas merecem destaque, como a da velocidade permitida para tráfego de carros e muitas outras com lembretes de conservação a natureza. A placa que aparece na foto 20 a, e uma outra, na entrada da vila mostrada na foto 20 b, ilustra a preocupação ambiental dos moradores e pede colaboração dos visitantes:

a) **PARA SUA MELHOR ESTADIA NA PRAIA DE PURUBA PEDIMOS QUE RESPEITE ALGUMAS REGRAS:**
PROIBIDO TRAFEGAR COM CARROS
PROIBIDO ACAMPAR
PROIBIDO CACHORROS
PROIBIDO BARULHO DEPOIS DAS 22 HORAS
PROIBIDO DESMATAR
AH! QUANDO VOCÊ VOLTAR, COMO VOCÊ QUER ENCONTRAR ESSE LUGAR?
QUE BOM, NÓS JÁ SABÍAMOS A SUA RESPOSTA."

b)

Foto 21 Placa de informação aos visitantes – No quadro a), os dizeres da placa; na imagem (b) a placa de entrada da vila.
Fonte: Arquivo pessoal
Autor: MORELLI, Graziele A.S. / 2009

Percebe-se que a associação de moradores tem um trabalho importante a desempenhar junto à comunidade, para que o turismo aconteça da maneira mais organizada possível. Sem dúvida, o movimento de pessoas estranhas diariamente torna a vida desse caiçara repleta de desafios em receber o turista e de permitir a sua presença em territórios comunitários, mas é uma situação que não podem evitar, pois também é por meio do turismo que reelaboram seu modo de vida. O acesso à praia é livre e quaisquer pessoas têm o direito de usufruir dessa área. Não exatamente da maneira como quiserem; devem respeitar as regras, normas, acordos tácitos e também as leis, com avisos que aparecem em placas (foto 21) por todo o percurso da entrada da vila até a praia, mas nem sempre isso acontece. A fala do morador expressa bem esse sentimento: "eu fico aliviado quando acaba a temporada, dá uma paz. O turista é um mal necessário." (Trabalho de campo, 2008/2009)

A expressão "O turista é um mal necessário", utilizada pelo morador, traduz a realidade. São os moradores locais que sofrem todas as consequências da presença ou ausência de turistas. A presença garante alguma renda, mas também gera conflitos e transtornos. A ausência garante dias de tranquilidade, mas também de falta de dinheiro. Aqueles que veem no turismo o complemento da renda, sabem da necessidade de ter o turista consumindo o produto turístico oferecido pela comunidade. Porém, têm consciência de que esse não é um cenário adequado para o ano todo. A paz e a tranquilidade concebida com a ausência do turismo é muito bem-vinda. Esse entendimento contradiz alguns autores que são grandes críticos do turismo. Carlos explica que:

> A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o espetáculo para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. (CARLOS, 1996, p. 31)

A autora traz apenas uma possibilidade para o turismo, quando o coloca como provedor de um espetáculo artificial para uma multidão, que não abre espaço para outras situações. Sem dúvida o turismo traz transtornos consideráveis na comunidade do Puruba, mas também traz a possibilidade de viver, dando continuidade e utilizando o seu próprio território e modo de vida como atrativo e sedução turística.

O turismo apresenta-se como uma possibilidade de complementar a renda; mais do que isso ganha espaço na vida do caiçara do Puruba, trazendo uma nova condição de reprodução. O território perdido com a proibição de coleta/extrativismo na mata, a proibição de plantar e a diminuição dos peixes reduziram o território, e as possibilidades desse grupo de satisfazer as suas necessidades. Assim, os caiçaras procuraram outros meios de ganhar a vida. Isso tudo mudou a paisagem, deixando como possibilidade, o turismo.

No entanto, essa nova opção impõe habilidades que eles tendem a desenvolver para tornar a recepção e a hospitalidade uma forma de complementar a sua renda familiar. Para o morador do Puruba, não existem outras possibilidades de se obterem renda e trabalho, pois sem território para o extrativismo e oportunidade de trabalho em outras áreas da economia, a saída é, segundo um morador:

> Eu acho que a questão do turismo aqui para Ubatuba, não é uma cidade que tenha outro rendimento a não ser colocar o Turismo como forma de o cidadão ter a sua renda, porque não tem um comércio grande, uma indústria, não tem nada ou você é funcionário público ou vive da demanda turística que acontece no final do ano.
> (Trabalho de campo, 2008/2009)

O território caiçara pode ser usado pelo turista, mas nestes usos o grupo se envolve e enquanto isso ocorrer parece ser pouco provável a perda do território pelo caiçara. Essa é a concepção do morador, baseada no vivido e não apenas nas generalizações conceituais acadêmicas, que mostra muito das contradições do turismo em seus textos, mas que precisa considerar as especificidades dos lugares, seus contextos históricos e culturais para que se chegue ao aprofundamento do conhecimento e com isso estabelece novas descobertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a identificação do objeto de estudo até as considerações finais deste trabalho, percorreu-se um longo caminho. O estabelecimento de escolhas foi imperativo, diante das inúmeras possibilidades que oferece um trabalho de pesquisa. Construiu-se, assim, um caminho metodológico, que proporcionou descobertas.

As descobertas apresentaram-se desde o início, ainda no processo de identificação da comunidade a ser estudada. A opção pelo caiçara aconteceu quando foram identificadas, em incursões ao campo e também durante o levantamento bibliográfico, características marcantes no modo de vida desses grupos que indicaram uma defesa do território mesmo sob pesadas imposições do Estado.

A intervenção do Estado marcou o destino das comunidades dessa região, e em especial os caiçaras, que viviam à beira-mar e tiveram, muitas vezes, suas terras destinadas à atividade turística. Na década de 1970, a construção da rodovia 101, tornou-se um evento marcante para a vida dos caiçaras do Puruba. Até então essas pessoas levavam a vida de maneira bem semelhante. Porém, após a inserção de elementos do mundo moderno que os tiraram de seu isolamento, tanto social quanto geográfico, cada comunidade tomou um caminho diferente. Tais mudanças ocorreram nos últimos quarenta anos, e os levaram a criar estratégias de sobrevivência e estabelecer territorialidades a partir de vários usos dos recursos que mantiveram acesso.

Neste contexto, deparou-se com um grupo social com características bem específicas, relacionadas à história de sua existência – a Vila do Puruba. Começam então a surgir indagações sobre o modo de vida da comunidade, e principalmente sobre como denominar a vila: seria uma vila caiçara? Ou existiria outra maneira de caracterizá-la?

Apresenta-se então, mais uma descoberta: estava-se diante de uma comunidade caiçara que passou por inúmeras transformações. Esta compreensão só aconteceu depois de um trabalho investigativo sobre a condição do caiçara, e que levou a outros questionamentos, que contribuíram na construção e compreensão da problemática da dissertação. Como esse grupo social poderia viver a condição de caiçara, mesmo tendo que se adequar as novas condições impostas pela urbanização do espaço e de leis ambientais tão severas?

O estudo do cotidiano da comunidade juntamente com o referencial teórico mostrou que teríamos que construir o caminho e nele construir as respostas as indagações. Isso tudo possibilitou a pesquisadora desenvolver o seu trabalho, descobrindo as relações sociais, os símbolos e a decifrar os entraves e contradições existentes no espaço vivido da comunidade.

A intervenção do Estado na organização do espaço mudou a paisagem e determinou novos territórios. Essa intervenção está além da possibilidade de inserir novos caminhos pelo Brasil, e conectar áreas antes isoladas. Podem ser identificadas em todos os desencontros gerados após esse projeto, e principalmente nas questões ambientais que vieram simultaneamente e tiveram grande impacto no modo de vida dos grupos caiçaras.

As leis ambientais proibiram o caiçara de trabalhar em sua lavoura, caçar ou colher na área de Mata Atlântica, e assim poder alimentar sua família e sobreviver. O caiçara perde o território de trabalho e consequentemente sua possibilidade de subsistência. Neste caso, deixar de plantar tem rebatimentos em diversos momentos do cotidiano: o trabalho, a alimentação, a religiosidade, as festas, a solidariedade, dentro outros. Aspectos que compõem a vida do caiçara, resultando na perda de outras territorialidades.

Para o caiçara do Puruba rio e mar são espaços da pesca, da comida, da fartura e da sobrevivência. A festa e a gastronomia são os momentos da sociabilidade do encontro, da confraternização, da vida e de manifestar e representar as suas relações sociais com o grupo, a sua constituição histórica e cultural com o território, bem como com as suas habilidades e saberes.

Após a perda de áreas importantes na constituição de seu território, a paisagem apresenta-se modificada, indicando profundas transformações no modo de vida tradicional da comunidade. Com isso cria-se a necessidade de novas estratégias e arranjos sociais, portanto redefinem-se relações sociais, estabelecendo-se novas territorialidades. O objetivo deste trabalho foi analisar e compreender essas questões.

Inicia-se, então, um aprofundamento da pesquisa, considerando-se para isso um recorte histórico de aproximadamente quatro décadas, que vai da construção da rodovia 101 até 2009. As descobertas foram amplas e procuramos basear as nossas investigações nas transformações socioeconômica, espaciais e culturais.

Durante a pesquisa uma categoria importante para compreendermos as transformações foi o trabalho. Trata-se de compreender como o morador do Puruba, um camponês pescador

consegue se inserir novamente na condição do caiçara. Nesse caminho encontrou-se um homem que estabelece uma luta diária pela sobrevivência.

As imposições de um mundo urbanizado mudam completamente a sua relação com a natureza, com o trabalho e também altera as técnicas utilizadas, mas isso não significa que o trabalho seja menos árduo. Alguns processos, como o armazenamento de alimentos, por exemplo, são facilitados pela chegada da energia. Mas, com a energia, chega a conta de luz que não pode ser paga a base de troca, apenas com dinheiro fruto de um trabalho e de uma economia que o caiçara terá que praticar e se adaptar as determinações do mercado.

A presença do mercado e do Estado nessas mudanças não se limita à conexão com os grandes centros. A questão da cidadania não é garantida totalmente e a ausência do Estado nesse contexto leva a comunidade a assumir suas necessidades, estabelecendo com o estado e mercado uma pesada luta política. Trata-se de garantir o básico, como a água, ou ainda o projeto para inserção de fossa séptica, realizadas por meio da associação de bairro. Neste ponto, é possível destacar mais algumas descobertas da pesquisa. Como por exemplo, a capacidade de trabalho em grupo e de organização social, advinda da cultura caiçara, onde as atividades sempre foram realizadas em conjunto, como no exemplo da pesca. São relações sociais que se concretizam em práticas sociais que são decisivas para a constituição territorial do caiçara. Nelas também observou-se a manifestação das territorialidades sociais, inerentes ao caiçara, que mesmo diante das dificuldades e limitações de uso dos recursos naturais não deixaram de existir.

Neste processo acabamos por compreender o caiçara do Puruba como um sujeito dinâmico que consegue se adaptar e reverter situações conforme vão se apresentando. São formas de existir que ao serem recuperadas vão se (re)instalando na comunidade, justamente baseado em valores e costumes ancestrais. Mas são conquistas significativas e muitas vezes até contraditórias, como no caso das imposições ambientais já destacadas.

Depois de mais de 30 anos impostas e gerando conflitos, as restrições ambientais são extremamente necessárias para que o morador do Puruba consiga sobreviver. Somente dessa forma é possível se valer da atividade turística, que hoje se apresenta com fonte de renda, não exclusiva, mas importante e significativa para compreendermos as condições de existência dessas pessoas.

Paralelamente ao modo de vida caiçara fomos compreendendo mais finamente o papel das leis ambientais e a possibilidade de conservação também de grupos étnicos tradicionais no

território brasileiro. Se não houvesse leis severas referentes à questão ambiental, toda a área teria se transformado em condomínio de luxo, não permitindo a comunidade se valer dessa oportunidade para obter renda, e restringindo ainda mais seus territórios.

Vale lembrar, que mesmo existindo leis que contribuam com o cotidiano caiçara, elas só se fizeram valer, quando a comunidade lutou em defesa do seu território, e fizeram funcionar de maneira eficiente na manutenção de um modo de vida bastante particular. No âmbito da paisagem, por exemplo, fica claro, quais são os territórios caiçara, e como eles estão sendo usados por membros de fora deste contexto.

Mesmo não podendo plantar, caçar, colher oficialmente, a Mata Atlântica, o mar, o rio, são espaços que comportam recursos naturais importantes para a reprodução da vida na comunidade. A relação estabelecida entre o caiçara e a natureza ultrapassa, por exemplo, as imposições das novas religiões, como no caso do barqueiro evangélico, que reconhece as fases da lua, e o poder que a lua exerce sobre os fenômenos naturais, mesmo tendo sido afastado desses saberes pela nova igreja que frequenta.

Estes não são os mesmos caiçaras que, há 40 anos, vivendo o seu próprio modo de vida em plenitude. Eles se transformaram e nesse processo foram capazes de continuar sendo caiçaras. Os processos de adaptação, sempre muito complexos, possibilitaram a reestruturação dos seus territórios e instituindo novas territorialidades. Somente por serem caiçaras em seus saberes, conhecimentos e práticas sociais, portanto, em sua essência é que conseguem suportar vários desencontros, contradições e dificuldades na defesa de seu território. Isso os torna únicos, principalmente ao analisarmos o destino de outras comunidades caiçaras do entorno.

Nas questões teóricas levantadas sobre territorilidades, territórios, desterrritorilização e reterritorialização, é importante destacar que os grupos humanos resistem e existem em seus territórios. É neles, sobretudo a partir dos usos dos recursos disponíveis e possíveis de serem extraídos que as possibilidades de sobreviverem se ampliam. Porém os processos de desterritorilização, aos quais são submetidos nem sempre os levam a reterritorializações daquilo que tinham antes. A redefinição territorial também implica na redefinição do modo de vida, sendo que é neste processo que os grupos humanos estabelecem formas complexas de sobrevivencia dentro de seus costumes e valores morais e éticos. Na comunidade caiçara do Puruba, a capacidade de se reterritorializar foi o que permitiu a continuidade do grupo, dentro do contexto caiçara.

É um grupo que tem consciência política, sabe seus direitos e seus deveres. Estão longe de ter suas necessidades básicas supridas: questões como a da saúde, da educação e do transporte não estão bem atendidas e deixam muitas incertezas sobre os diretos dessas pessoas. Contudo, estão integrados ao mundo, e ao mesmo tempo possuem uma coesão interna que os leva a lutar por seus direitos, e os deixam convictos da importância dos seus saberes e valores éticos, morais e políticos.

Como no caso das festas, toda a estrutura era modificada para atender necessidades que não eram as do grupo, houve rompimentos, pois tratava-se de existir sem ter que atender as necessidades da sociedade, da Igreja e do Estado. Houve então um processo de resistência para que a festa não se transformasse somente em espetáculo, mas que continuasse a ter sentido para aqueles que a organizam. É como se estivessem conscientes e capazes de defender os seus patrimônios; seguramente movidos pela sua cultura, por um fio que os liga ao território.

Resistir é existir. Nesse processo não há tarefa fácil. Demanda consciência daquilo que são, e do que querem individualmente para o grupo. A identificação do sentimento de pertencimento ao lugar, e os valores baseados na tradição que o grupo possui, possibilita afirmar que, apesar da mudança de várias ordens sociais terem atingido o seu modo de vida, o grupo consegue viver a condição caiçara, sendo que as estratégias e os arranjos sociais foram eficientes para mantê-los no lugar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo B. Práticas sócio-culturais e religiosas como elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M.G, et. al (Org.) **Geografia e Cultura:** A vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Vieira, 2008.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO PMU. **Prefeitura Municipal de Ubatuba**. Disponível em: http://www.ubatuba.sp.gov.br/

AZEVEDO, Thales de. Problemas metodológicos da sociologia do catolicismo. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966, p.165-194.

BALDISSERA, Rudimar. Reflexões sobre consistências identificatórias e turismo. In BARRETTO, Margarita (Org.) **III Semitur: textos selecionados**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

BARBOSA, Romero R. Sabores, saberes e sentidos: a gastronomia no contexto da Geografia cultural. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar F.; BRAGA, Helaine C. **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**.Goiânia: Vieira, 2008.

BARRETO, Margarita et. al. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais.** Campinas: Papirus, 2003.

BONINI, Altair. **Industrialização, urbanização e trabalho nas décadas de 1960 e 1970: a construção do Paraná**. São Paulo: Moderna, 2008.

BORDO, Adilson A. Os Eixos De Desenvolvimento e a Estruturação Urbanoindustrial do Estado de São Paulo, Brasil. In: **REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES** Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (79), 1 de agosto de 2005.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito, Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 4ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades 1977.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana F. A. O Turismo e a produção do não - lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita C. A. da (Org.). **Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996 (ps. 25-37).

CASTRO, C.F. de Abreu - Biodiversidade e Quintais. In **Caderno PROPOSTA**, FASE, Ano 2, n.3, 1995.

CERTEAU, Michel at al. **A invenção do cotidiano: Morar e Cozinhar**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2001.

DIEGUES, A. C.. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ed.Ática, 1983.

_____**O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____ (Org) **Enciclopédia Caiçara:** O olhar do pesquisador. São Paulo: Hucitec: CEC/USP, 2004. Vol. I

_____ (Org) Enciclopédia Caiçara: Histórica e Memória Caiçara. São Paulo: Hucitec: CEC/USP, 2005. Vol IV.

DRUMMOND , J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 6, julho 1996: 115-137.

FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade.** São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1973.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GUERRA, Isabel. **Modos de vida: novos percursos, novos conceitos**. Revista Sociologia: Problemas e práticas. Lisboa, No. 13. 1993. p. 59-74

HAESBAERT, R. e BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guatarri. **Geographia**, ano IV, n. 07, 2002, p. 07-31.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: Nelson Rego; Jaqueline Moll; Carlos Aigner. (Org.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LOPES, Priscila F. M. **Ecologia Caiçara: pesca e uso de recursos na comunidade da Praia do Puruba.** Dissertação (mestrado em Ecologia), Unicamp. Campinas. 2004.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Caiçaras, Migrantes e Turistas:** a trajetória da apropriação da natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião – Distrito de Maresias). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Unicamp, Campinas. 1992.

_____. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. Tese (doutorado em Sociologia), Unicamp, Campinas, 1999.

MARCILIO, Maria Luiza M. Caiçara: Terra e população, estudo da demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. In: DIEGUES, Antonio C. (Org). **Enciclopédia Caiçara** vol. IV. São Paulo. Hucitec. 2005.

MARTINS, J. de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o Retorno a Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MENDES, Estevane de P. P. A produção familiar no/do cerrado e suas representações territoriais: as comunidades rurais no município de Catalão (GO*)*. In: **Ateliê Geográfico Goiânia**-GO v. 1, n. 6 abr/2009 p.35-59

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os usos culturais da cultura. In: **Turismo: espaço, paisagem e cultura** São Paulo: Hucitec, 2002.

MORIN, E. Necessária e impossível sabedoria. In: _____. **Amor, poesia, sabedoria**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 47- 67

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaios de antropologia indígena e caiçara.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NASSER, Ana Cristina A. e FUMAGALLI, Marlene. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS (org), José de S. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo. Hucitec, 1996.

NOFFS, P. DA S. **Os caiçaras de Toque-Toque Pequeno**: Um estudo de mudança espacial, São Paulo, dissertação, Universidade de São Paulo. 1988.

NÚCLEO PICINGUABA: Parque Estadual da Serra do Mar. Disponível em: http://www.ubatuba.com.br/pesm/index.htm, acessado em set. 2008

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Roger Bastide: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

RAFESTIN, C. O que é território? In: **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática, 1993.

RÊGO, J. F. *Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo* **Ciência hoje**, 1999 - adur-rj.org.br

RODRIGUES, A. B. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, Mario (Org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SALVADOR, D. S. C. O. O território usado e o uso do território do agreste potiguar. **Holos**, Ano 25, Vol. 2. 2009

SANCHES, R.A. **Caiçaras e a Estação Ecológica da Juréia - Itatins litoral sul** - São Paulo. Uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação Homem-Meio Ambiente. São Paulo, Dissertação (Mestrado) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 1997.

SANTOS, Angela M. S. P. **Economia espaço e sociedade.** Rio de Janeiro. FGV. 2002

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.(org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico**. Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, nº 11, p. 111-125. jan./dez., 1999.

_____ (Org). **Práticas sociais e o reordenamento econômico das atividades de turismo e lazer no entorno ddas UHE´s Amador Aguiar I e II.** Uberlândia. Composer, 2007.

_____. **Gaúchos e Mineiros no Cerrado*:*** Metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais**.** Uberlândia: Edufu, 2008

SEABRA, Odette. Urbanização e Fragmentação: A natureza natural do mundo. **Geografares**, Vitória, v.1 nº1, jun.2000.

SETTI, Kilsa. **Ubatuba nos Cantos das Praias** (um estudo do caiçara paulista e de sua produção musical). São Paulo: Ed. Ática. 1985

_____. Notas sobre a produção musical caiçara: música como foco de resistência entre pescadores do litoral paulistas. In: DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara** vol.5. São Paulo. Hucitec. 2006.

SUERTEGARAY, Dirce M A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. In: **Revista eletrônica de Gegrafía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona**. Nº 93, 15 de julio de 2001

TROLL, Carl. A paisagem geográfica e a sua investigação. **Espaço e Cultura – NEPEC**, Rio de Janeiro, n. 02, p. 1-7, jun. 1996.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: turismo planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto. 2001.

_____.Vandalismo, Paisagem e Turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo,Turismo: espaço, paisagem e cultura São Paulo: Hucitec, 2002.